

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
(PPGAU - UFRN)**

ADILSON OLIVEIRA DE MENEZES

**O TRABALHO SOCIAL DESENVOLVIDO NO BAIRRO NOSSA SENHORA DA
APRESENTAÇÃO / NATAL-RN, VISTO POR MORADORES E TÉCNICOS DA
PREFEITURA DO NATAL**

**NATAL
2016**

ADILSON OLIVEIRA DE MENEZES

**O TRABALHO SOCIAL DESENVOLVIDO NO BAIRRO NOSSA SENHORA DA
APRESENTAÇÃO / NATAL-RN, VISTO POR MORADORES E TÉCNICOS DA
PREFEITURA DO NATAL**

(DEFESA DE MESTRADO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do título de Mestrado na área de concentração Projeto, Morfologia e Conforto no Ambiente Construído. Linha de Pesquisa: Projeto de Arquitetura.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Françoise Dominique Valéry.

NATAL
2016

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Biblioteca Setorial de Arquitetura.

Menezes, Adilson Oliveira de.

O trabalho social desenvolvido no bairro Nossa Senhora da Apresentação Natal-RN, visto por moradores e técnicos da Prefeitura do Natal / Adilson Oliveira de Menezes. – Natal, RN, 2016.

147f. : il.

Orientadora: Françoise Dominique Valéry.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura.

1. Trabalho social – Urbanização – Dissertação. 2. Rua do Riacho – Nata/RN – Dissertação. 3. Nossa Senhora da Apresentação – Natal/RN – Dissertação. 4. Avaliação de impacto – Dissertação. I. Valéry, Françoise Dominique. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BSE15

CDU 711.4:304

ADILSON OLIVEIRA DE MENEZES

**O TRABALHO SOCIAL DESENVOLVIDO NO BAIRRO NOSSA SENHORA DA
APRESENTAÇÃO / NATAL-RN, VISTO POR MORADORES E TÉCNICOS DA
PREFEITURA DO NATAL**

(DEFESA DE MESTRADO)

Aprovado em: 29/abril/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Françoise Dominique Valéry (Presidente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^o. Dr. Lincoln Moraes de Souza (Membro interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^a. Dr^a. Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira (Membro Externo)
Universidade Federal do Semiárido

A todos que, direta e indiretamente, me deram aporte para a realização deste trabalho; não somente isso, mas, em especial, as minhas conquistas profissionais são dedicadas aos meus pais, Alfredo Menezes e Severina Menezes (em memória), que sempre foram meu alicerce, e aos meus filhos, motivo da minha existência, minha fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Mesmo fazendo um grande esforço, receio não conseguir agradecer a todas as pessoas que colaboraram para a concretização deste trabalho.

À minha orientadora, professora Dra. Françoise Dominique Valéry, pela seriedade, dedicação, empenho; pela sua paciência e incansável disponibilidade em atender às minhas incompreensões teóricas; pelas suas contribuições na formatação deste trabalho.

Ao Professor. Dr. Marcelo Tinoco, pela orientação inicial e à Professora Dra. Dulce Bentos, por terem acreditado em mim.

Ao professor Dr. Lincoln Moraes, que me nomeou seu "orientando adotivo" e que muito contribuiu no meu processo de aprendizagem em avaliação de políticas públicas.

À Simony Oliveira, pelo companheirismo, compartilhando tristezas, ansiedades e alegrias no desenvolvimento deste trabalho.

Ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, pela oportunidade que me foi concedida.

Aos colegas do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Avaliação de Políticas Públicas (GIAPP); professores João Matos e, em especial, Lincoln Moraes, pela confiança depositada neste trabalho, e professores Pedro Isaac, Paula Fernandes, Márcia e Any, pela afinidade no tocante às políticas públicas.

À banca examinadora, que contribuiu com seus conhecimentos, crítica e observações no momento final desse trabalho.

À minha amiga Paula Anastácia, presente em diversos momentos deste trabalho, tristes ou alegres, disposta a me ouvir e ajudar.

Ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da UFRN e pessoal da Secretaria de Pós-Graduação (PPGAU) – mormente Manoel Nicolau da Silva Júnior, além de funcionários desta Faculdade, com os quais convivi durante anos e que tanto enriqueceram a minha vida profissional e pessoal.

Aos meus familiares, sobretudo meu pai Alfredo Bezerra de Menezes, minha mãe Severina Oliveira de Menezes (em memória) e os meus filhos.

RESUMO

O presente estudo analisa algumas das dimensões do Programa de Urbanização Integrada, Regularização e Integração de Assentamento Precário, previsto para ser realizado no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, na região administrativa Norte da cidade do Natal, com o foco direcionado para o Trabalho Social (TS) desenvolvido pela Prefeitura do Natal, entre 2009 e 2015. Trata-se de pesquisa de natureza avaliativa, que abrange a dimensão teórica da avaliação das políticas públicas, a dimensão analítica do TS e a realidade empírica dos técnicos da Prefeitura do Natal, vivida pelos moradores da Rua do Riacho, beneficiários do citado Programa no mesmo bairro. O estudo foi realizado com pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de campo, com aplicações de dois roteiros de entrevistas: o primeiro junto aos técnicos da Prefeitura e o segundo junto a moradores beneficiados pelo programa, além de visitas e observações de campo. A análise mostra que a avaliação de política social é um tema de enorme relevância, tendo em vista importância do TS e sua finalidade no tocante à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos beneficiários. O TS, no entendimento adotado no presente trabalho, define-se como um conjunto de ações voltadas para a organização e desenvolvimento comunitário, com vista à promoção das melhorias das condições de vida da população e à urbanização de assentamento precário em atendimento ao interesse social, constituindo-se num dos eixos das ações educativas planejadas pela Prefeitura do Natal. Tem como finalidade promover e gerar a participação efetiva do público-alvo e a inclusão social de famílias em situação de risco, desemprego e subemprego, falta de acesso à moradia, educação, saúde e serviços sociais, buscando-se uma reversão significativa das situações de precariedade social e familiar. Assim, o TS idealizado no quadro do referido Programa deveria ter funcionado como um conjunto de ações educativas, atendendo as demandas da população de baixa renda que reside no bairro de Nossa Senhora da Apresentação. No entanto, somente foi realizado em parte, atendendo aos moradores em situação de risco da Rua do Riacho. Constata-se assim um hiato entre os objetivos do Programa e sua efetivação, apreciado tanto pelos técnicos da Prefeitura como pelos moradores entrevistados. Conclui-se que, para que esta política se torne real e coletiva, é preciso garantir a participação social dos habitantes das comunidades do bairro citado, a partir da implementação de mecanismos de envolvimento dos moradores com a realização dos projetos executivos integrados, assegurando uma intervenção transparente e democrática, e que possibilite aos mesmos discutirem suas carências, demandas e anseios, de tal maneira que as melhorias urbanas propostas, dentro das possibilidades técnicas sociais e econômicas existentes, atendam às suas expectativas e prioridades.

Palavras Chaves: Trabalho Social. Rua do Riacho/Natal. Programa de Urbanização Integrada. Avaliação de impacto.

RESUMEN

Este estudio examina algunas de las dimensiones del programa integrado de urbanización, regularización e integración de Solución de precario, que se espera que tendrá lugar en el barrio de Nossa Senhora da Apresentação, en la región administrativa al norte de la ciudad de Natal, con el enfoque dirigido a la Obra Social (TS) desarrollado por el Ayuntamiento de Natal entre 2009 y 2015. La naturaleza de la investigación evaluativa cubre la dimensión teórica de la evaluación de las políticas públicas, la dimensión analítica de TS y la realidad empírica experimentado por los técnicos e vecinos beneficiarios del programa en el mismo barrio. El estudio se llevó a cabo la investigación bibliográfica, documental y de investigación de campo con la aplicación de dos guiones de entrevistas: la primera con los técnicos del Ayuntamiento y el segundo con los residentes beneficiados del programa, así como las visitas y observaciones de campo. El análisis muestra que la evaluación de la política social es un problema de gran relevancia en vista de la importancia de TS y su propósito en cuanto a la mejora de la calidad de vida de los ciudadanos beneficiarios. El TS, en el entendimiento adoptado en este estudio, se define como un conjunto de acciones para la organización y el desarrollo comunitario, para promover la mejora de las condiciones de vida de la población y los asentamientos ilegales de urbanización de conformidad con el interés social y constituye uno de los ejes de las actividades educativas previstas por el Ayuntamiento de Natal. Tiene como objetivo promover y generar la participación efectiva de la audiencia objetivo y la inclusión social de las familias en situación de riesgo, desempleo y subempleo, falta de acceso a la vivienda, educación, salud y servicios sociales, con miras a una reversión significativa de situaciones precarias social y familiar. De este modo, las actividades del TS concebidos bajo ese programa deberían haber funcionado como un conjunto de actividades educativas, la satisfacción de las demandas de las personas de bajos ingresos que viven en el barrio de Nossa Senhora da Apresentação. Sin embargo, se ha implementado sólo parcialmente a la vista de los residentes en riesgo de Calle Do Riacho, por lo que parece una brecha entre los objetivos del programa y su implementación, apreciado tanto por los técnicos del Ayuntamiento ya que los residentes entrevistados. Se concluye que para esta política se convierta en real y colectiva, hay que garantizar la participación social de los habitantes de las comunidades de vecinos mencionados, a partir de la implementación de mecanismos de participación de los residentes con la realización de proyectos empresariales integrados, lo que garantiza una intervención transparente y democrática, y que les permita discutir sus necesidades, demandas y deseos de una manera tal que las mejoras urbanas proponen dentro de las posibilidades técnicas existentes social y económico, a cumplir con sus expectativas y prioridades.

Palabras-clave: Trabajo Social. Calle del Riacho. Natal (Brasil). Urbanización integrada. Evaluación de impacto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Perfil dos Técnicos Entrevistados.....	20
Quadro 2	Perfil dos respondentes (moradores da Rua do Riacho).....	21
Quadro 3	Situação das principais ações e realizações.....	27
Figuras 1 e 2	Mostram as ligações clandestinas de água (CAERN) para os imóveis.....	28
Quadro 4	Recursos do PAC - Urbanização de Assentamentos Precários...	56
Figura 3 e 4	Obras de Pavimentação com recursos do PAC no Loteamento Jardim Progresso - Bairro Nossa Senhora da Apresentação.....	56
Figura 5	Drenagem no Loteamento Jardim Aliança até a Rua do Riacho.....	56
Figura 6	Mapa: Área especial de interesse social.....	58
Figura 7	Poligonal de Urbanização Integrada.....	59
Figura 8	Mapa da Região Administrativa Norte.....	59
Figura 9	Mapa do bairro Nossa Senhora da Apresentação (Natal/RN)....	60
Figura 10	Rua do Riacho.....	61
Figura 11	Mapa da Rua do Riacho.....	62
Figura 12	Av. das Fronteiras.....	63
Figura 13	Av. Boa Sorte.....	63
Figura 14	Via Férrea próximo à Estação Ferroviária/Av. Couto Magalhães.....	63
Figura 15	Av. das Fronteiras com a Boa Sorte.....	63
Figura 16 e 17	Via Férrea próximo à Estação Ferroviária/Av. Couto Magalhães.....	63
Figura 18 e 19	Av. Maranguape próximo à Av. Couto Magalhães.....	64
Figura 20 e 21	Av. Maranguape prolongamento.....	64
Figura 22 e 23	Rua do Riacho.....	65
Figura 24	Pontos de maior gravidade - alagamentos e ausência de drenagem.....	66
Figura 25 e 26	Lagoa do Jardim Primavera.....	67

Figura 27 e 28	Consequências das inundações nas proximidades da Lagoa Primavera.....	67
Figura 29 e 30	Lagoa do Jardim Aliança.....	67
Figura 31 e 32	Qualidade da água das Lagoas Jardim Primavera e Jardim Aliança.....	68
Figura 33	Área de transbordo de lixo.....	68
Figura 34 a 37	Rua do Riacho Urbano e Rural.....	69
Figura 38	O Urbano e o rural nas proximidades da Rua do Riacho.....	70
Figura 39	Principais aspectos da área da poligonal de urbanização integrada.....	70
Figura 40	Água servida na lagoa de captação de águas pluviais - Lagoa José Sarney.....	75
Figura 41	Casas construídas em novos lotes – Rua Votuporanga.....	75
Figura 42	Estudo da área afetada na Rua do Riacho.....	75
Figura 43	Planta baixa e corte da unidade residencial destinada aos beneficiados.....	76
Figura 44	Residências em obras para moradores beneficiados no próprio lote.....	76
Figura 45	Residências em obras (fundo do Imóvel) para os beneficiados no próprio lote.....	77
Figura 46	Observa recuo do imóvel no próprio lote.....	77
Figura 47	Onde se observa a necessidade de recuo do imóvel no próprio lote.....	77
Figura 48	Planta baixa dos lotes destinados à realocação das famílias da Rua do Riacho.....	78
Figura 49	Obras destinadas à Realocação das 15 famílias da Rua do Riacho para Rua Votuporanga.....	78
Figura 50	Casas em novo lote.....	79
Figura 51	Casas atendidas em novo lote na Rua Votuporanga.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quadro atualizado das intervenções realizadas.....	81
Tabela 2	Cronograma de execução de atividades – Segmento da participação e capacitação da população.....	87
Tabela3	Cronograma de execução de atividades – Segmento para geração de trabalho e renda.....	89
Tabela 4	Cronograma de execução de atividades – Segmento de educação sanitária e ambiental.....	90
Tabela 5	Cronograma de execução de atividades que deveriam ser executadas pela SEHARPE.....	91

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social
CAERN	Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CEF	Caixa Econômica Federal
DF	Distrito Federal
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNHAIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MC	Ministério das Cidades
OAB/RN	Ordem dos Advogados do Brasil/ Rio Grande do Norte
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMN	Prefeitura Municipal do Natal
SEMURB	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana
SEMTAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SEHARPE	Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projeto Estruturante.
SNHIFS/FNHI	Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
TS	Trabalho Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO II – REFLETINDO SOBRE O CONCEITO E DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO	22
2.1 INTRODUZINDO A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	23
2.2 ETAPAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	25
2.3 HISTÓRICO E CONCEITO DE AVALIAÇÃO	29
2.4 CONCEITUANDO AVALIAÇÃO	30
2.5 CLASSIFICANDO AS AVALIAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICA.....	32
2.6 AVALIAÇÃO DE PROCESSO.....	35
2.7 ESCOLHA DO CAMINHO – AVALIAÇÃO DE PROCESSO.....	39
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NO BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO	42
3.1 O TRABALHO SOCIAL (TS) NA POLÍTICA SOCIAL DE HABITAÇÃO	48
3.2 O TRABALHO SOCIAL NA PREFEITURA DO NATAL	53
3.3 AS INTERVENÇÕES DO PAC NO BAIRRO DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO (2007- 2010).....	55
3.4 UM OLHAR SOBRE O BAIRRO	59
3.5 SITUAÇÃO DO PROJETO	74
CAPÍTULO IV – OLHARES SOBRE O TRABALHO SOCIAL DESENVOLVIDO NO BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO	93
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	93
4.2 OPINIÕES DOS TÉCNICOS.....	93
4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O Trabalho Social (TS), no entendimento adotado no presente trabalho, define-se como um conjunto de ações voltadas para a organização e desenvolvimento comunitário, com vista à promoção da melhoria das condições de vida da população, à urbanização de assentamento precário em atendimento ao interesse social e constitui um dos eixos das ações educativas planejadas pela prefeitura do Natal. Procura, assim, promover e gerar a participação efetiva do público-alvo e visa à inclusão social de famílias em situação de risco, desemprego e subemprego, falta de acesso à moradia, educação, saúde e serviços sociais, buscando a reversão das situações de precariedade nas relações familiares, através de programas intersetoriais.

O TS atua como um conjunto de ações educativas, no seu desenho original, procurando atender as demandas da população de baixa renda que reside em áreas segregadas e excluídas, como o bairro de Nossa senhora da Apresentação, localizado no município do Natal/RN.

Dessa forma, para que esta política se torne real e coletiva, é preciso garantir a participação social dos habitantes das comunidades do bairro citado, a partir da implementação de mecanismos de envolvimento dos moradores com a realização dos projetos executivos integrados, assegurando uma intervenção transparente e democrática. E que possibilite aos mesmos discutirem suas carências, demandas e anseios, de tal maneira que as melhorias urbanas propostas, dentro das possibilidades técnicas sociais e econômicas existentes, atendam às suas expectativas e prioridades.

O presente estudo pretende conhecer os resultados estritos, efeitos e impactos decorrentes da política de habitação de interesse social em Natal, com o foco direcionado para o trabalho social desenvolvido pelos agentes da Prefeitura do Natal. Trata-se de pesquisa de natureza avaliativa, preocupada em focar as dimensões de eficácia e efetividade, no quadro de determinado recorte, constituído pelos beneficiados do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, no bairro Nossa Senhora da Apresentação, na Zona Norte do Natal/RN.

Avaliar as políticas sociais, na atualidade, torna-se tão mais premente quanto mais se observam os baixos resultados das políticas sociais brasileiras e as novas exigências postas pela conjuntura internacional, que apontam para construções metodológicas renovadas, além dos anseios da sociedade em busca de melhor qualidade de vida.

Nessa perspectiva, pretende-se refletir sobre a dimensão do Programa de Urbanização Integrada, Regularização e Integração de Assentamento Precário desenvolvido pela Prefeitura do Natal, entre os anos de 2009 e 2015. Em outras palavras, trata-se de um estudo sobre o Trabalho Social, proposto pelo programa citado, que tem como finalidade promover e gerar a participação efetiva do público-alvo e a inclusão social de famílias em situação de risco, desemprego e subemprego, falta de acesso à moradia, educação, saúde e serviços sociais, buscando-se uma reversão significativa das situações de precariedade social e familiar. Desse modo, o problema de pesquisa proposto foi: Como o Trabalho Social foi desenvolvido, na visão dos moradores e dos técnicos da Prefeitura do Natal que participaram dele entre 2009 e 2015?

Os programas habitacionais públicos no país, sobretudo no Nordeste, ainda apresentam baixos resultados no que se refere à satisfação da população com o novo habitat, em virtude de o trabalho social ocorrer de forma desarticulada da intervenção urbanística e construção da moradia. Assim, busca-se refletir sobre aspectos concernentes à avaliação de processo no campo da política pública, trazendo seu histórico, julgamento e algumas das principais classificações. Pretende-se apresentar, ainda, o percurso metodológico tomado para a realização da pesquisa, aqui denominado desenho do estudo.

O processo avaliativo delineado a seguir tem como viés a avaliação de processo, a partir de várias leituras e com o suporte em autores como Sônia Draibe (2001) Figueiredos, Cohen, Franco, Bonduki. Enquanto área de conhecimento, a avaliação de processo, segundo os autores citados, aponta para as avaliações de natureza qualitativa, procurando identificar os fatores facilitadores e obstáculos que atuam ao longo da implementação e que condicionam, positiva ou negativamente, o implemento das metas e objetivos. Tais fatores podem ser alcançados como condições institucionais e sociais dos resultados. Assim, o objetivo maior desse tipo de avaliação é buscar garantir o êxito das políticas/programas em andamento, garantindo ao público-alvo seus benefícios e direitos. (DRAIBE, 2001, p. 30).

No quadro da investigação, os instrumentos de coleta de dados em campo foram diversos e complementares, a saber, elaboração de roteiro de entrevista, aplicado com moradores beneficiados pelo programa, além de visitas e observações de campo que foram realizadas ao longo de vários anos, durante os quais o pesquisador atuou na equipe da Prefeitura do Natal. A análise de dados foi feita privilegiando a comparação das opiniões dos técnicos envolvidos no Projeto e dos beneficiários (moradores atendidos) quanto ao seu grau de avaliação e satisfação em relação ao mesmo projeto, a partir do modelo lógico/modelo teórico do trabalho social tipo *ex post*.

O propósito aqui é refletir sobre a metodologia do trabalho social desenvolvido pela Prefeitura do Natal com as famílias do bairro de Nossa Senhora da Apresentação, situado numa área caracterizada como de interesse social na Zona Norte do município do Natal (RN). Objetiva-se identificar questões importantes que permitam pontuar e aferir a contribuição do Programa de Urbanização Integrada na mitigação dos problemas socioespaciais da comunidade e como o trabalho social foi desenvolvido junto à comunidade estudada.

A urbanização de assentamentos precários constitui-se em um dos eixos fundamentais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, política urbana que procura atender as demandas da população de baixa renda residente em áreas segregadas ou de exclusão. Para que esta política se torne real e coletiva, diversas ações de urbanização integrada vêm sendo desenvolvidas no referido bairro, as quais envolvem construção e relocação de unidades habitacionais, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, lagoa de captação de águas pluviais, e regularização fundiária, beneficiando de forma direta cerca de 2.000 famílias.

Para que esta política de trabalho social se torne legítima e eficaz, é preciso garantir a participação social dos habitantes das comunidades do bairro citado, a partir da implementação de mecanismos de envolvimento dos moradores na realização dos projetos executivos integrados, assegurando uma intervenção transparente e democrática e que possibilite aos mesmos discutirem suas carências, demandas e anseios, de forma que as melhorias urbanas propostas, dentro das possibilidades técnicas sociais e econômicas existentes, atendam às suas expectativas e prioridades.

Pretende-se, pois, conhecer e refletir acerca dos resultados decorrentes principalmente da política de habitação de interesse social para o Bairro de Nossa Senhora da Apresentação, na Zona Norte do Natal, com o foco direcionado ao Trabalho Social desenvolvido pelos agentes da Prefeitura do Natal num espaço específico, o da Rua do Riacho. Este trabalho se constitui em uma pesquisa de natureza qualitativa com várias etapas de investigações da comunidade em estudo, pesquisa documental, registro fotográfico e elaboração de síntese das ações empreendidas, buscando uma totalidade dos elementos presentes nos aspectos do processo.

No que diz respeito à avaliação de programas e projetos sociais, as referências são principalmente de Cohen e Franco (1998), autores que fundamentam o tipo de avaliação *ex post*, posto que o programa a ser avaliado está em curso. Nesse contexto, Bonduki (2001) destaca que dispor desse tipo de avaliação é fundamental para melhorar modelos, uma vez que a eficácia e a eficiência de programa e projeto social dependem da avaliação dos resultados de aplicação.

Cada urbe está inserida numa gama de diversidade que diferencia as condições de vida de sua população. Para Santo Junior (1995) “o fenômeno urbano, próprio das cidades modernas, não se confunde com a existência das cidades”. Segundo Santos (1995) estas são tão antigas, historicamente, que podem ser relacionadas à existência dos primitivos aglomerados humanos. A partir, porém, da revolução industrial, a cidade e o urbano assumiram características culturais, sociais e econômicas distintas. As cidades sofrem uma progressiva mudança de natureza, não só por força dos impulsos aglomerados, mas também por sua forma de organização.

Para Pechman,

A irrupção do tema do urbano na cidade só pode ser comparada se vista numa perspectiva que desconsidere qualquer continuidade no que diz respeito à história da cidade. Ou, dito de outra forma, a história da cidade não é a história do urbano, epistemologicamente, o urbano deve ser visto como ruptura, momento novo, onde os discursos sobre a cidade serão uma tentativa de formar um novo objeto. (PECHMAN, 1991, p. 126).

No espaço interurbano, realidades são moldadas de acordo com o histórico de ocupação dos lugares ou localidades. De acordo com o documento do Banco

Mundial, (1991), “nos últimos trintas anos, os países em desenvolvimento têm deixado de ser um mundo de aldeias para transformar-se em mundo de cidades e povos”. A mesma instituição avalia que os problemas urbanos dos países em desenvolvimento precisam ser considerados a partir de uma perspectiva mais ampla do que a da problemática habitacional e da infraestrutura residencial, atrelada à discussão da produtividade de economia urbana, da pobreza urbana, do meio ambiente e à política de gestão das cidades. Desta forma, cada bairro ou lugar é desenhado a partir das relações sociais, culturais, econômicas e institucionais estabelecidas, que conferem sentidos e significados ao cotidiano de sua referente população. Ao se levar em consideração o contexto urbano, o papel do poder público torna-se primordial, sobretudo diante de demandas nascidas na cidade, originárias de processos específicos de ocupação dos lugares.

Para entender o valor da avaliação e sua aplicação nas políticas públicas, é preciso entender o princípio e o que se compreende por Estado e por políticas públicas. Segundo Souza (2009), o Estado capitalista tem um papel basilar nas ações públicas. Já Poulantzas conceitua o Estado como uma condensação material de uma relação de forças, criticando a ideia de Estado objeto e Estado sujeito.

A política social tem como tarefa fazer com que as características adstritas não se imponham como limitação determinante do horizonte de possibilidades de construção da biografia social. Estas fundamentações dependem muito do contexto, que estão à mercê das mudanças na realidade política e precisam ser constantemente atualizadas. No caso de ocupações irregulares, do ponto de vista de uma administração municipal, o que se espera é que ela passe a proporcionar mudanças que venham contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações que ocupam áreas ambientalmente inadequadas à habitabilidade humana.

No que se refere ao domínio da política urbana, o urbanismo não significa somente um novo pensamento sobre a cidade. Para Santos (1995) a reformulação do método de análise e de intervenção utilizado, torna-se indispensável o conhecimento, objetivo e exaustivo dos problemas urbanos. Assim, o diagnóstico das cidades aponta para ineficácia da gestão municipal, impondo a necessidade de novas técnicas de atuação, que requerem uma reforma institucional e administrativa. Para tanto, é importante a realização de um trabalho social e coletivo em que todos

os envolvidos sejam considerados parceiros, sendo de fundamental importância para a consolidação de processo de transformação de determinados lugares.

Neste sentido, a participação da comunidade é um ponto que merece destaque. Embora a população brasileira mais carente tenha um histórico de pouca participação social, quando, de fato, acede a dinâmicas democratizantes, geralmente obtêm-se resultados mais efetivos, legitimidade e satisfação coletiva. Assim, é formidável a sensibilização da população para participar das mudanças implementadas, viabilizando a constituição de parcerias, a tomada de consciência comunitária para se preservar o meio ambiente local e o estímulo à geração de emprego e renda, bem como à manutenção e conservação das benfeitorias públicas implementadas.

Esse conjunto de ações compõe, portanto, o alvo das melhorias urbanas capazes de mudar uma determinada realidade comunitária, em que o caos muitas vezes é uma situação real e corriqueira.

Nas últimas duas décadas, visando reduzir as desigualdades sociais, surgiram novos instrumentos de gestão municipal e planejamento urbano, como o Estatuto da Cidade, Lei de Responsabilidade Fiscal, Fundo de Habitação de Interesse Social, que sinalizam novas possibilidades de edificação das políticas públicas, com destaque no processo democrático e na abertura de novas configurações de aparelhamento social.

A participação da sociedade é compreendida como uma metodologia pedagógica de construção da cidadania que é um direito do cidadão. Para garantir que principalmente as famílias de baixa renda (de zero a três salários mínimos) sejam diretamente favorecidas e escutadas neste processo, é que é desenvolvido e aplicado o Trabalho Social (TS).

É nesse aspecto que o presente trabalho se estrutura, priorizando a Urbanização, Regularização, Integração de Assentamentos Precários, com foco no TS e execução participativa proposta pelo Ministério das Cidades, PAC 1 e 2 e o Município do Natal, parceria entre poder público e sociedade civil organizada, num determinado recorte socioespacial. Pretende-se, portanto, apreender, mediante reflexão sobre a natureza do TS que acompanha (ou deveria acompanhar) a implantação de importante programa de intervenção na área urbana, a qualidade do vínculo político e institucional com as comunidades Aliança, Vale Dourado, Parque dos Coqueiros e Jardim Progresso, todas situadas junto ao Bairro Nossa Senhora da

Apresentação, com recorte para a Rua do Riacho no citado Bairro, área receptora dos benefícios. Tal vínculo objetiva, acima de tudo, reverter uma situação de vicissitudes e realinhar o pensamento dos moradores quanto à melhoria e conservação do seu próprio lugar de existência.

O estudo justifica-se no quadro da dívida social acumulada no Brasil em relação à carência habitacional. As desigualdades sociais e a concentração de renda manifestam-se fisicamente nos espaços das nossas cidades. Nelas, a falta de um Trabalho Social (TS) representa um dos maiores problemas, considerando-se sua importância e finalidade no tocante à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A falta de moradia digna para a população carente exige muito mais do que aportes financeiros ou simplesmente vontade política.

A política social implementada pela Prefeitura do Natal não atende, de forma satisfatória, as necessidades da população. Vejam-se, por exemplo, os inúmeros assentamentos precários (loteamentos e favelas) em todas as regiões administrativas, concentrados nas regiões Norte e Oeste da capital do estado do RN.

Impôs-se, no âmbito do ordenamento jurídico municipal, a existência de instrumentos legais e a inserção de normas para a implementação da política e alteração da Lei Complementar número 20, de 02 de março de 1999, com as alterações da Lei número 31, de 10 de janeiro de 2001, com vistas a permitir-se a implementação da Política Habitacional de Interesse Social para o Município do Natal. Tal sistema foi proposto pelo Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social (SMHIS), a partir de uma instância de gestão e controle, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), articulada e integrada a outras secretarias, como: Planejamento e Meio Ambiente (CONPLAM), Conselho de Habitação e Interesse Social (CONHABIN) e Fundo de Habitação de Interesse Social (FUNHABIN), comprometidas com a Política de Habitação de Interesse Social para o Município do Natal, objetivando garantir que os recursos públicos subsidiem, exclusivamente, os beneficiários que recebem de zero a três salários mínimos (BENTES et al.: 2005).

Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) cerca de 84% da população do país moram em área urbana e, em escala variável, as cidades brasileiras apresentam problemas comuns, agravados ao longo dos anos pela falta de planejamento, reforma fundiária, controle sobre uso e ocupação do solo. O censo 2010 mostra que a população é mais urbanizada que há

dez anos. Atualmente, conforme estimativas do IBGE para 2016, a população da Região Metropolitana de Natal é de 1.537.211 habitantes, representando 44% da população do Rio Grande do Norte, enquanto o município sede do Natal possui 877.662 habitantes, equivalente a aproximadamente 25,3% da população do Estado.

Segundo Ana Fani Alessandri Carlos (2011), a produção do espaço constitui um elemento central da problemática do mundo contemporâneo, do ponto de vista da realização do processo de acumulação capitalista e, por consequência, de justificativa das ações do estado em direção à criação dos fundamentos da reprodução. As práticas de resistências precisam ser pensadas como recurso para construção de um olhar teórico visceral e dialeticamente articulado com a práxis, em um movimento que revele o sentido e o fundamento dos conflitos que se estabelecem hoje em torno do espaço, como luta pelo “direito à cidade”.

Valença (2001: 44), apontou a crise econômica como óbice à aplicação de uma política habitacional eficaz, em virtude da estagnação dos recursos provenientes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) frente ao dramático crescimento da questão habitacional e de ocupação dos espaços urbanos de forma bastante irregular, profundamente marcado pela informalidade, a ilegalidade e a degradação ambiental.

Este trabalho encontra-se dividido em quadro capítulos, onde são trabalhadas as várias dimensões da avaliação, a natureza do TS, a caracterização do espaço onde se deu o programa de intervenções e as opiniões dos moradores e técnicos, em relação ao projeto de intervenção na rua do Riacho.

Quadro 1 – Perfil dos Técnicos Entrevistados

E1	Homem, 66 anos, Engenheiro civil, professor da UFRN, mentor intelectual do Projeto N. S. Apresentação.
E2	Mulher, 39 anos, Assistente Social SEMTAS – PMN, técnica desde (2009 a 2011) no Projeto N. S Apresentação.
E3	Mulher, 44 anos, Assistente Social SHERPE-PMN, esta no projeto desde (2009 a 2010).
E4	Mulher, 29 anos, na época (2010 a 2012), estagiaria de Serviço Social-UFRN, hoje Assistente Social SHERPE-PMN.
E5	Homem, 52 anos, técnico nível médio, fiscal de obra da SEMOV-PMN.
E6	Mulher, 56 anos, Engenheira Civil, fiscal de obra SEMOV-PMN.
E7	Homem, 52 anos, Engenheiro Civil, Secretario Adjunto de Operação da SEMOV-PMN.

Quadro 2 – Perfil dos respondentes (moradores da Rua do Riacho)

B1	Mulher, 32 anos doméstica grau de escolaridade médio incompleto.
B2	Mulher 39 anos grau de escolaridade médio incompleto Moradora da comunidade desde início do loteamento trabalha como diarista.
B3	Homem 55 anos Ensino fundamental incompleto, carroceiro. Mora desde 2000.
B4	Homem com 60 anos aposentado escolaridade Ensino fundamental incompleto, Morador da comunidade desde início do loteamento.
B5	Homem 63 anos aposentado Ensino fundamental incompleto, Morador da comunidade desde início do loteamento.
B6	Homem, 45 anos, pedreiro, escolaridade Ensino fundamental. Morador da comunidade desde 2002
B7	Homem, 55 anos, pedreiro, escolaridade Ensino fundamental. Morador da comunidade desde o início do loteamento.
B8	Mulher, 53 anos, grau de escolaridade fundamental incompleto. Moradora da comunidade desde início do loteamento trabalha como diarista.
B9	Mulher 66 grau de escolaridade fundamental incompleto. Moradora da comunidade desde início do loteamento aposentada.

No período entre julho de 2014 e maio de 2015, realizaram-se trinta e cinco (35) entrevistas com moradores no Programa Urbanização Integrada Regularização e Integração de saneamento e Habitação Precária, residentes no loteamento desde sua origem até 2015. Todos tinham sido beneficiados pelo Programa, com remoção de sua unidade residencial e (re)construção no mesmo lote ou em outro lote, no mesmo bairro, porém em outra rua (Votuporanga), próximo à lagoa José Sarney, no Bairro de Nossa Senhora da Apresentação.

Cada entrevista foi realizada nas residências dos moradores e durou em média de 30 a 60 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas, com anuência de cada um, para posterior utilização. Ao transcrever as entrevistas, para extrair as principais categorias de análise, constatou-se que seria melhor aproveitar somente nove (9) delas, cujos dados eram mais consistentes, visto que a maior parte dos entrevistados não sabia responder e nem se posicionar diante dos questionamentos. Os resultados apresentados no quadro anterior preservam a confidencialidade dos respondentes, adotando um sistema de sigla letra/numero (B1 a B9).

O perfil dos respondentes mostra que são cinco (5) homens e quatro (4) mulheres com idades entre 28 e 66 anos, com graus de responsabilidade diferenciados e concepções diversas a respeito do Programa Urbanização Integrada Regularização e Integração de saneamento e Habitação Precária, no bairro de Nossa Senhora da Apresentação – Zona Norte do Natal.

CAPÍTULO II – REFLETINDO SOBRE O CONCEITO E DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO

Este capítulo trata da avaliação enquanto temática polêmica, bastante discutida dentro das ciências sociais. A avaliação é um procedimento que remonta ao século XVII. Sua aplicação, contudo, com conotação sistêmica e de caráter científico, teve desenvolvimento nos tempos recentes. Foi a partir da metade do século XX que a avaliação de políticas públicas tomou forma mais ordenada, principalmente nos Estados Unidos, em razão das mudanças por que passou o Estado na sua estrutura política, econômica e social, depois das grandes crises do início do século. (ANDRADE, 2005; CONTANDRIOPOULOS, 1997).

No Brasil, o interesse pela a área de avaliação de Políticas Públicas vem crescendo, nas diversas esferas de governo e nos diferentes fóruns de discussão dessa questão. Tal fato deve-se, certamente, às mudanças institucionais por que a administração pública tem passado no país, com a consolidação do planejamento plurianual e com a mudança da ênfase da auditoria dos Tribunais de Contas. Ademais, o interesse crescente pelo uso de indicadores na administração pública está relacionado ao aprimoramento do controle social dos Estados Brasileiros nas duas últimas décadas.

Para Jannuzzi (2001), a escolha de indicadores sociais para uso no processo de formação e avaliação de políticas públicas deve ser pautada pela aderência deles a um conjunto de propriedades desejáveis e pela lógica estruturante da aplicação, que definirá a tipologia de indicadores mais adequada.

Avaliar a política pública enquanto processo implica várias etapas, passando pela agenda pública e processo de avaliar. A avaliação é parte da política e sua complexidade e deve ser vista como uma referência, para análise processual; para Frey (2000), a avaliação possui a dinâmica e a complexidade do processo e da interatividade dos agentes envolvidos em várias etapas, devendo ser vista como um quadro de referência para análise e não como um processo estático.

Para House (1980, p. 73), “A avaliação não convence, persuade; não demonstra, argumenta; é razoável, não absoluta; é aceita por muitos, sem ser imposta a ninguém”. Coerentemente, vê-se que não há consenso quanto ao ato de avaliar; o conceito admite múltiplas definições, algumas delas contraditórias.

Segundo Marjukka e Helgason (2000, p. 5), “a avaliação pode ser definida como uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis”. Para eles, a avaliação deve ser vista como um mecanismo para tomada de decisões, para garantir melhores informações aos governantes, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas e os programas públicos.

Avaliação ainda pode contribuir para um preenchimento de lacunas, quando adequadamente utilizada numa estrutura de gestão de desempenho. Além disso, tem a faculdade de aumentar a eficiência e a eficácia do setor público e, por conseguinte, fortalecer a base para as atividades da iniciativa pública.

A seguir, aborda-se o processo de sistematização teórica das políticas públicas, mediante revisão bibliográfica sobre avaliação em políticas públicas, a partir de várias leituras, com o aporte da tese de doutorado de Brandão (2013), com alvo no entendimento dessa problemática.

2.1 INTRODUZINDO A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para entender a seriedade e a importância da avaliação e sua localização nas políticas públicas, cumpre ponderar, de início, o que se entende por Estado e por políticas públicas. Para tanto, recorre-se a Souza (2009), que adota o conceito de Poulantzas, para quem o Estado é um adensamento material de uma relação de forças; e refuta a ideia de Estado como um simples instrumento ou um Estado com autonomia total. De acordo com o mesmo autor, o Estado capitalista tem um papel importante nas ações públicas, decorrente de duas razões fundamentais. A primeira transcorre de que a essência do Estado capitalista está dependente pela sua centralidade, unidade e necessidade de um mínimo de autonomia relativa para que possa operar, correntemente, como fator de coesão de algumas classes e setores, e divisões de outros. A segunda razão é dever demonstrar aparente neutralidade e se apresentar como uma instituição tipicamente pública, garantindo sua legitimidade. (SOUZA, 2009).

A dimensão pública ou aparência de esfera e a própria face pública do Estado terminaram confinando, na maioria da literatura vigente, a ação pública à ação estatal, mitigando a dinâmica das políticas públicas. (SOUZA, 2009). Dessa forma, conceituar política pública pode evidenciar a relação entre a ação pública e o Estado. Segundo Dye (2005), compreende-se por política pública aquilo que o

Estado escolhe fazer ou mesmo não fazer, o porquê de fazê-lo e a diferença de fazê-lo, porque até mesmo a ausência de uma ação do poder público e a escolha entre uma ou outra ação tem significativo impacto social. Similarmente, profundo impacto teria a realização de uma ação ou a escolha de outra em detrimento desta.

Hofling (2001, p.31), afirma que a política pública “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

Recorrendo-se a outro conceito, cita-se Saravia (2006, p.28-29), para quem a política pública,

Trata de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa às ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Importa sublinhar que o conceito adotado neste estudo considera as políticas públicas políticas estatais e governamentais em termos amplos. (SOUZA, 2009; BRANDÃO, 2013; MENY e THOENIG, 1992).

Souza (2009), reportando-se às características das políticas públicas, aponta que as mesmas constituem um programa de ação, tendo: conteúdo (uma vez que apontam para a busca de resultados e produtos); programa (com marco, eixos específicos, atividades, procedimentos institucionais, leis, etc.); orientação normativa (finalidades e preferências/ valores e interesses); além de se constituírem em força de coerção. Mesmo como programa de ação, no entanto, a mesma não pode ser reduzida a um ou mais documentos, guardando coerência total, ou que mantivesse um grande consenso, ou mesmo que estivesse imune a quaisquer contradições e conflitos, inclusive dentro do próprio aparelho do Estado. (SOUZA, 2009).

2.2 ETAPAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na sua concepção mais canônica, reportando-se a Brandão (2013) que cita e sugere alguns autores (FARIA, 2005; TREVISAN, VAN BELLE, 2008), a avaliação é vista como uma etapa do processo da política pública. Esta, enquanto processo, apresenta momentos ou etapas, indo desde a sua entrada na agenda pública até o processo de avaliação. Trata-se de um ciclo de vida da política que não deve ser compreendido de forma estática e definitiva. De acordo com Frey (2000), o ciclo da política deve ser visto mais como um quadro de referência para a sua análise processual do que como um processo fixo, haja vista a dinâmica e complexidade dos processos políticos e da interatividade dos agentes envolvidos nestas etapas.

As etapas, ou o ciclo da política, conforme Saravia (2006), são:

- (1) a entrada na agenda;
- (2) a elaboração;
- (3) formulação da política;
- (4) a implementação;
- (5) execução;
- (6) acompanhamento e avaliação, descritos a seguir.

Focando atenção na agenda governamental e não na social, para o citado autor, a entrada na agenda representa a inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda do governo, na lista de prioridades do poder público. Essa noção relaciona-se ao estudo e explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a adquirir status de “problema público”. Sua inclusão na “agenda” induz e justifica uma intervenção pública legítima sob a forma de decisão das autoridades públicas. Ao avaliar o projeto desenvolvido no Bairro de Nossa Senhora da Apresentação, verifica-se que este entrou na agenda da Prefeitura do Natal na primeira década do século XX.

A segunda fase corresponde à elaboração que consiste na identificação e delimitação do problema atual ou potencial da comunidade, a determinação de possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e o estabelecimento de prioridades. Cumriu-se essa fase quando o projeto de saneamento, drenagem e habitação foi elaborado pelos técnicos da Prefeitura

Municipal do Natal-PMN, a partir do diagnóstico dos problemas sociais e ambientais da área, em 2007.

A terceira fase é a formulação, que inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais viável, seguida da declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro; o referido projeto foi apresentado e aprovado em 2009.

A esta etapa sucede a implementação, entendida como planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política; no caso, foram os serviços da Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projeto Estruturante - SHERAPE responsáveis pela realização das ações, visando pôr em prática a política pública, os programas, projetos e planos, permitindo sua execução. Essa é o resultado do conjunto de ações que se destinam a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É por em prática a política, sua realização. O acompanhamento é um processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade e seus componentes e tem por objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções, a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos.

A análise da documentação relativa ao projeto desenha todo o acompanhamento, enquanto que as informações atualmente disponíveis sobre o nosso objeto de estudo mostram que somente parte do projeto foi executada e pôde ser objeto de avaliação, conforme quadro a seguir.

Quadro 3 – Situação das principais ações e realizações

Ações	Intervenções	Situação atual
1 – Asfalto	Somente o anel viário utilizado pelos transportes coletivos que servem ao bairro	Parcialmente cumprido
2 – Lotes e casas	17 lotes/imóveis foram beneficiados no próprio lote; 14 lotes/ indenizados próximo à área de intervenção.	Concluído
3-Esgotamento sanitário	Somente 3% dos serviços foram executados, sem as ligações às residências.	Obra encontra-se paralisada desde 2010
4- Águas encanada	81% dos domicílios atendidos no quadro do projeto tem água encanada	Os demais usam água dos vizinhos ou fazem ligações clandestinas (conforme ilustração a seguir)
5 – Drenagens de águas pluviais	Somente 3% dos serviços foram executados	Obra encontra-se paralisada desde 2010
6 - Escolas / creche	Foram construídas uma Escola Municipal e uma creche	Encontra-se em funcionamento
7 – Desemprego	Alto índice com mais de 36% vivendo de biscates.	
8 - Iluminações Públicas	256 pontos de iluminação foram colocados no bairro	Existem vários postes sem as luminárias por causa da ação de vandalismo
9 - Coletas de lixo	Serviço executado duas vezes por semana	Situação regular
10 - Postos Policiais	02 unidades foram construídas	Há pouco policiais para atender a demanda da comunidade.
11- Praças/área de lazer	2 unidades foram providenciadas	Área insuficiente para atender a população e desprovida de equipamentos
12 - Visitas domiciliares às famílias para reassentamento, para mobilização, orientações gerais e acompanhamento.	Foram realizadas cinco visitas	Atendimento insuficiente em função da demanda
13 - Reuniões entre a Equipe Técnica, para discussão e nivelamento com base nos Projetos Executivos aprovados e da proposta do TS a ser desenvolvido;	As reuniões foram feitas	Não houve definição de ações concretas a serem desenvolvidas pela equipe no quadro do TS
14 - Entrega das novas casas e acompanhamento técnico social às famílias beneficiadas;	As unidades habitacionais foram entregues	Não houve acompanhamento das famílias pela equipe do TS
15 - Eventos ações de mobilização e organização comunitária, relativas a Educação Sanitária e Ambiental e geração de trabalho e renda.	Foram feitos seis eventos de integração durante o processo.	Parcialmente realizado no quadro do TS

Fonte: SEMTAS, 2010.



Figuras 1 e 2 – Mostram as ligações clandestinas de água (CAERN) para os imóveis.
Fonte: Adilson, 2012.

Em analisando o quadro resumo apresentado, confirma-se a necessidade de finalização das obras propostas pela Prefeitura Municipal do Natal – PMN, no quadro do Projeto integrado do bairro Nossa Senhora da Apresentação, principalmente no tocante aos investimentos a serem realizados, mediante projeto executivo, para sanar os diversos problemas físicos e socioambientais ainda pendentes na Rua do Riacho. Espera-se que, com a conclusão dos serviços, os beneficiários e a comunidade possam contar com uma melhor qualidade de vida e que também possam ter o seu meio ambiente em equilíbrio. Ainda não se pode prever data para término das intervenções projetadas. Com as obras já realizadas, todavia, pôde-se verificar impacto positivo.

A conclusão das ações previstas/executadas pela PMN prenuncia impactos positivos em vários segmentos, tais como:

- Diminuição de gastos públicos em diversas áreas, principalmente na saúde pública, com a drenagem pluvial (doenças causadas por insetos e outros vetores), em virtude da melhoria das condições de salubridade, com a implantação de sistemas de drenagem, pavimentação, destinação adequada do lixo e esgotamento sanitário;

- Elevação do sentimento de segurança e bem-estar social.

- Ampliação das possibilidades de mobilidade social e incremento de renda, potencializadas pelas atividades de capacitação, qualificação e geração de ocupação e renda;

- Redução dos gastos públicos com ações emergenciais de atendimento em situações de risco (caso de chuvas, inundações e alagamentos);

- Aumento do número de vagas ofertadas no sistema escolar e pré-escolar, com repercussão positiva no aumento de escolaridade e na ampliação das possibilidades de trabalho, a longo prazo;

- Além da possibilidade de redução da violência e, conseqüentemente, dos gastos públicos com segurança, ajudando a resgatar a autoestima da população e a sua cidadania.

2.3 HISTÓRICO E CONCEITO DE AVALIAÇÃO

Entender o fracasso ou sucesso das políticas públicas tornou-se essencial para melhorar o desempenho da administração pública. De acordo com Brandão (2013) e Trevisan e Van Belle, a avaliação surge:

No final do século XX, com o aprofundamento da crise do Welfare State, com as convulsões econômicas, sociais e políticas enfrentadas, principalmente a partir da década de 1970 (...), quando o Estado é fortemente questionado tanto em suas funções quanto na real eficácia de suas ações interventoras na realidade social (2008, p. 530).

Surge, portanto, a necessidade de avaliar. De acordo com Faria (2005), nas últimas décadas, a avaliação tem sido posta a serviço da reforma do Estado; no entanto, sua evolução passou por diversas fases ou “gerações” de acordo com alguns autores. Ao se reportar a estas etapas, Faria (2005) cita, por exemplo, a classificação de Guba e Lincoln, que teve como foco a evolução da avaliação nos EUA. Para estes autores, a avaliação passou por gerações sucessivas. No início, com um viés mais técnico, no período do New Deal; depois, uma “geração mais descritiva que predominou” entre a Segunda Guerra Mundial e o início dos anos de 1960; em seguida, outra que enfatizava a oferta de “julgamentos” abalizados e que predominou entre a década de 1960 e meados da década seguinte; por último, uma geração “reativa”, característica dos anos Reagan. (FARIA, 2005).

Reportando-se ao Brasil, a fase atual da avaliação remete à década de 1990, marcada, no seu plano normativo, pelo fortalecimento da “função avaliação” na gestão governamental das democracias ocidentais. Foram criados diversos sistemas de avaliação de políticas públicas, tendo como foco a modernização da gestão pública num contexto de dinamização e legitimação da reforma do Estado.

A medição e avaliação do desempenho governamental e das políticas públicas foram parte integrante da agenda de reformas nos anos 1980 e 1990. O desenho dessas reformas privilegiou dois propósitos básicos: primeiro, a adoção de uma perspectiva de contenção dos gastos públicos, de busca de melhoria da eficiência e da produtividade, de ampliação da flexibilidade gerencial e da capacidade de resposta dos governos, bem como de maximização da transparência da gestão pública e de responsabilização dos gestores, num processo em que o consumidor de serviços públicos, estaria, supostamente, em primeiro plano. O segundo propósito é que as reformas pudessem contribuir para uma reavaliação da pertinência das organizações governamentais preservarem todo o seu tradicional leque de atribuições, prevalecendo um contexto de valorização da provisão privada de bens e serviços. (FARIA, 2005, p. 99-100)

Assim, avaliação tornou-se importante pela necessidade de garantir credibilidade ao chamado processo de reforma do Estado e para dar sustentabilidade política às diretrizes de desregulamentação e de redução do tamanho do Estado. Esperava-se, ainda, que fomentasse a transparência na gestão pública e a satisfação de usuários/clientes. (FARIA, 2005).

2.4 CONCEITUANDO AVALIAÇÃO

Para entender o valor e conceito do que é uma avaliação e sua aplicação nas políticas públicas, é preciso entender, a princípio, o que se compreende por Estado e por políticas públicas. Segundo Souza (2009), o Estado capitalista tem um papel basilar nas ações públicas, resultante de duas razões básicas. Consoante Poulantzas, o Estado seria a condensação material de uma relação de forças, criticando a ideia de dicotomia entre Estado objeto e Estado sujeito.

Para Brandão (2013), no campo da avaliação, o mais comum é a ausência de consensos. O próprio conceito de avaliação, segundo Ala-Harja e Helgason (2000), admite múltiplas definições, algumas contraditórias. Tal fenômeno pode estar relacionado à variedade de disciplinas, às instituições e aos executores, além da gama de questões, necessidades e clientes abrangidos no universo das avaliações.

Em meio aos consensos estabelecidos, pode-se recorrer a Andrade, 2005; Contandriopoulos et al., 1997; Silva, 2005; Silva, 2008, segundo os quais a avaliação se refere a um processo de julgamento em sua essência, onde caberia determinar se uma ação foi, ou será boa ou não; se estava atingindo, ou se irá atingir ou não os objetivos ao qual se propunha a princípio. Para Akerman e Nadanovsky (1992, p.364), porém, a avaliação não deve ser considerada um fim em

si mesmo, mas “um processo onde um julgamento explícito é elaborado e, a partir daí, desencadear-se-ia um movimento de transformação na direção da qualidade previamente desejada”.

Segundo Ala-Harja e Helgason (2000, p. 5), a avaliação consiste numa “análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis”. E complementam:

A avaliação de programa deve ser vista como mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações aos governantes, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas e os programas públicos. Não se destina a resolver ou substituir juízos subjetivos envolvidos na tomada de decisão, mas permite certo conhecimento dos resultados de um dado programa — informação que pode ser utilizada para melhorar a concepção de um programa e sua implementação.

Para Aguilar e Ander-Egg (1994, p. 31-32) a avaliação:

É uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar, de maneira válida e confiável, dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foi realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos. Visam comprovar a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisões racionais e inteligentes entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso de seus resultados.

Destarte, no que se refere à importância ou função da avaliação, fica clara a inquietação dos autores em destacar que a mesma deve ser vista como: instrumento valioso para contribuir com um esboço e aprimoramento dos programas e políticas públicas (FARIA 2005); como um processo que tem em vista a melhoria das políticas e da ação do Estado (DRAIBE, 2001), como instrumento capaz de orientar a correção, reorganização, reestruturação, implantação e implementação de políticas, (ALA-HARJA, HELGASON, 2000; CONTANDRIOPOULOS, et.al. 1997);

A avaliação não objetiva impor a verdade absoluta, mas ajustar uma visão justificada dos programas e políticas. Não visa substituir o processo de tomada de decisão política, mas fazer com que este seja feito de maneira mais consciente. (ALA-HARJA-HELGASON, 2000, p.10).

Outro aspecto em que há ausência de consenso é quanto ao conceito de monitoramento e avaliação. Determinados autores não mencionam distinções, tratando frequentemente esses assuntos como semelhantes (DONABEDIAN, 1990); para outros, como Silva e Formigli (1994) e Silva (2005), a distinção é clara e diz respeito a ver o monitoramento como um acompanhamento sistemático sobre algumas das características dos serviços, enquanto a avaliação refere-se ao julgamento sobre os mesmos, em um determinado ponto do tempo. Para Miranda e Costa (2008), o monitoramento é decorrente da coleta e organização da informação, enquanto a avaliação é um processo de interpretação que pressupõe um referencial conceitual e incorpora, necessariamente, certa subjetividade. Para eles, o monitoramento é mais ou menos neutro, como seriam neutros a operação e desempenho do projeto, ao passo que a avaliação envolveria, em essência, um juízo de valor.

2.5 CLASSIFICANDO AS AVALIAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICA

De acordo com Brandão (2014) e reportando-se a Figueiredo e Figueiredo (1986), as avaliações se classificam, quanto à natureza, em: avaliações de processo e avaliações de impacto. Neste estudo, trabalha-se com a avaliação de processo.

Para Figueiredo e Figueiredo (1986), a avaliação de impacto tem uma ambição mais ampla e complexa do que a avaliação de processo. Ela diz respeito aos efeitos do programa sobre a população-alvo e tem subjacente a intenção de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais.

Draibe (2001) vai chamar de avaliação de resultados ou impacto aquela que tem como foco observar o cumprimento de seus objetivos. A autora procura verificar o quanto e com que qualidade os objetivos do programa foram cumpridos.

Roche (2002, p. 37), ao realizar uma avaliação de impacto com os trabalhos desenvolvidos por Organizações Não-Governamentais, conceituou esse tipo de avaliação como uma “análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas planejadas ou não na vida das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações”.

Ainda quanto à natureza da avaliação, a avaliação de processo “tende a se apoiar em conceitos e modelos de análises capazes de captar o sentido e a lógica de programas movidos por interesses, conflitos e eventuais negociações” (DRAIBE,

2001, p. 27). Ela tem por objetivo avaliar o ciclo da política e, como foco, o desenho, as características organizacionais e de desenvolvimento dos programas. Visa “detectar os fatores que, ao longo da implementação, facilitam ou impedem que um dado programa atinja seus resultados da melhor maneira possível”. (DRAIBE, 2001, p. 20). Para Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 111) a avaliação de processos visa verificar “se o programa está sendo (ou foi) implantado de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto atingirá (ou atingiu) as metas desejadas”. Tem uma função importante no processo de correção da política, através de uma avaliação processual.

A importância da avaliação de processos está no fato de que é “impossível antever todos os tipos de entraves, problemas e conflitos possíveis durante a realização de um programa” (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986), fazendo-se necessário acompanhar seu processo de implementação a fim de captar a “anatomia do processo geral de implementação, identificando seus principais sub-processos ou sistemas” (DRAIBE, 2001, p. 31)).

Uma maneira de realizar a agregação de avaliações com naturezas diferentes é utilizar conceitos que tratam de relacioná-las. Eles são: eficácia, eficiência e efetividade. A eficácia, em termos gerais, conceitua-se como o “grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população-beneficiária, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados” (COHEN, FRANCO, 2008, p. 102).

Figueiredo e Figueiredo (1986) vão compreender a eficácia como um processo que tem por meta acompanhar e aferir se os propósitos, estratégias e execução do programa, estão se realizando segundo as definições previamente estabelecidas. E assim eles vão classificar a eficácia em: eficácia objetiva (visa demonstrar que o programa cumpriu com as expectativas no que se refere ao volume e qualidade do produto. Ou seja, se as metas atingidas foram iguais, superiores ou inferiores às metas propostas); eficácia administrativa e contábil (quando a intenção da avaliação está na moralidade executória); e eficácia funcional (quando a intenção é a avaliação instrumental).

Para Draibe (2001, p. 35), a eficácia diz respeito à relação entre características e “qualidades” dos processos, e sistemas de sua implementação, de um lado, e os resultados a que chega, do outro. Para a mesma autora, o programa será mais eficaz – “atingirá seus resultados em menor tempo, menor custo e com

mais alta qualidade – aquele programa que se apoiar em processos e sistemas adequados de implementação”. Assim, a avaliação de eficácia é, por natureza, uma avaliação de processo.

Os indicadores que compõem a avaliação do Produto – habitabilidade (urbana e saneamento, drenagem e da unidade habitacional), espacialidade e construtibilidade, além da satisfação do usuário – agregam as dimensões valorativas da qualidade do projeto e da obra, em termos arquitetônico-urbanísticos, do conforto da moradia, da sustentabilidade das soluções técnicas, da racionalidade construtiva que o produto manifesta e de sua inserção urbana e ambiental, compreendendo o acesso às redes e serviços públicos (BUZZAR e FABRÍCIO, 2007, p. 232). Desta forma:

Não é possível que os programas e projetos sociais sejam eficazes e eficientes se não forem avaliados os resultados de sua aplicação. Por isto, dispor de avaliações ex post de projetos em curso ou já realizados é fundamental para melhorar modelos. (COHEN & FRANCO, 1998, p. 31).

Na tessitura deste trabalho, utiliza-se a definição de Cohen e Franco (1998), posto que o conceito trazido por eles vincula a eficácia às metas do programa e, em consequência, aos resultados estritos alcançados pelo mesmo.

A eficiência tem relação direta com recursos e resultados, a partir de determinados parâmetros. “Custo mínimo possível para o máximo de benefício possível” (FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986). Uma maior eficiência refere-se a uma maior produtividade com menores custos, ou uma maior produtividade com os mesmos custos (COHEN, FRANCO, 1998, DRAIBE, 2001). Não se utilizará aqui o critério de eficiência para a avaliação do programa, visto não ser foco de estudo a busca de resultados baseados no orçamento aplicado ao programa, e sim, aos resultados obtidos em termos de metas e de mudanças proporcionadas à qualidade de vida das pessoas. A efetividade, por outro lado, deriva da relação entre os resultados e os objetivos. “A efetividade de um programa se mede pelas quantidades e níveis de qualidade com que realiza seus objetivos específicos, isto é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide”. (DRAIBE, 2001, p. 36).

2.6 AVALIAÇÃO DE PROCESSO

Para Figueiredo e Figueiredo (1986), uma política/programa pode gerar diferentes tipos de impactos, como sejam: conflitos objetivos – quando geram mudanças quantitativas nas condições da população-alvo; efetividade subjetiva - quando estas mudanças alteram o estado de espírito da população; e conflitos substantivos - quando há mudanças qualitativas nas condições de vida da população. Considerando a natureza dos impactos, os autores vão definir três tipos de efetividade: a efetividade objetiva, subjetiva e substantiva. De acordo com os autores,

A efetividade objetiva é o critério de aferição da mudança quantitativa entre o antes e o depois da execução do programa. O critério de avaliação da efetividade subjetiva tem sido cada vez mais usado na medida em que o conceito de Bem-Estar Social tem sido desdobrado em suas dimensões materiais, psicológicas e culturais. Nesse sentido a efetividade subjetiva torna-se o critério de aferição de mudanças psicológicas, de mudanças nos sistemas de crenças e valores e, notadamente, tem a função de aferir a percepção da população sobre a adequação dos resultados objetivos dos programas aos seus desejos, aspirações e demandas. Ou seja, o nível de Bem-Estar Social tem de ser julgado por esta dimensão subjetiva também. A efetividade substantiva é, por sua vez, o critério de aferição de mudanças qualitativas nas condições sociais de vida da população-alvo. (FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986, p.116-117)

Adota-se, aqui, a eficácia no seu sentido amplo e a efetividade, em suas dimensões subjetivas e substantivas, de acordo com FIGUEIREDO e FIGUEIREDO (1986), por compreender-se que a efetividade objetiva, tem o mesmo objetivo da eficácia proposta por Cohen e Franco (1998).

As avaliações podem ainda ser classificadas de acordo com outros critérios. Elas podem ser:

A avaliação quanto ao seu tempo (timing) pode ser classificada em: *ex ante*, intermediária e *ex post*. A primeira é quando é realizada antes da implantação do programa, ainda nas suas fases de preparação e formulação. *Ex post* é a avaliação que é realizada após a implantação do programa. Para alguns autores *ex post* refere-se tanto às avaliações realizadas concomitantemente a realização do programa como àquela realizada após a realização/ implementação do mesmo. Ela tem como objetivo verificar os graus de eficácia e eficiência com que o programa está atendendo a seus objetivos e ainda, avaliar a efetividade do programa. (COHEN, FRANCO, 2008; DRAIBE, 2001; FARIA 2005; SILVA, 2005).

Para outros autores, existe outra classificação, além da *ex post*, que é a avaliação do tipo intermediária e que estaria relacionada ao momento concomitante

da avaliação à realização do programa e tem por objetivo contribuir para melhoria no processo de desenvolvimento do mesmo. (ALA-HARJA, HELGASON, 2000).

Quanto à posição do avaliador, a avaliação pode ser interna, externa, mista e participativa. A primeira se dá quando o avaliador faz parte do programa que está sendo avaliado e sua realização dá-se dentro da organização gestora do projeto. A externa refere-se a avaliadores externos ao programa, pessoas alheias à organização-agente. A mista é a que procura combinar a avaliação interna e externa, com a intenção de superar as dificuldades e preservar as vantagens de ambas as avaliações. A participativa, por sua vez, é utilizada para minimizar a distância entre avaliador e beneficiários (ALA-HARJA, HELGASON, 2000; COHEN, FRANCO, 1993; DRAIBE, 2001; FARIA 2005; SILVA, 2005).

O Programa de Urbanização, Regularização, Integração de Assentamentos Precários, Ação/Modalidade/Urbanização, Regularização, no Bairro Nossa Senhora da Apresentação, no projeto executivo, contempla aquela comunidade com melhoria na sua qualidade de vida. São ações de desenvolvimento social, por definição, e não somente projetos de engenharia e de instalação de obras, que por sua vez, passa pela organização da gestão de pessoas e pela educação sanitária.

As obras em curso, no bairro citado, têm como meta final assegurar efetivamente uma mudança no nível de bem-estar do público-alvo. Não é possível afirmar que uma obra, mesmo quando responde por uma necessidade real, sentida pela comunidade, venha a produzir automaticamente mudanças na vida das pessoas. Existem diversas razões pelas quais a obra pode não chegar a funcionar adequadamente, ou as pessoas podem não mudar seus hábitos.

No decorrer das obras, o projeto sofreu adequações, como: trabalho de Mobilização e Comunicação, que deveria ter sido realizado em um período pós-obra, podendo estar relacionado a mostrar à população os benefícios que ela receberia com as obras realizadas, conscientizando-a do valor econômico e social dos equipamentos ofertados e sua responsabilidade no bom uso dos mesmos. Na Participação Comunitária e Desenvolvimento sócio-organizativo, o programa deveria ter como escopo a educação sanitária e ambiental, através de informações que promovessem o entendimento do meio social em que a comunidade está inserida, baseando-se no princípio de que a educação deverá contribuir para o efetivo engajamento e participação crítica dos indivíduos nos modelos de desenvolvimento sócio-organizativo. Neste sentido, a educação sanitária e ambiental poderia

promover a proteção, a recuperação e a melhoria do ambiente e das condições de vida dos moradores do bairro de Nossa Senhora da Apresentação, através do “aprendizado por meio da solução dos problemas”, o “aprender fazendo”, aprender melhorando a própria condição de vida.

Outra proposta inserida no projeto é a questão do Empreendedorismo para melhoria da renda das famílias residentes no bairro, fazendo um levantamento dos profissionais desempregados no bairro e os que vivem de “bico”, para encaminhá-los a instituições que trabalham com cursos profissionalizantes, contribuindo para a melhoria da qualificação profissional destas pessoas e melhoria na sua geração de renda. Trabalhar a Educação voltada para as questões sanitárias e ambientais, através de palestras, abordagens *in loco* e visitas às lagoas de captação de águas pluviais e estações de tratamento de esgoto do bairro; discussão e reflexão junto aos grupos informais e formais sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, com foco na questão dos esgotos e resíduos sólidos, etc. Outra estratégia seria trabalhar a educação patrimonial junto aos grupos, para que as pessoas tenham a ideia de pertencimento à sociedade e se sintam responsáveis pelos mobiliários urbano e ambientais que estão recebendo. No tocante a Remoção e Reassentamento, além de 16 imóveis já relocados no próprio terreno e 17 casas construídas na rua Votuporanga, seria feita uma pesquisa junto às famílias reassentadas, a fim de aferir seu grau de satisfação frente às mudanças ocorridas.

Neste trabalho, procurou-se identificar como o projeto executivo de Urbanização, Regularização, Integração de Assentamentos Precários foi aplicado junto naquela localidade. Buscou-se, também, discernir o modo de implementação da avaliação de processo, o que estava ocorrendo no curso da aplicação das metas propostas pelo programa, os entraves, as dificuldades no desenvolvimento da obra física tanto quanto na aplicação do trabalho social proposto.

No caso em estudo, a política de urbanização integrada no bairro citado não se deu de forma conclusiva em várias etapas de sua operacionalização, com a adoção de indicadores e meios na perspectiva de aferição de sua eficácia, eficiência, efetividade e impacto social. Além disso, estava previsto na programação inicial do Projeto que, após o término da execução do Trabalho Social, seria realizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa do impacto de intervenção físico e social, com vistas a avaliar o grau de satisfação dos beneficiários, e que o resultado deveria ser apresentado em um seminário destinado à comunidade e aos parceiros

do projeto. A pesquisa foi realizada a contento (sendo seus resultados utilizados no presente estudo), mas o seminário com os parceiros e para a comunidade não foi executado, em razão de descompasso entre o cronograma de execução da obra e os procedimentos assinalados no projeto.

Até o fechamento deste trabalho, o projeto de urbanização integrada do bairro Nossa Senhora da Apresentação, com o foco na Rua Riacho, estava descontinuado, com paralisação das obras de drenagem, ligações das lagoas de captação de águas pluviais e ligação do esgotamento sanitário, com apenas 60% das obras realizadas. As construções e relocações das casas foram concluídas. No entanto, as casas são de tamanho reduzido, como resultado dos lotes disponíveis adquiridos pela Prefeitura do Natal, na mesma localidade, e em um novo lote da rua Votuporanga, com apenas 45 metros quadrados cada unidade habitacional. Esse porte certamente não atende às condições de habitabilidade dos moradores. Antes, suas casas, construídas em área de risco (dunas e bacias), de desabamento e de inundações nos períodos de chuvas, em lotes obtidos por posse ilegal, comportavam a família adequadamente. No que diz respeito ao trabalho social, o que deveria ter sido implementado, começando pelas reuniões institucionais com a população alvo, somente sucedeu uma reunião. Nessas reuniões, deveriam ocorrer visitas técnicas para o monitoramento do trabalho social, inspeção da obra, aplicação e correto cumprimento do Termo de Referência.

As pesquisas sobre políticas públicas, segundo Figueiredo e Figueiredo (1986), agregam a visão do processo de avaliação, enquanto que, no entendimento de Lima Júnior et al, elas têm a análise crítica do programa (política) com o objetivo de sondar o grau de alcance das metas, custo-benefício, quais os processos ou efeitos colaterais que estão implicados (previstos ou não, desejáveis ou indesejáveis), indicando possíveis realinhamentos das ações mais eficazes.

A avaliação tem sido aquele momento em que a política já foi, no mínimo, formulada, para que possa ser analisada sua viabilidade. Meny e Thoenig (1992), ao lecionar que a análise de uma política pública leva a um processo constante de mudanças, ajustes e redefinições, apontam que isso é possível a partir da compreensão das principais fases que constituem esse processo, as quais, em que pese possuir atividades concretas e particulares, não se dissociam uma das outras e se materializam concomitantemente. A esse respeito, segundo Figueiredo e Figueiredo (1986, p.109), o mais importante nessa discussão é o estabelecimento

das conexões lógicas entre os objetivos da avaliação, os critérios de avaliação e os modelos analíticos capazes de responder à pergunta básica de toda pesquisa de avaliação: a política ou programa social sob observação foi um sucesso ou um fracasso?

Como já foi dito, no caso em estudo, a política de urbanização integrada não se deu de forma conclusiva, em várias etapas de sua operacionalização, com a adoção de indicadores e meios de aferição de sua eficácia, eficiência, efetividade e impacto social.

Draibe (2001, p.30) leciona que as avaliações de processo, de natureza qualitativa, buscam identificar os fatores facilitadores e os obstáculos que operam ao longo da implementação e que condicionam, positiva ou negativamente, o cumprimento das metas e objetivos. Tais fatores são entendidos como condições institucionais e sociais dos resultados. Assim, o objetivo maior desse tipo de avaliação é garantir o êxito das políticas/programas em andamento, assegurando ao público-alvo seus benefícios e direitos.

Tem-se, a priori, que nenhum projeto, em regra, é implementado em sua totalidade, por mais que os governantes apregoem querer, porque o andamento das obras físicas e do trabalho social sofre percalços e é preciso que se façam adequações para tentar corrigir o rumo do projeto. Foi assim que, desde o início do programa, existiram vários hiatos tanto na obra física quanto no trabalho social. As informações também não chegaram à população no início do projeto, durante o processo de execução e até hoje. Fica evidente a existência de sério problema de gestão, numa cidade onde os moradores não sabem a quem reclamar, pedir informações ou tirar dúvidas. Ao longo das entrevistas, com frequência, se ouvia: “seria bom concluir (...)”, seria bom terminar (...)”. Era comum a desinformação. Tal situação, aliás, inclui os próprios técnicos que atuaram e os que atuam no projeto, conforme mostram as falas expressas no capítulo quatro.

2.7 ESCOLHA DO CAMINHO – AVALIAÇÃO DE PROCESSO

Conforme demonstrado, ainda não existe consenso sobre o que seja, exatamente, a avaliação de políticas públicas, bem como seu papel e os respectivos procedimentos metodológicos. Não obstante, a avaliação tem sido considerada, em geral, como uma atribuição de valor. Como lembra Brian Barry, avaliar é atribuir

valor: é determinar se as coisas são boas ou más. A avaliação política consiste, portanto, em atribuir valor às políticas, às suas consequências, ao aparato institucional em que elas se dão e aos próprios atos que pretendem modificar o conteúdo dessas políticas (BARRY; 1975, p. 340).

Salienta-se, novamente, que a avaliação não tem em si, por objetivo, alcançar a verdade absoluta, mas proporcionar uma visão justificada dos programas e políticas. Ela não visa substituir o processo de tomada de decisão política, mas fazer com que este seja feito de maneira mais consciente. (ALA-HARJA-HELGASON, 2000, p.10).

As avaliações tanto de produto quanto de impacto de políticas podem caminhar em duas direções. Por um lado, a motivação pode estar na moralidade positiva, legal, notadamente no que se refere à probidade dos gestores e usuários na gestão do programa e na apropriação dos seus benefícios e dos técnicos. Por outro lado, a motivação pode estar não na moralidade administrativa, mas na moralidade política ou social. Ou seja, se os propósitos das políticas ou programas são condizentes com princípios de justiça política e social minimamente aceitos. Esta linha de motivação está na base do que Abranches (1985) chama de "auditoria social", que trata de diversos aspectos, mas, principalmente, de questões relacionadas com os princípios de justiça que norteiam a formulação e decisão de políticas e suas possíveis consequências nas condições de vida da população, como sugere Abranches. Por isso, o estudo aborda a avaliação de política, tanto do seu produto quanto do seu processo.

Aqui, então, o objeto da avaliação não é tanto o volume ou a natureza do produto, nem o tamanho de seu impacto, mas se esses produtos condizem, minimamente, com princípios de justiça política e social sobre os quais existe um consenso mínimo. A importância desta linha de avaliação está no fato de que é impossível antever todos os tipos de entraves, problemas e conflitos possíveis durante a realização de um programa. Embora a análise de experiências passadas sirva para agregar conhecimento, ela jamais será suficiente para prescindir da avaliação processual concomitante à implementação de qualquer programa.

Se a avaliação processual não objetiva medir o tamanho ou a natureza do conflito do programa ela, entretanto, quando feita ao longo da implementação, representa a possibilidade de monitoração dos processos diretamente responsáveis pela produção do efeito esperado. Isto é, ela permite controlar com a devida

antecipação o tamanho e a qualidade do efeito desejado. (FIGUEIREDO E FIGUEIREDO, 1986, p. 4 e 5).

Segundo Draibe (2002, p, 19 e 20), as avaliações de processo têm como foco o desempenho, as características organizacionais e de desenvolvimento dos programas. Sua finalidade é fundamentalmente detectar os fatores que, ao longo da implementação, facilitaram ou impedirão que um dado programa atinja seus resultados da melhor maneira possível.

No que tange aos tipos de avaliação mais conhecidos e importantes, destacam-se as avaliações de impacto e de processo¹. No quadro do presente trabalho, entende-se que o objeto de estudo diz respeito à avaliação de impacto e de processo, consubstanciada na intervenção de um conjunto de agentes públicos na realidade social. No caso em apreço, busca-se compreender como se deu (o processo) e quais os resultados do projeto de intervenção do Programa Urbanização Integrada Regularização e Integração de Assentamento Precário no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, Zona Norte do Natal, realizado por agentes da Prefeitura Municipal do Natal – PMN, não somente no recorte espacial acima citado, mas também no quadro do projeto de integração, drenagem e pavimentação, habitação, saneamento básico, numa visão macro do projeto em andamento, no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, entre 2009 e 2015.

¹ Tipo de avaliação que foi trabalhada no programa de pós graduação em Ciências Sociais no seminário de avalia de políticas públicas ministrado pelo Professor Doutor Lincoln Moraes onde discutiu a avaliação de políticas públicas, diferenciando de outros tipos de enfoque, priorizando alguns aspectos metodológicos e vinculados às políticas setoriais.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NO BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

Este capítulo propõe uma reflexão sobre a questão social e a metodologia do Trabalho Social desenvolvido pela Prefeitura do Natal com as famílias do bairro de Nossa Senhora da Apresentação, em área classificada como de interesse social, na Zona Norte do Município do Natal(RN). Tem-se como escopo identificar questões importantes para que este trabalho avaliativo possa pontuar e refletir como o Programa de Urbanização Integrada tem contribuído para minimizar ali os problemas socioespaciais e como o trabalho social foi aplicado com a comunidade estudada.

Nesse momento, pretende-se fazer breve relato sobre as questões sociais, com vistas ao entendimento do Trabalho Social-TS. Faz-se, de início, breve contextualização das questões sociais, com destaque para certos pontos, como: o que é o trabalho social; o capitalismo em ascensão; e a Revolução Industrial, com o pressuposto de que esses foram instrumentos que ofereceram visibilidade e contribuição para o crescimento das questões sociais, em diversas instituições e no mundo. Ressaltam-se, ainda, o Programam de Urbanização Integrada do Bairro de Nossa Senhora da Apresentação e o trabalho social que está sendo executado pela prefeitura do Natal. Imprescindível a honrosa e necessária contribuição de autores, como: Castel, lamamoto, Mingione, Silva, Siqueira, Esping-Andersen, Mota.

O Trabalho Social, nos Programas de Desenvolvimento Urbano, baseia-se na premissa de que as participações dos beneficiários promovem melhores adequações das intervenções, necessidades e demandas dos grupos sociais envolvidos, que representam valorosa contribuição para a sustentabilidade dos empreendimentos. A participação comunitária nas intervenções faz os beneficiários mais comprometidos, levando-os a exercerem seus direitos e deveres. Além disso propicia a compreensão e a manifestação da população atendida, permitindo a afirmação da cidadania e transparência na aplicação dos recursos públicos.

A realização do Trabalho Social favorece a correta apropriação e uso das melhorias implantadas, demandando a mobilização e a participação social por meio de atividades de caráter sócio educativo, das instituições envolvidas e/ou fortalecimento de bases associativas, de ações direcionadas à geração de trabalho e renda, educação sanitária, ambiental e patrimonial.

As questões sociais, como instrumento de dominação ideológica, passaram a ser conhecidas no final do século XVIII, com a emergência da Revolução Industrial e das lutas sociais em países como: Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha. A classe operária, que sofria com a escassez no campo, além da perda de posse da terra, não via alternativa senão migrar para a cidade em busca de uma colocação no “chão de fábrica”. Assim sendo, o desemprego que perpassa a realidade atual, numa dimensão macro, em larga escala, demonstra a necessidade do emprego formal, assalariado, para a sociedade.

Em tempos anteriores, esta condição de assalariado não era bem vista, já que significava que o trabalhador nada mais tinha a realizar, a não ser se submeter ao enquadramento da troca descompensada de sua força de trabalho. Esta compreensão histórica da relação do trabalho assalariado para a sociedade é fundamental na compreensão do paradigma atual.

Até meados do século XIX, a questão social no Brasil teve suas raízes concentradas na escravidão e no patriarcalismo, que ditavam as condições de vida e trabalho, em que os negros eram submetidos a longas e fatigantes horas de trabalho. As condições de abrigo dos escravos nas senzalas e os castigos que sofriam sinalizavam a desigualdade social existente na sociedade. Ressalta, ainda, como expressão da Questão Social após a abolição da escravatura, o desemprego gerado pelo fato de o Estado não oferecer aos ex-escravos possibilidades de inserção no mercado de trabalho. A prioridade era ao trabalho escravo voltado para a produção da lavoura. Abreviavam-se, assim, as oportunidades de trabalho para o conjunto de habitantes da colônia brasileira. A marca do desemprego, naquele período, abriu espaço para a negação do pensamento conservador e atribuiu ao povo um caráter indolente. Para Silva (2008), essa característica foi própria do regime econômico rígido que a colonização inseriu, levando o Brasil a ter um aspecto de estagnação, transformando a Colônia em possuidora de um padrão econômico que gerou baixo nível de vida e alto nível de pobreza econômica, social, política e cultural. Segundo Siqueira (2009), as condições de vida e trabalho dos negros continuam desvalorizadas e, aqui, já se observa o misto de pobreza e exclusão social, ao longo da evolução histórica, o caráter degradante da pobreza, do ponto de vista econômico, social e cultural.

A partir de 1940 e década seguinte, com os Estados Unidos saindo vitoriosos na II Guerra Mundial, inicia-se nos países da América Latina, inclusive no Brasil,

um processo de desenvolvimentismo, denominação atribuída à estratégia nacional empregada pelos países que começaram a sua industrialização nos anos 1930. Nesse período já se desenhava um viés nacionalista que aspirava à construção do Estado Nacional.

Para Pinho (2012), no Brasil de 1930 a 1980, esse modelo caracterizou-se pelo ativo papel do Estado na promoção do crescimento por meio da rápida industrialização, pela participação do Estado na produção através da criação de empresas públicas, pela participação do empresariado nacional privado e das empresas transnacionais, de modo que, em conjunto, compuseram o Estado.

A partir de então, a Questão Social surge como produto da acumulação capitalista e passa a ser tratada como uma questão política e não mais como caso de polícia. O Estado passa a criar estratégias de enfrentamento às questões sociais, objetivando conter os trabalhadores, que são os mais afetados por esse fenômeno.

Reza Castel (1998) que a questão social é considerada como um sistema de regulação que deverá servir de contraponto à lógica de rentabilidade. Assim, a questão social vai se configurar a partir da “tomada de consciência das condições de vida das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial”. A questão social pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A existência da pobreza e a falta de moradia digna, saneamento básico, transportes, nem sempre foram considerados um problema, nas sociedades pré-industriais. Ao invés disso, era considerada um fenômeno natural e necessário, no sentido de tornar os pobres laborais e úteis à cumulação de riquezas das nações em formação. Com as novas tensões sociais decorrentes da industrialização, porém, a segregação involuntária da população menos favorecida dos espaços privilegiados dos grandes centros urbanos passou a ser considerada uma ameaça à ordem política e moral.

Para Maricato (2007, p. 124-125): a pobreza, a falta de habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem, não têm o status de temas importantes (ou centrais, como deveriam ser) [...] o resultado é: planejamento para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns.

A mudança no sentido e no papel econômico da moradia ganhou impulso com a queda do muro de Berlim e subsequente hegemonia do livre mercado, que, a partir de um novo paradigma se baseia na implementação de políticas que criam mercados financeiros robustecidos com o ingresso dos consumidores de média e

baixa renda, antes excluídos. Essa versão de mercado foi voluntariamente adotado pelos governos ou lhes foi imposta por forças externas como condições para a concessão de empréstimos internacionais, seja do Banco Mundial seja do Fundo Monetário Internacional (FMI). O processo de urbanização, somado ao da industrialização, resultou no empobrecimento do proletariado. Como uma bizarra compensação, tornou-o mais sensível e consciente das suas condições de exploração, levando-o ao papel de agente contestador.

Universalmente, a questão social atingiu contornos problemáticos. Não seria diferente para os moradores da Rua do Riacho atendidos pelo Programa de Urbanização Integrada, Regularização e Integração de Assentamento Precário, projetado para o bairro de Nossa Senhora da Apresentação, na Região Administrativa Norte da Cidade do Natal, com foco no Trabalho Social (TS) desenvolvido pela Prefeitura do Natal, entre 2009 e 2015, cujos resultados mostraram-se insatisfatórios, na visão dos moradores do bairro. A frustração dos resultados esperados decorreu da falta de informação à comunidade quanto a como esse programa e projetos seriam desenvolvidos; discussão com os moradores sobre os problemas por eles enfrentados; poder público e moradores beneficiários buscarem a melhor solução; selecionar quais as áreas de interesse social, de habitação precária, espaços considerados insalubres, entre outras variáveis de natureza técnica e gerencial. Tais questões relevantes não foram discutidas com a comunidade beneficiária do programa. Vê-se que o programa não completou o seu ciclo, gerando, contraditoriamente, um parcial processo de exclusão social. Os moradores da Rua do Riacho, que se encontram à margem, necessitam de um trabalho social e de uma política de trabalho social que venha atender as suas necessidades. Sabe-se que a política de intervenção social não é favor, mas direito do cidadão e dever do Estado. Com frequência, para uma comunidade desinformada e não politizada, os benefícios advindos do poder público lhes parecem favor, pelos quais é agradecida. Como disse um dos moradores entrevistado na Rua do Riacho: *“foi fulo de tal que fez isso aqui, quem beneficiou a nossa comunidade, agente tem que ser grato até o final da vida”*. É-se levado a concluir que o trabalho social se converte, assim, em mecanismo de caridade e filantropia, revestindo-se de ilegitimidade e incompreensão. Em vez disso, a questão social e o TS devem ser entendidos como variáveis fundamentais de benefício à população.

Segundo Yamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum. Para a autora, a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. Do mesmo modo, o mundo capitalista sofreu várias alterações ao longo do século XX e, conseqüentemente, a questão social modificou-se. Segundo Esping-Andersen (1995), o Welfare State veio trazer mais segurança no emprego e ganhos em justiça e direitos sociais. Para Esping-Andersen, (1991), existem três tipos de Welfare State: o Liberal, que limita o acesso das políticas sociais aos realmente pobres; o conservador, que é um meio-termo e tem em conta os diferentes estatutos sociais; e o socialdemocrata, que é o mais abrangente.

De acordo com Heidrich,(2006), na crise global no último terço do século XX, as ideias Liberais ganham força e, no mundo do trabalho, ocorrem mudanças. O capitalismo conseguiu afirmar-se como a única alternativa face à crise. Os países industrializados parecem ser cada vez mais afetados pelo desemprego, precariedade laboral, pobreza e exclusão social. Esse novo *status quo*, produto do capitalismo contemporâneo, é apelidado de a “Nova questão social”. Segundo Mota (2000, p.2), as distintas expressões da questão social não se traduzem numa “nova” questão social, mas sim em “novas formas para velhos conteúdos”. Castel (1998), em sua análise da nova questão social, foca a manifestação por meio do enfretamento da condição salarial. Ele entende que o presente é também um efeito de herança do passado e sua memória é necessária para compreensão e agir hoje. Para esse autor, essa perspectiva de análise evidencia a posição estratégica ocupada por “zona de vulnerabilidade”.

O autor estabeleceu como indicador para avaliar a coesão de um conjunto social em dado momento o equilíbrio entre as “zonas”, de coesão – identificando como a área de integração e caracterizada pela associação trabalho estável e inserção relacional forte, e de vulnerabilidade – caracterizada como “zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de a proximidade” (CASTEL, 1998, p. 27)

A questão social como se apresenta hoje, na visão de Castel, a partir do enfraquecimento da condição salarial, tem como um de seus efeitos a exclusão e, devido à sua visibilidade, tem ocupado nos últimos anos o primeiro plano,

deslocando para a margem da sociedade o que a atinge primeiro no coração. Castel designa “estado de privação, e sua simples constatação não permite recuperar os processos nos quais as carências ocorrem”.

Pode-se identificar diferentes denominações de exclusão social. Demo (1998), analisando diversos autores da literatura francesa, identifica em Paugam a exclusão como expressão da angústia de numerosos segmentos da população, “inquietos diante do risco de se ver um dia presos na espiral da precariedade”, acompanhada do sentimento quase generalizado de uma degradação social (Paugam apud Demo 1998:17).

Conforme Paugam (apud DEMO, p.30), “a pobreza desqualificante é uma relação social para com os pobres e com os excluídos que gera uma angústia coletiva, pois cada vez mais pessoas são consideradas como categoria, e muitos, de situação instável, temem a decair”.

Segundo Schnapper (apud DEMO, p.13), ao iniciar o processo de desfiliação ou de desligamento, tende a levar a precariedade à exclusão. Na visão do autor, nessa perspectiva, o emprego é decisivo para definir a condição social do indivíduo.

Wacquant (apud DEMO, p. 29), numa análise crítica do termo “*underclass*”, referente aos excluídos nas sociedades capitalistas, aponta para o pobre do gueto. Não obstante, o conceito não ter uma propriedade teórica e empírica constante, Demo destaca “o nascimento de um termo vago para realidade relativamente novas e, de outro, a estigmatização delas em tom depreciativo”.

Fleuri aborda as tipologias simbólicas, pelas quais as sociedades se representam para si mesmas. É notável que, no decorrer do período recente, o desenvolvimento da pobreza urbana deu lugar a três figuras diferentes: exclusão na França, *underclass* nos Estados Unidos e marginalidade na América Latina.

Destarte, verifica-se que entres os autores citados há diferentes argumentações e não há um consenso no que se trata de conceito sobre exclusão social. Desse modo, o termo é visto como fenômeno sempre presente na história social ou, a partir de seu agravamento e extensão, no bojo do processo de globalização da economia e da desregulação do trabalho e da proteção social configurando a “nova questão social”. A questão social aqui apontada manifesta-se como elemento histórico, cujas variáveis básicas se conservam intocadas e inalteradas: o acúmulo de riqueza de uns em detrimento da expropriação e destituição de muitos outros; os pobres, os excluídos, que parecem sem lugar na

cena histórica; a superação desses últimos, através de suas lutas, quanto à pecha de vagabundos, desocupados, mendigos, galgando o *status* (grifou-se) de trabalhadores desempregados, protestando contra a dramática sofisticação dos meios de produção, que lhes impõe a condição de “fora do mercado”.

A urbanização de assentamentos precários constitui-se em um dos eixos fundamentais do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal, parte da política urbana que procura atender as demandas da população de baixa renda residente em áreas segregadas e excluídas. Para que esta política se torne real e coletiva, diversas ações de urbanização integrada foram desenvolvidas, como: construção e relocação de unidades habitacionais; esgotamento sanitário; drenagem; pavimentação; melhoria da lagoa de captação de água pluvial e regularização fundiária, beneficiando diretamente cerca de 2.000 (duas mil) famílias.

A seguir, situar-se-á o Trabalho Social (TS) na Prefeitura Municipal do Natal – PMN e seu quadro institucional, além de apresentar-se o bairro e intervenções realizadas.

3.1 O TRABALHO SOCIAL (TS) NA POLÍTICA SOCIAL DE HABITAÇÃO

A avaliação de política social é um tema de enorme relevância em face da política social brasileira e do trabalho social que aponta para construção metodológica, as tendências e o movimento da sociedade para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos beneficiários.

O Trabalho Social – TS, no entendimento adotado no presente trabalho, define-se como um conjunto de ações voltadas para a organização e desenvolvimento comunitário, com vista à promoção da melhoria das condições de vida da população, à urbanização de assentamento precário em atendimento ao interesse social e constitui um dos eixos das ações educativas planejadas pela PMN, procurando, assim, promover e gerar a participação efetiva do público alvo e objetivando a inclusão social de famílias em situação de risco, desemprego e subemprego, falta de acesso à moradia, educação, saúde e serviços sociais, buscando-se a reversão das situações de precariedade nas relações familiares, através de programas intersetoriais.

O TS atua como um conjunto de ações educativas, procurando atender as demandas da população de baixa renda que reside em áreas segregadas e

excluídas, como o bairro de Nossa Senhora da Apresentação. Para que essa política se torne real e coletiva, é preciso garantir a participação social dos habitantes das comunidades do bairro citado, a partir da implementação de mecanismos de envolvimento dos moradores com a realização dos projetos executivos integrados, assegurando uma intervenção transparente e democrática, que possibilite aos mesmos discutirem suas carências, demandas e anseios, de tal maneira que as melhorias urbanas propostas, dentro das possibilidades técnicas sociais e econômicas existentes, atendam às suas expectativas e prioridades.

Segundo Gomes e Pelegrino (2005), quanto ao TS, o seu principal objetivo é desenvolver um conjunto de atividades de caráter informativo, educativo e de promoção social, visando ao desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade do empreendimento/projeto; e, como objetivos secundários, facilitar a inclusão de grupos sociais excluídos, marginalizados, vulneráveis ou em risco; promover o bem-estar e solucionar problemas, intervindo junto a indivíduos, famílias, grupos e comunidades; desencadear dinâmicas que levem à participação das populações na defesa e dinamização de melhores condições sociais; trabalhar com as pessoas na formulação, implementação e defesa de políticas coerentes com os princípios éticos da profissão; defender, com e para as pessoas, mudanças nos condicionantes estruturais relacionados com a exclusão e marginalidade social; desencadear procedimentos de proteção de pessoas, que pela sua condição ou situação de risco, não são capazes de fazê-lo por si próprias.

O trabalho social também pretende induzir mudanças positivas no funcionamento psicológico e social dos indivíduos, nas suas famílias, grupos e ambientes, de forma a diminuir as vulnerabilidades existentes e a providenciar oportunidades para a existência de uma vida social mais satisfatória.

A sua intervenção, como defende Solomon (1976), baseia-se “[n] um processo no qual as pessoas que pertencem a uma categoria social estigmatizada [...] podem ser ajudadas a desenvolver e promover as suas capacidades/habilidades no exercício de influências interpessoais e na performance (desempenho) de papéis sociais apreciados” (apud NORTHEN, 1994, p. 10).

Assim, o TS tem se apresentado como uma política fundamental para o “bem-estar dos cidadãos”, (FALEIROS, 1980). Além de se constituir em objeto de reivindicação dos mais diferentes movimentos sociais e sindicais. Debater o trabalho social como política no âmbito da habitação de interesse social é buscar resgatar

seu caráter de classe social – ou seja, uma política que responde, principalmente, aos interesses das classes políticas e econômicas dominantes.

As principais diretrizes do trabalho social são: apoiar a organização social e incentivar os processos participativos; incentivar a autonomia da população por meio da utilização de metodologia participativa; estimular as ações em parceria com outras instituições públicas, governos, entidades sem fins lucrativos e /ou empresas privadas e incentivar a articulação dos agentes institucionais na promoção da integração de programas e políticas públicas.

As formas de abordagem do trabalho social, de acordo com Gomes e Pelegrino (2005), são diferentes, dependendo dos tipos de setores abordados: público ou privado, isso porque os tipos de agentes, as responsabilidades e as ações se diferenciam entre si. Podem ser citadas, no setor público, a organização e a mobilização da comunidade, educação sanitária e ambiental capacitação e geração de emprego, trabalho e renda; já no setor privado, ressaltam-se as condições operacionais do contrato e seus deveres e responsabilidades, viabilizando a mobilidade dos adquirentes, a reunião em grupos e a criação de canais de interlocução com os atores.

Para Gomes e Pelegrino (2005), o trabalho social obtém resultados quando o setor público viabiliza o estudo social antes da implementação do projeto, garantindo a preservação dos interesses públicos acima dos interesses políticos e individuais. O maior desafio do trabalho social se encontra na necessidade de aperfeiçoamento em diversos pontos, no que diz respeito à ampliação efetiva de seu corpo técnico funcional, na busca constante da valorização desse trabalho junto aos poderes públicos, principalmente junto às prefeituras municipais, na valorização da moradia como bem de valor de uso e não, apenas, como propriedade/mercadoria. O trabalho social permite a mudança social, a resolução de problemas no âmbito das relações humanas e a promoção das capacidades e aptidões das pessoas de forma a promover o seu bem-estar. Utilizando teorias de comportamento humano e sistemas sociais, o trabalho social intervém nos pontos onde as pessoas interagem com os seus ambientes.

O respeito pelos direitos humanos e de justiça social são fundamentais para o trabalho social, cujo desempenho encontra-se intimamente relacionado com a necessidade de resolução dos problemas sociais. Assim, o TS tende a lançar o seu viés de intervenção sobre os problemas das pessoas dentro do seu contexto

ambiental, equacionando intervenções sistêmicas e ecológicas. Isso se dá porque os indivíduos são influenciados pelas forças e fraquezas de tudo o que orbita em seu entorno: família, local de trabalho, grupos de referência, entre outros.

Cada urbe está inserida numa gama de diversidade que diferencia as condições de vida de sua população. Para Santos Junior (1995), “o fenômeno urbano, próprio das cidades modernas, não se confunde com a existência das cidades”. Segundo o mesmo autor, estas são tão antigas, historicamente, que podem ser relacionadas à existência dos primitivos aglomerados humanos. A partir da revolução industrial, porém, a cidade e o urbano assumiram características culturais, sociais e econômicas distintas. As cidades sofrem uma progressiva mudança de natureza, não só por força dos impulsos aglomerados, mas também na sua forma de organização.

Para Pechman (1991, p. 126),

A irrupção do tema do urbano na cidade só pode ser comparada se vista numa perspectiva que desconsidere qualquer continuidade no que diz respeito à história da cidade. Ou, dito de outra forma, a história da cidade não é a história do urbano, epistemologicamente, o urbano deve ser visto como ruptura, momento novo, onde os discursos sobre a cidade serão uma tentativa de formar um novo objeto.

No espaço interurbano, realidades são moldadas de acordo com o histórico de ocupação dos lugares ou localidades. Conforme documento do Banco Mundial (1991), “nos últimos trintas anos, os países em desenvolvimento têm deixado de ser um mundo de aldeias para transformar-se em mundo de cidades e povos”; a mesma instituição avalia que os problemas urbanos dos países em desenvolvimento precisam ser considerados a partir de uma perspectiva mais ampla do que a da problemática habitacional e da infraestrutura residencial, devendo estar articulada à discussão da produtividade de economia urbana, da pobreza urbana, do meio ambiente e à política de gestão das cidades. Cada bairro ou lugar é desenhado a partir das relações sociais, culturais, econômicas e institucionais estabelecidas, que conferem sentidos e significados ao cotidiano de sua referente população. Ao se levar em consideração o contexto urbano, o papel do poder público torna-se primordial, sobretudo diante de demandas nascidas na cidade originárias de processos específicos de ocupação dos lugares.

O Trabalho Social tem como tarefa fazer com que as características adstritas não se imponham como limitação determinante do horizonte de possibilidades de construção da biografia social. Essas fundamentações dependem muito do contexto, que está à mercê das mudanças na realidade política e precisa ser constantemente atualizadas.

No caso de ocupações irregulares, obras de drenagem, de saneamento de pavimentação e de habitação para população de baixa renda, do ponto de vista de uma administração municipal, o que se espera é que ela passe a proporcionar mudanças que venham contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações que ocupam áreas ambientalmente inadequadas à habitabilidade humana.

No que se refere ao domínio da política urbana, o urbanismo não significa somente um novo pensamento sobre a cidade. Para Santos (1995), a reformulação do método de análise e de intervenção utilizado torna-se indispensável ao conhecimento, objetivo e exaustivo, dos problemas urbanos. Assim, o diagnóstico das cidades aponta para ineficácia da gestão municipal, impondo a necessidade de novas técnicas de atuação, que requerem uma reforma institucional e administrativa.

Para tanto, é importante a realização de um trabalho social e coletivo em que todos os envolvidos sejam considerados parceiros, sendo de fundamental importância para a consolidação de processo de transformação de determinados lugares. Nesse sentido, a participação da comunidade é um ponto que merece destaque, na medida em que essa interação leva à obtenção de resultados mais efetivos, legitimidade e satisfação coletiva. Assim, é desejável a sensibilização da população para participar das mudanças implementadas, viabilizando a constituição de parcerias, a tomada de consciência comunitária para se preservar o meio ambiente local e o estímulo à geração de emprego e renda, bem como à manutenção e conservação das benfeitorias públicas implementadas. Esse conjunto de ações compõe, portanto, o alvo das melhorias urbanas visando mudar uma determinada realidade comunitária, em que o caos, muitas vezes, é a situação real e corriqueira.

Nas últimas duas décadas, visando reduzir as desigualdades sociais, passaram a existir novos instrumentos de gestão municipal e planejamento urbano, como o Estatuto da Cidade, Lei de Responsabilidade Fiscal, Fundo de Habitação de Interesse Social, que sinalizam novas possibilidades de edificação das políticas

públicas, com destaque no processo democrático e na abertura de novas configurações de aparelhamento social.

A participação da sociedade é compreendida como uma metodologia pedagógica de construção da cidadania, que é um direito do cidadão. Para garantir que a sociedade, em especial, as famílias de baixa renda (de zero a três salários mínimos) sejam diretamente favorecidas e escutadas neste processo, é desenvolvido e aplicado o TS, explicitado a seguir.

É nesse diapasão que o presente trabalho se estrutura, priorizando a análise do Projeto de Urbanização, Regularização, Integração de Assentamentos Precários, e sondando como o TS foi realizado junto aos moradores da Rua do Riacho no Bairro de Nossa Senhora da Apresentação.

3.2 O TRABALHO SOCIAL NA PREFEITURA DO NATAL

O Trabalho Social desenvolvido hoje pela Prefeitura Municipal do Natal está a cargo da Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes – SEHARPE, que aplica em linhas gerais os normativos da política social e trabalho técnico social do Ministério das Cidades – MC.

Para a execução do TS, a SEHARPE utiliza o normativo vigente que é a Portaria número 21 de 22 de janeiro de 2014- MC. O TS, de que trata o manual do Ministério das Cidades, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social de famílias em situação de risco, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. Visa:

Viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo, favorecendo a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao trabalho e melhoria da renda familiar. (Ministério das Cidades. Instrução Normativa para Trabalho Social – UAP, 2007).

Essa Portaria regulamenta o Trabalho Social da Prefeitura do Natal. Na atual política social da Prefeitura do Natal, a SEHARPE é a executora dessa política social de habitação de interesse social junto ao Município do Natal. A Política Habitacional do Município do Natal conta com uma gestão participativa, onde a população tem participação ativa no Conselho de Habitação de Interesse Social – CONHABINS, que é um conselho ligado a SEHARPE com o objetivo básico de oferecer suporte às ações voltadas para a habitação de interesse social do Município do Natal. A Prefeitura também conta com Fundo de Habitação de Interesse Social – FUNHABINS. São compostos por representantes da SEMURB, CREA/RN, IBAMA, OAB/RN e representantes de cada região administrativa da cidade (Norte, Sul, Leste, Oeste).

O TS desenvolvido pela SEHARPE está hoje voltado para conquista da moradia e para regularização da moradia, por exemplo: dentro do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, executado pela Prefeitura do Natal, as unidades habitacionais são entregues aos proprietários com a moradia regulamentada. Em programas anteriores, a regulamentação fundiária não tinha tal imediatidade, como por exemplo, nos projetos destinados às comunidades África, Passo da Pátria e Nossa Senhora da Apresentação, ainda em andamento.

A SEHARPE tem dois tipos de trabalho: um socioeducativo de organização social, educativa sanitária e ambiental, e outro, o de trabalho social de regularização da posse. Para executar o trabalho social nesse programa de Urbanização, Regularização, Integração de Assentamentos Precários, a Prefeitura do Natal teria que contar com uma equipe técnica de: três (03) Assistentes Sociais, um (01) Sociólogo, um (01) Biólogo, dois (02) pedagogos, um (01) estagiário em gestão ambiental, um (01) engenheiro e um (01) arquiteto, o que não aconteceu no presente estudo. A SEHARPE é o agente que atua localmente na questão da provisão habitacional destinada aos setores de baixa renda, principalmente junto a uma parcela da população brasileira excluída do mercado de trabalho; assim como de terra urbanizada e do acesso à política de habitação, fatores que levaram a um elevado contingente populacional a viver em aglomerados residenciais nas periferias das grandes, medias e pequenas cidades, favelas, vilas e loteamentos irregulares, alimentando um enorme e crescente déficit habitacional.

No sentido de modificar esta realidade, o governo brasileiro, em 2004, elaborou a Política Nacional de Habitação – PNH, que contemplava os seguintes

aspectos: Integração urbana de assentamentos precários, aglomerados subnormais, regularização fundiária e Moradia digna. Essa política foi reforçada pela Lei 11.124/2005, que institui o Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIFS/FNHIS e seu conselho gestor.

Segundo Garcia e Castelo (2006), o déficit habitacional se refere às carências habitacionais de uma determinada sociedade, fato que não é restrito à falta de moradia, incluindo também as más condições das unidades habitacionais existentes, juntamente com déficit de saneamento básico, déficit habitacional e deficiência no trabalho social, apontando uma fotografia do excesso de população que necessita de habitação, ou seja, é o excedente entre a demanda e a oferta de um bem de caráter social, que, aliada à outra política social e de desenvolvimento econômico, pode se constituir num forte instrumento de combate à pobreza, promovendo nas comunidades beneficiadas uma redução nas desigualdades sócioterritoriais. É neste sentido que foi idealizado o Programa Aceleração do Crescimento – PAC, criado em 2007, que consiste numa série de ações desenvolvidas pelo Governo Federal que buscam integrar o planejamento territorial urbano, a habitação, o transporte e mobilidade urbana e o saneamento básico.

Seu objetivo é reforçar o reconhecimento do direito à cidadania e à moradia digna para população de baixa renda. Suas ações preveem medidas institucionais para melhoria do ambiente de investimentos no país e uma carteira de projetos infraestruturais. Esse programa sintetiza, em última instância, uma nova estratégia de ações territoriais, ao prever investimentos na infraestrutura e no trabalho social no país. É importante fazer esse destaque porque o projeto de urbanização integrada do Bairro Nossa Senhora da Apresentação foi financiado pelo PAC.

3.3 AS INTERVENÇÕES DO PAC NO BAIRRO DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO (2007- 2010)

A urbanização integrada do Bairro Nossa Senhora da Apresentação teve início em 2007, com recursos não onerosos oriundos do Orçamento Geral da União - OGU, Caixa Econômica Federal e Fundo Nacional de Habitação – FNH, contando também com recursos onerosos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS e o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Quadro 04 – Recursos do PAC - Urbanização de Assentamentos Precários

Recursos não onerosos	Recursos onerosos.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recursos fiscais da OGU – Orçamento Geral da União, os quais são; com caráter não oneroso, sob forma de transferência obrigatória da União, mediante assinatura de Termos de Compromisso firmados com a CAIXA, como mandatária da União; ➤ Recursos do FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) ou do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) que são repassados aos estados, Distrito Federal e municípios sob forma de financiamentos, mediante assinatura de contratos de empréstimo firmados com a CAIXA ou BNDES, como agentes financeiros.

Fonte: BRASIL, 2010



Figura 3 e 4 – Obras de Pavimentação com recursos do PAC no Loteamento Jardim Progresso - Bairro Nossa Senhora da Apresentação.

Fonte: Silva (2003); Souza (2010).



Figura 5 – Drenagem no Loteamento Jardim Aliança até a Rua do Riacho Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN, recurso PAC-1 de R\$ 108,3 MILHÕES, 59% EXECUTADOS / CONCLUSÃO PREVISTA PARA 31/12/2009, (mas as obras estão paralisadas desde 2010).

Fonte: Ministério da Cidade, 2009.

A localidade contemplada integra o Projeto Natal do Futuro², que foca as áreas sociais críticas do município do Natal, no período de 2004 a 2005, e ainda compreende o projeto de regularização fundiária dos loteamentos Jardim Progresso, Jardim Primavera, Lagoa Azul, Cidade Praia, José Sarney, Aliança e Olho D'água, entendidos como Áreas Especiais de Interesse social, definidas pelo Plano Diretor, como mostra o mapa abaixo.

A pretensão era beneficiar 6.500 imóveis existentes na localidade, o que fazia deste projeto o mais ousado no enfrentamento às questões atinentes à qualidade de vida urbana e à tentativa de solução dos problemas que afetam historicamente aquela região, como mostra o recorte da área de intervenção, desde 2006, no mapa abaixo. O bairro estudado apresentava-se como a área mais afetada e carente de infraestrutura e péssimas condições habitacionais. No entanto, a realização das intervenções do PAC-1 ficou longe do desejado. As intervenções realizadas foram significativas apenas em termos de pavimentação a paralelepípedo e asfáltica das ruas. Quanto às obras de drenagem pluvial e das interligações das lagoas lá existentes, saneamento básico e realocação e construção de casas, o atendimento foi ineficiente, deixando a população local parcialmente satisfeita com as melhorias e obras realizadas.

² Projeto da Prefeitura Municipal do Natal, intitulado *Natal do Futuro*, que focalizou, nos anos 2004 e 2005, as áreas sociais mais críticas em Natal; na oportunidade foi elaborado o projeto de Regularização Fundiária para 6.500 imóveis existentes nos loteamentos Libanês, Bom Jesus, Santarém e Aliança, que faz parte da Urbanização Integrada do Bairro de Nossa Senhora da Apresentação e em fração do Bairro de Lagoa Azul, Zona Norte do Natal/RN.

ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

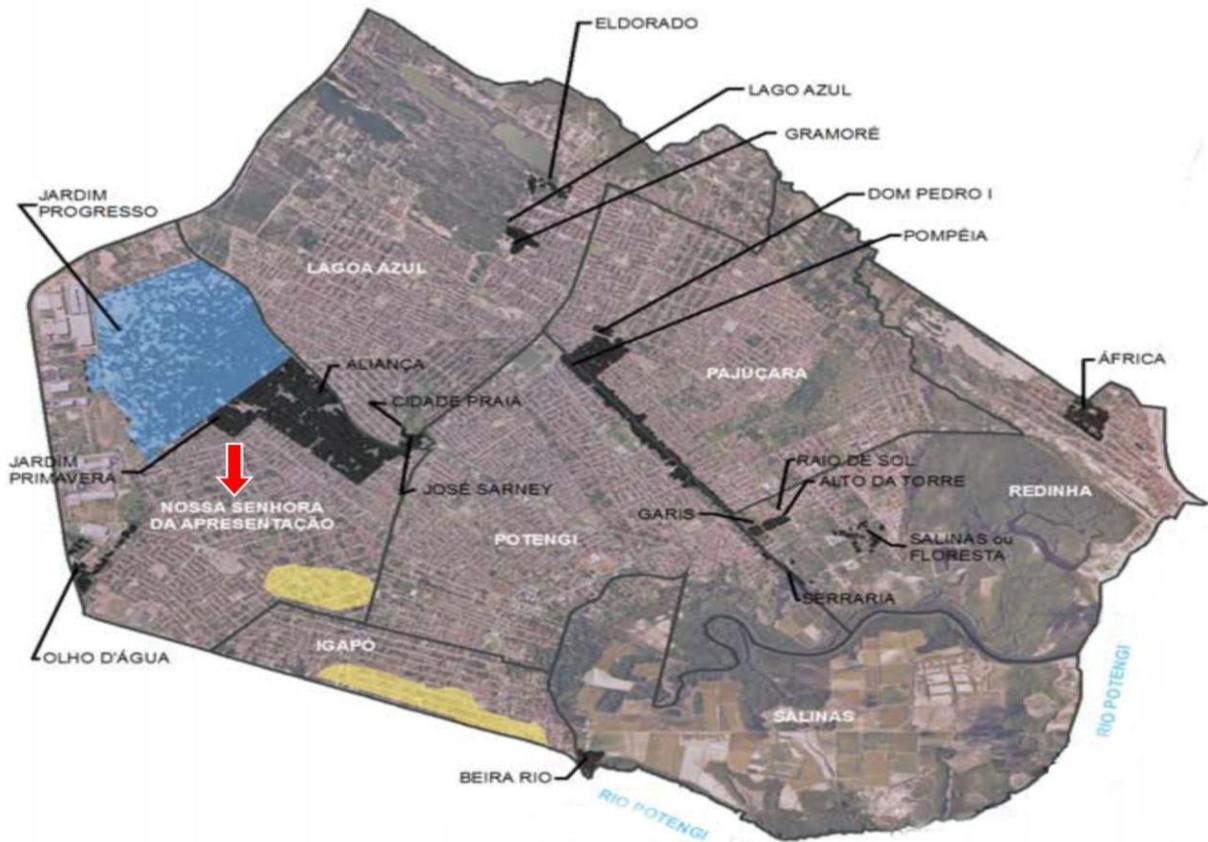


Figura 6 – Mapa: Área especial de interesse social.

Na ilustração abaixo, situa-se o perímetro de intervenção definido no quadro do Programa de Urbanização já citado, tal como foi definido em 2006, evidenciando que o bairro Nossa Senhora da Apresentação estava incluído na área de intervenção do Poder público.

Poligonal de Urbanização Integrada



Figura 7– Poligonal de Urbanização Integrada.
Fonte: SEMURB, 2006.

3.4 UM OLHAR SOBRE O BAIRRO

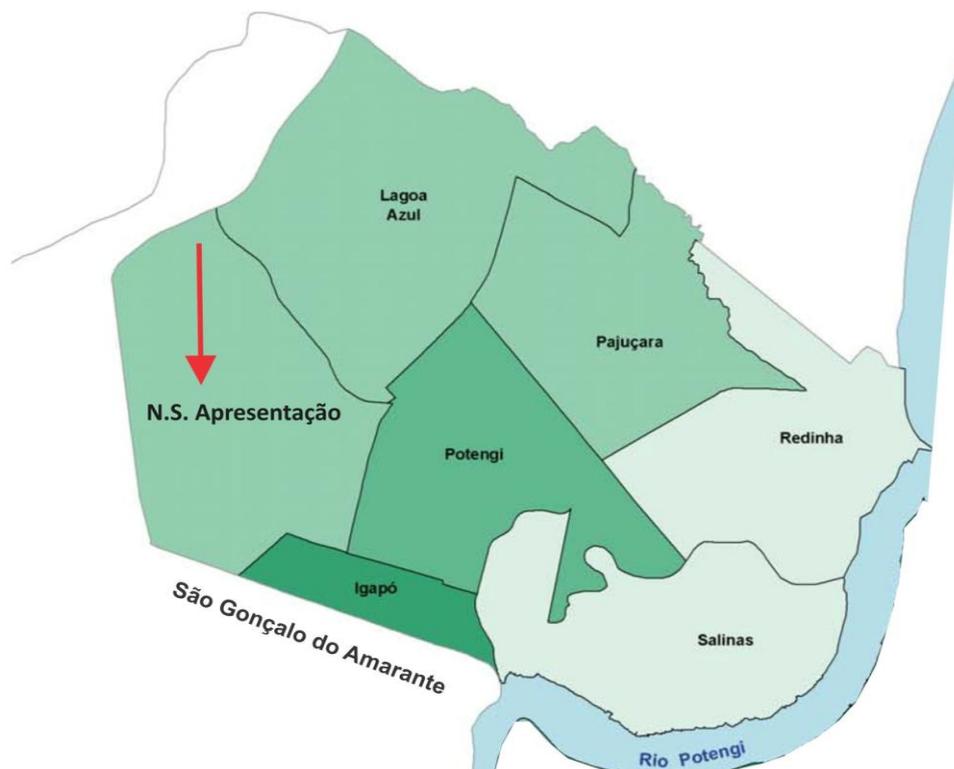


Figura 8 – Mapa da Região Administrativa Norte.

Segundo dados disponíveis na própria Secretaria de Habitação do Município do Natal, o bairro de Nossa Senhora da Apresentação é densamente povoado, contando com uma população de 79.448 habitantes e um índice de 77,40 habitantes por hectare.

Seu crescimento recente e explosivo ocorreu por causa de parcelamento irregular do solo, por concentração de habitações subnormais e precariedade urbanística, fazendo com que seja necessário um volume de investimentos muito superiores aos destinados para o programa, a fim de sanar os problemas existentes. Exemplo de assentamentos precários mostra o mapa a seguir.

Relação dos Assentamentos subnormais.

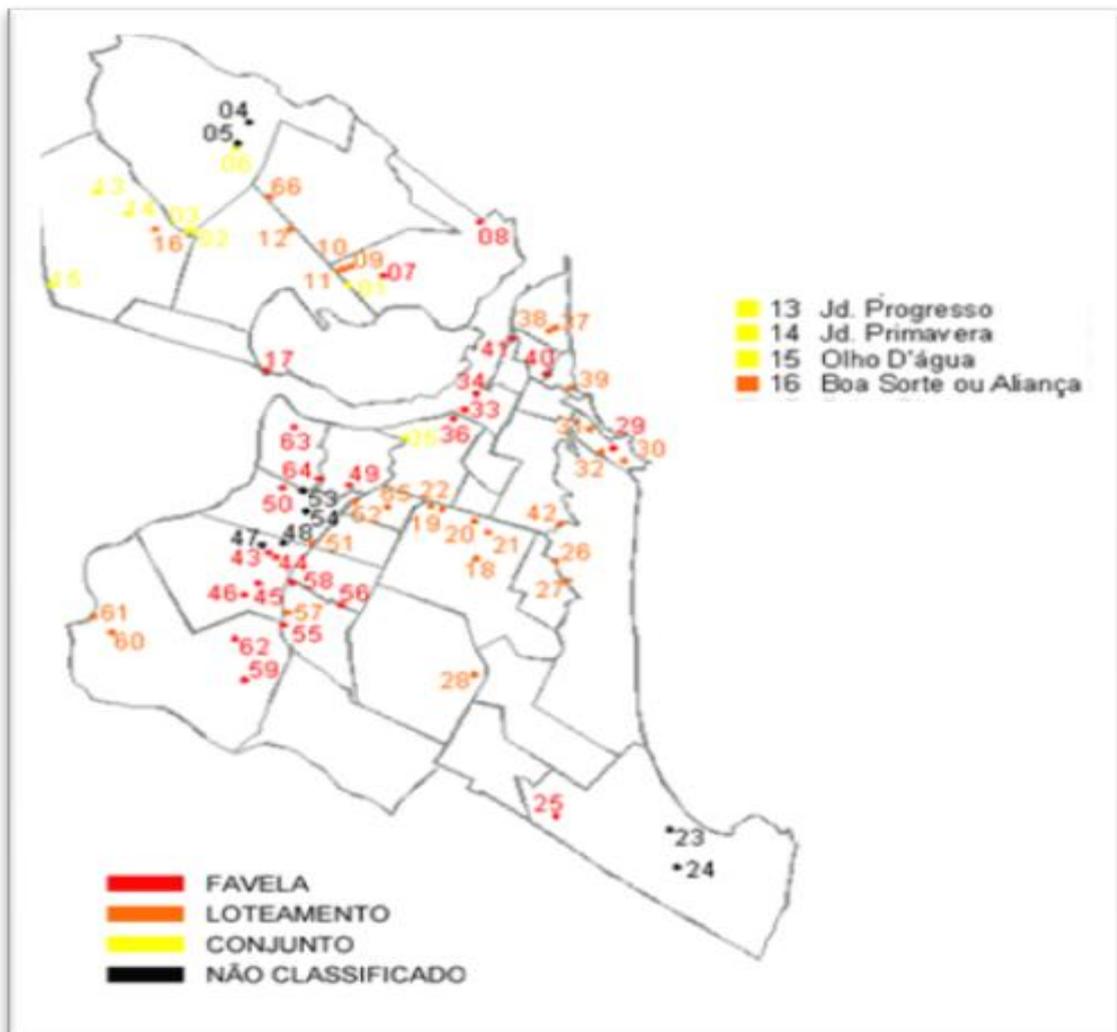


Figura 9 – Mapa do bairro Nossa Senhora da Apresentação (Natal/RN).
Fonte: Adaptado do Mapa da SEMTAS (2004)

Estabeleceu-se, metodologicamente, outro nível de refinamento, o intrabairro, identificando as áreas mais vulneráveis, com maior densidade demográfica, maiores problemas ambientais e situação de risco, como a Rua do Riacho. No decorrer do tempo, dentro desta localidade ocorreram dezenas de subdivisões que modificaram o parcelamento original (da década de 1970), comprometendo a qualidade urbanística da área. O citado trecho diferencia-se do restante do bairro por possuir uma população correspondente a 40% do bairro, restrita em uma área de apenas 166 ha.

Do ponto de vista ambiental, aquela área apresenta graves problemas de drenagem natural em razão de sua ocupação ter sido feita em áreas de bacia. O resultado é a conformação de uma situação caótica no período de chuvas recorrentes, quando centenas de famílias são afetadas por alagamentos, pelo comprometimento de todo o acesso por entre as vias, obrigando-as a se desalojarem de suas próprias casas, submetendo-as a precárias condições de vida e saúde.

As ilustrações a seguir visam mostrar um pouco da realidade socioambiental desse trecho do bairro, a sua localização e a péssima qualidade das vias de difícil acesso.



Figura 10 - Rua do Riacho.

enquanto agente social da Prefeitura do Natal, em 2006, quando as intervenções foram decididas.



Figura 12 – Av. das Fronteiras
Fonte: Adilson, 2010.



Figura 13 – Av. Boa Sorte.
Fonte: Adilson, 2010.



Figura 14 – Via Férrea próxima da Estação Ferroviária/Av. Couto Magalhães
Fonte: Adilson, 2010.



Figura 15 – Av. das Fronteiras com a Boa Sorte.
Fonte: Adilson, 2010.



Figura 16 e 17 – Via Férrea próxima da Estação Ferroviária/Av. Couto Magalhães.
Fonte: Adilson, 2010.



Figura 18 e 19 – Av. Maranguape próximo a Av. Couto Magalhães.
Fonte: Adilson, 2010.



Figura 20 e 21 – Av. Maranguape prolongamento.
Fonte: Adilson, 2010.

Analisando os aspectos morfológicos da área, importa salientar que o bairro, quando ocupado, foi parcelado em lotes com área de aproximadamente 1.000m^2 e dimensões aproximadas de $20\text{m} \times 50\text{m}$. Atualmente, os lotes encontram-se desmembrados, existindo casos de testadas com dimensões inferiores a cinco metros. As edificações são, em sua grande maioria, térreas, construídas em alvenaria, podendo ser encontradas algumas edificações de dois pavimentos. A maioria dos lotes encontra-se delimitada por cercas que, em muitos casos, não respeitam o alinhamento das testadas.

Os trechos da Poligonal ocupados pelos conjuntos habitacionais, localizados mais próximos à Avenida das Fronteiras, encontram-se mais consolidados, onde as edificações apresentam um padrão construtivo de melhor qualidade. Como as edificações ocupam um percentual elevado dos lotes, percebe-se uma incidência significativamente menor de vegetação. Nos trechos mais próximos à Avenida Couto

Magalhães e à linha férrea, a ocupação é mais rarefeita, observando-se espaços desocupados. Cerca de 70% das edificações da Poligonal são de uso residencial, seguidas das de uso comercial, misto e institucional. A maioria das atividades comerciais e alguns equipamentos públicos comunitários estão localizados ao longo da Avenida Boa Sorte. As edificações existentes nas áreas inundáveis próximas às lagoas encontram-se, na maior parte, abandonadas ou ocupadas por marginais. As lagoas, com suas águas poluídas e níveis de insalubridade, e o estado de abandono das edificações do seu entorno representam elementos de forte desqualificação do espaço.



Figura 22 e 23 – Rua do Riacho.
Fonte: Adilson, 2010.

No que se refere às condições de ocupação dessa área, verificou-se que existe um arruamento bem definido, com ruas largas e edificações residenciais de baixo padrão construtivo, ocupadas por pessoas de baixa renda, caracterizando uma ocupação horizontal com bastante área verde nos quintais. No entanto, também se verificou que em alguns locais da área ocorre a formação de pequenas vilas localizadas em pequenas e estreitas travessas.

Quanto ao tipo de solo, constata-se que o mesmo é de origem arenosa, com alagadiços, e região de afloramento do lençol freático nos pontos mais baixos em períodos de inverno rigoroso, dificultando, assim, a infiltração da água no solo. Quanto à topografia, tem-se um terreno com perfil ondulado, formando grandes depressões com pequenas bacias fechadas, dificultando, por conseguinte, as soluções de drenagem.

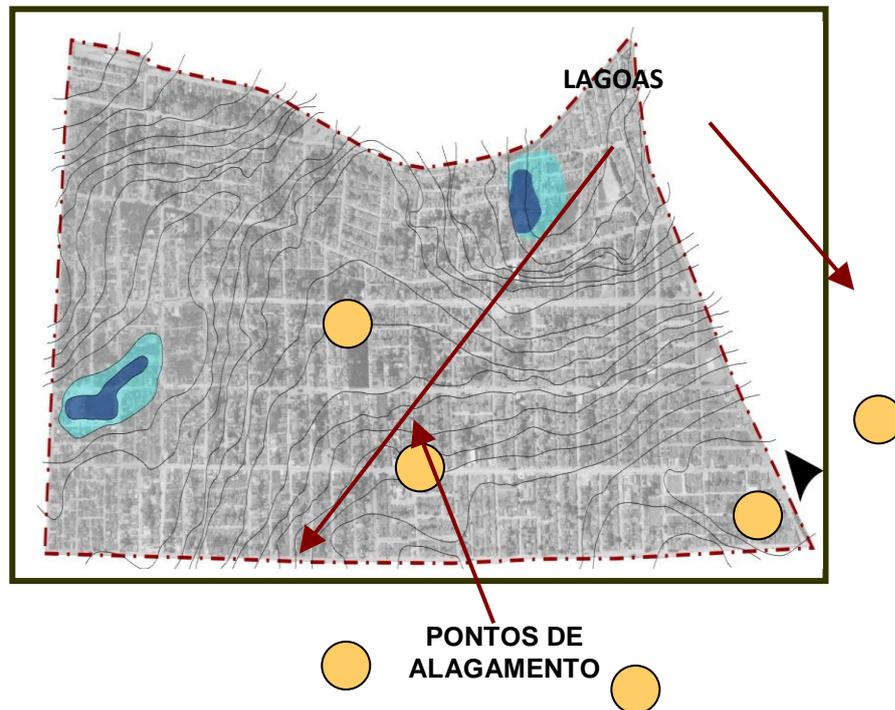


Figura 24 – Pontos de maior gravidade - alagamentos e ausência de drenagem.
 Fonte: João Ábner, 2008.

O Projeto de Adequação e Ampliação do Sistema de Drenagem da Lagoa José Sarney/Lagoa do Sapo (situadas no bairro Lagoa Azul, vizinho ao Nossa Senhora da Apresentação), desenvolvido pela Prefeitura Municipal do Natal, prevê a ligação da lagoa do Jardim Primavera com a do loteamento Aliança e a adequação das ligações existentes entre esta e a lagoa José Sarney, indo até à lagoa do Sapo, com o objetivo de drenar toda a água que se acumula na área. A obra, até o fechamento desse estudo, encontrava-se paralisada por falta de recursos financeiros.

Cumprе salientar que, se não ocorrer a implantação integral desse projeto de macrodrenagem, como proposto no Programa Natal do Futuro, toda a obra executada até o momento ficará comprometida. As duas lagoas – Jardim Primavera e Aliança – tiveram sua forma natural adulterada e, hoje, elas se encontram confinadas em escavações retangulares, em taludes, que, no período de chuva, enchem e extravasam os limites impostos, provocando inundações nas áreas circunvizinhas (Ver figuras 25 a 28). Pela falta dos serviços de saneamento, as águas das lagoas estão contaminadas, apresentando riscos à saúde da população (figura 25 a 28).



Figura 25 e 26 – Lagoa do Jardim Primavera.
Fonte: Adilson, 2010.



Figura 27 e 28 – Consequências das inundações nas proximidades da Lagoa Primavera.
Fonte: Adilson, 2010.



Figura 29 e 30 – Lagoa do Jardim Aliança.
Fonte: Adilson, 2010.



Figura 31 e 32 – Qualidade da água das Lagoas Jardim Primavera e Jardim Aliança.
Fonte: Adilson, 2010.

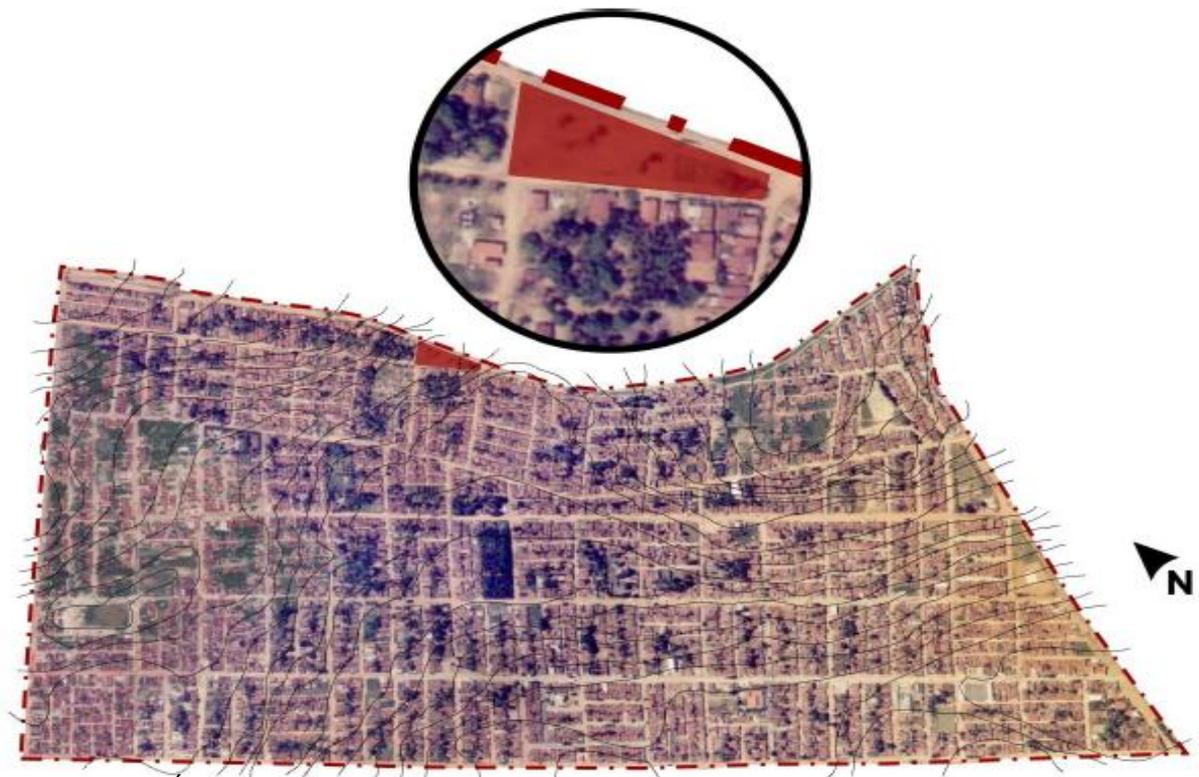


Figura 33 – Área de transbordo de lixo.
Fonte: João Abner, 2009.

Outro aspecto importante da área da Poligonal é o contraste urbano-rural. Em outras palavras, a área apresenta uma característica interessante que deve ser observada tanto para a concepção quanto para a execução dos projetos. Embora totalmente urbana, integrada à malha viária, tem uma dinâmica de comunidade interiorana/rural, que pode ser percebida tanto nos aspectos físicos quanto subjetivos. Atesta isso a existência de mini fazendas, nas quais os proprietários criam animais (jumentos, cavalos, porcos, cabras, aves e vacas). Muitos deles são

usados como fonte de renda e sobrevivência. Ocorre que alguns ficam soltos nos logradouros públicos, principalmente nas proximidades das lagoas, frequentemente sujando as ruas, seja espalhando lixo seja através dos excrementos produzidos. Isto contribui para a emergência de problemas ambientais.



Figura 34 a 37 – Rua do Riacho Urbano e Rural.
Fonte: Adilson, 2010.

Cabe considerar aqui a importância de se criarem alternativas sustentáveis de trabalho e “sobrevivência” para aqueles que utilizam animais de grande porte para realizar carretos, seja de pequenas coisas, seja de resíduos sólidos. Por outro lado, urge dotar-se a área de melhoria de mobilidade e acessibilidade, a fim de garantir conforto e segurança aos moradores que utilizam aqueles animais como meio de locomoção. Para tanto, deve-se fazer um trabalho Social atuante juntamente com a comunidade, indicando possíveis alternativas e soluções para melhorar a qualidade de vida da população estudada.



Figura 38 – O Urbano e o rural nas proximidades da Rua do Riacho.

Há, portanto, um conjunto de fatores de contribui para a precariedade socioeconômica, urbanística e ambiental do bairro de Nossa Senhora da Apresentação, impossibilitando a preservação do meio ambiente local e trazendo significativos obstáculos à melhoria da qualidade de vida dos moradores. A figura abaixo ilustra espacialmente os principais aspectos do bairro.

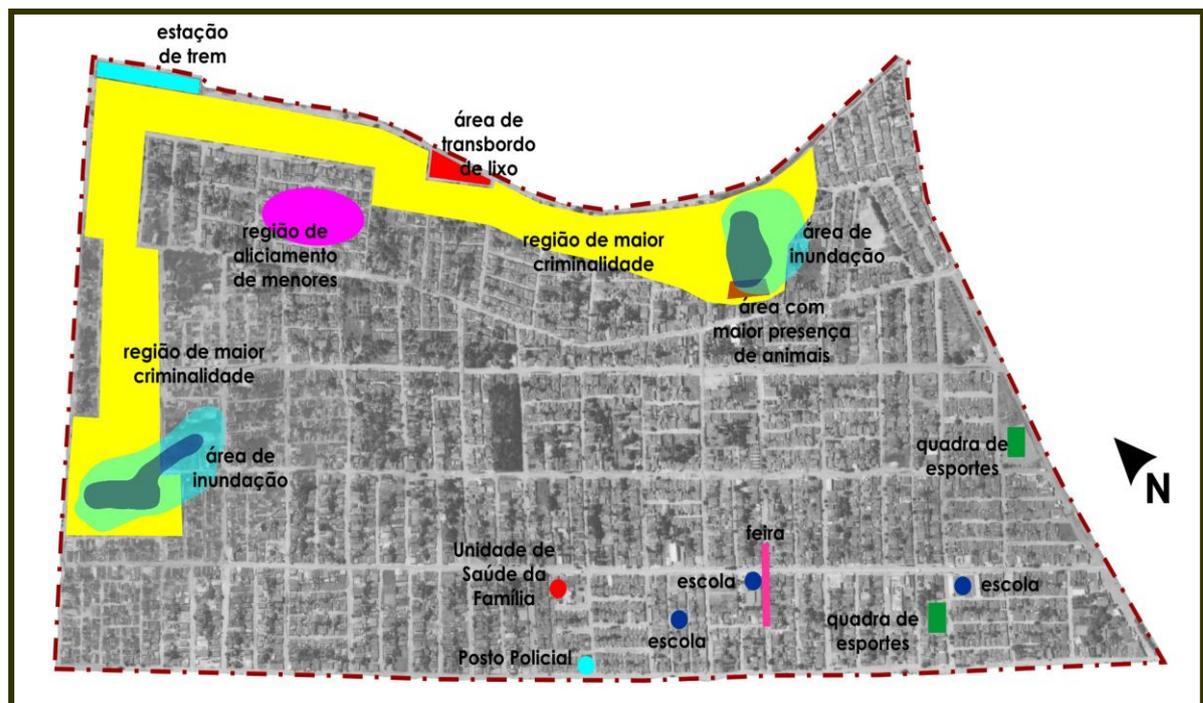


Figura 39 – Principais aspectos da área da poligonal de urbanização integrada.
Fonte: SEHARPE, 2010.

A figura mostra que, próximo às lagoas, existem áreas de maior criminalidade e a presença de animais. Na franja superior (próximo da linha de trem), existem problemas de inadequação ambiental (deficiente coleta e tratamento de resíduos sólidos, presença de animais e alagamentos), vulnerabilidade social (aliciamento de menores, criminalidade, ausência de equipamentos sociais e precariedade na oferta de serviços públicos). Os equipamentos estão concentrados nas duas principais avenidas da Poligonal (Boa Sorte e Maranguape), na parte baixa do mapa, e, muitas vezes, as pessoas que moram distantes não podem se deslocar para ser atendidas. Percebe-se, também, precária oferta de equipamentos de lazer para a população, dado que na área só existem três quadras poliesportivas. Ademais, verifica-se que o problema da criminalidade é ineficazmente combatido. Existe um único posto policial, sem infraestruturas suficientes para enfrentar os problemas de criminalidade e violência existentes em uma área tão complexa e vulnerável socialmente.

Em síntese, os problemas de inadequação ambiental, em particular as dificuldades causadas pelas enchentes e alagamentos; a disseminação de doenças de veiculação hídrica; a ausência de postura de gestores e moradores ambientalmente adequada, somada à carência da infraestrutura e serviços urbanos, configuram o quadro social, ambiental, urbanístico e econômico do bairro. Tal quadro compromete a melhoria das condições de habitabilidade, isto é, o reconhecimento do direito de habitação digna para famílias de baixa renda ou de vulnerabilidade social. A habitação adequada é entendida, também, pela qualidade do assentamento urbano, onde essa população vive, no que tange à infraestrutura básica e equipamentos sociais.

Foi realizada pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS uma análise do bairro por setores censitários, buscando isolar quais seriam as áreas mais carentes, com maior densidade demográfica, maiores problemas ambientais e em situações de risco. Além dessas questões, outro fator que deprime a realidade das comunidades em evidência, diz respeito à segregação socioespacial. Ademais, a influência de políticas governamentais para o fornecimento de equipamentos e serviços públicos de qualidade, somada ao aumento do déficit habitacional, agravaram a situação deste quadro. Os reflexos são vistos na paisagem urbana, evidenciados pelos assentamentos precários e irregulares em todas as regiões administrativas da cidade e em alguns perímetros urbanos, situados não somente nas regiões periféricas, mas também nos espaços

interurbanos do município do Natal. Como consequência, riscos e pobreza convivem lado a lado no espaço urbano.

Segundo Villaça (2001) argumenta, uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras é a segregação espacial das classes sociais, em áreas distintas da cidade. Basta uma volta pela cidade – e nem precisa ser uma metrópole – para constatar a diferenciação entre os bairros, tanto no que diz respeito ao perfil da população quanto às características urbanísticas, de infraestrutura, de conservação dos espaços e equipamentos públicos.

Segundo Gonçalves, (1997, p. 01) os assentamentos precários (favelas, aglomerados subnormais), vilas e loteamentos irregulares, são frutos de uma demanda habitacional reprimida face ao período recessivo. A fim de modificar essa realidade, a sociedade brasileira tem requerido não apenas a implantação de políticas públicas que venham assegurar o acesso à moradia como um princípio garantido constitucionalmente, mas, principalmente, método de avaliação que garantam resultados positivos para seus beneficiários, a fim de que as políticas públicas voltadas para o setor habitacional realmente atinjam os objetivos aos quais se propõem.

Valença (2001, p. 44) apontou a crise econômica e consequente estagnação dos recursos provenientes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) como impeditivo à aplicação de uma política social habitacional eficaz.

Segundo Ana Fani Alessandri Carlos (2011), a produção do espaço constitui um elemento central da problemática do mundo contemporâneo, do ponto de vista da realização do processo de acumulação capitalista – e, por consequência, de justificativa das ações do estado em direção à criação dos fundamentos da reprodução.

As práticas de resistências precisam ser pensadas com o recuso à construção de um olhar teórico visceral e dialeticamente articulado, precisamente, com a práxis, em um movimento que revele o sentido e o fundamento dos conflitos que se estabelecem hoje, em torno do espaço, como luta pelo “direito à cidade”. É mister planejar, enfrentar o problema no tempo, estabelecer pactos para a busca de soluções. Segundo Lefebvre (2001, p.26), a questão da moradia, ainda que agravada, politicamente desempenha um papel menor, [...] não é um pensamento urbanístico que dirige as iniciativas dos organismos públicos e semipúblicos, é

simplesmente o projeto de fornecer moradia, o mais rápido possível, pelo menor custo possível.

No que se refere à questão particular do produto habitacional, é necessário avaliá-lo a partir de valores que excedam sua simples construção. Mesmo sendo o resultado concreto e palpável dos programas habitacionais, alguns autores indicam um importante princípio e objetivo da Política de Habitação: integração com políticas públicas afins, neste caso, com a política social e urbana.

De maneira geral, o processo histórico de urbanização da Cidade do Natal, ocorreu de forma desordenada, seletiva e excludente. A priorização de investimentos em áreas mais valorizadas em detrimento das áreas carentes aumentou as desigualdades ao longo dos anos.

Entendida como um fenômeno que determina a ocupação do solo urbano de acordo com as condições econômicas das camadas sociais, a segregação socioespacial na área de intervenção é uma problemática vivida intensamente por sua população, refletida nas deficiências de mobilidade e na carência de infraestrutura e serviços urbanos. O efeito dessa situação é a conformação de tensões sociais e o desgaste dos moradores perante as dificuldades enfrentadas em seu dia-a-dia.

Outro aspecto considerado diz respeito à condição econômica dos moradores, em que o nível salarial desses é baixo. Muitas famílias da área em estudo encontram-se limitadas por um rendimento médio mensal de 2,62 salários mínimos (dados do IBGE, 2011), assim como pelas más condições de moradia, lazer, educação e saúde. A propósito, o recorte para a análise em termo micro, neste trabalho, foram trinta e duas famílias residentes na Rua do Riacho, do Projeto Urbanização Integradas do bairro Nossa Senhora da Apresentação, com o foco no Projeto de Trabalho Social.

De acordo com pesquisa realizada em 2010 pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, foram citados como problemas que mais afligem a população local, pela ordem de prioridade:

- desemprego,
- drogas,
- violência/falta de segurança,
- precário atendimento à saúde
- gravidez precoce,

- falta ou enfraquecimento da organização comunitária,
- crianças e adolescentes em conflito com a lei, agravado pela ausência de atividades educativas no local;
- questões de infraestrutura – inexistência de pavimentação, inundações; falta de áreas de lazer, creches e escolas; falta de rede de esgoto e presença de roedores.

Quanto à condição socioeconômica da população residente, 86,8% dos domicílios têm renda familiar de até três salários mínimos, além da grande distância que separa os moradores de infraestrutura e serviços sociais básicos como: saneamento adequado, escolas, creches e programas sociais. Quando se cruzam essas carências com o quadro de ocorrências de doenças de maior incidência na comunidade (verminose, diarreia, problemas de pele e dengue), fornecido pela Unidade de Saúde local, percebe-se o impacto que têm na saúde as precárias condições de salubridade da área.

3.5 SITUAÇÃO DO PROJETO

No tocante ao Projeto Executivo de esgotamento sanitário, drenagem, remoção de famílias em áreas alagadiças e regularização fundiária no Bairro de Nossa Senhora da Apresentação, conforme se viu, a escolha da área para intervenção decorreu do projeto *Natal do Futuro*, que, nos anos 2004 e 2005, focalizou as áreas sociais mais críticas em Natal. Na oportunidade, foi elaborado o projeto de Regularização Fundiária para 6.500 imóveis existentes nos loteamentos Libanês, Bom Jesus, Santarém e Aliança, componente da Urbanização Integrada do Bairro de Nossa Senhora da Apresentação e fração do bairro de Lagoa Azul, Zona Norte do Natal/RN. Até o fechamento desse estudo, todavia, a Regularização Fundiária prevista para atender aos loteamentos citados não foi efetivada. O projeto encontra-se paralisado desde 2010. Naquele ano, ocorreram as entregas de 15 unidades habitacionais (UHs), construídas em novo terreno na Rua Votuporanga, em frente à Lagoa José Sarney, devido à impossibilidade de utilizar espaço no terreno do beneficiário. Mais 17 intervenções ocorreram no próprio terreno do beneficiário, com recuo ou reconstrução de residências, somando 32 Unidades Habitacionais concluídas e entregues.



Figura 40 – Água servida na lagoa de captação de águas pluviais - Lagoa José Sarney.
Fonte: Adilson, 2010.



Figura 41 – Casas construídas em novos lotes – Rua Votuporanga.
Fonte: Adilson, 2010.

Estudo da área afetada na Rua do Riacho, a figura abaixo mostra o total de imóveis, lotes e terrenos.

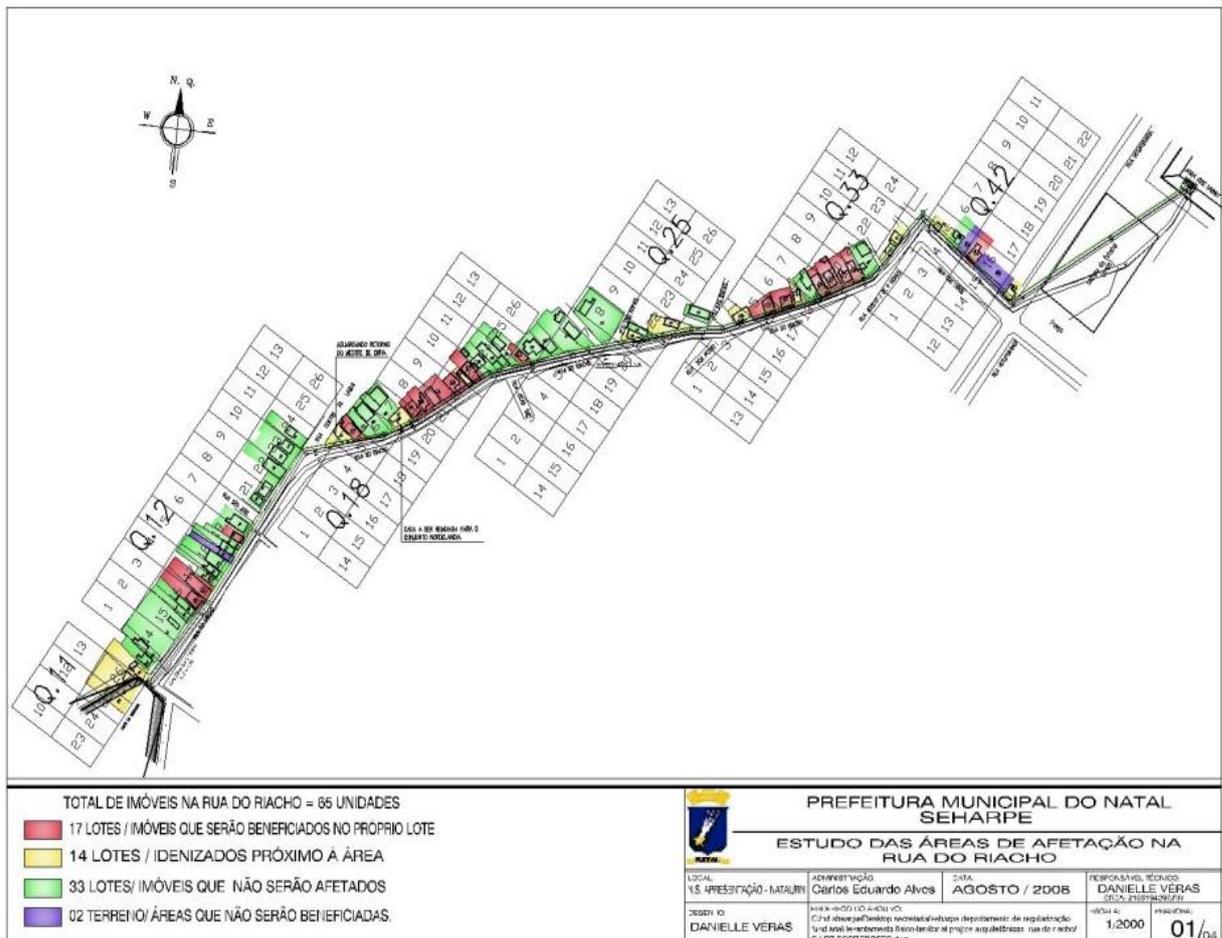


Figura 42 – Em vermelho são 17 lotes/imóveis que foram beneficiados no próprio lote; na cor amarela são 14 lotes/ indenizados próximo à área de intervenção; de cor verde representam 33 lotes que não foram atendidos e na cor lilás 2 terrenos que não foram beneficiados pelo projeto.



Figura 45 – Residências em obras (fundo do Imóvel) para os beneficiados no próprio lote.
Fonte: Adilson (2010).



Figura 46 – Observa recuo do imóvel no próprio lote.
Fonte: Adilson, 2010.



Figura 47 – Onde se observa a necessidade de recuo do imóvel no próprio lote.
Fonte: Adilson, 2010.

PLANTA BAIXA DOS LOTES

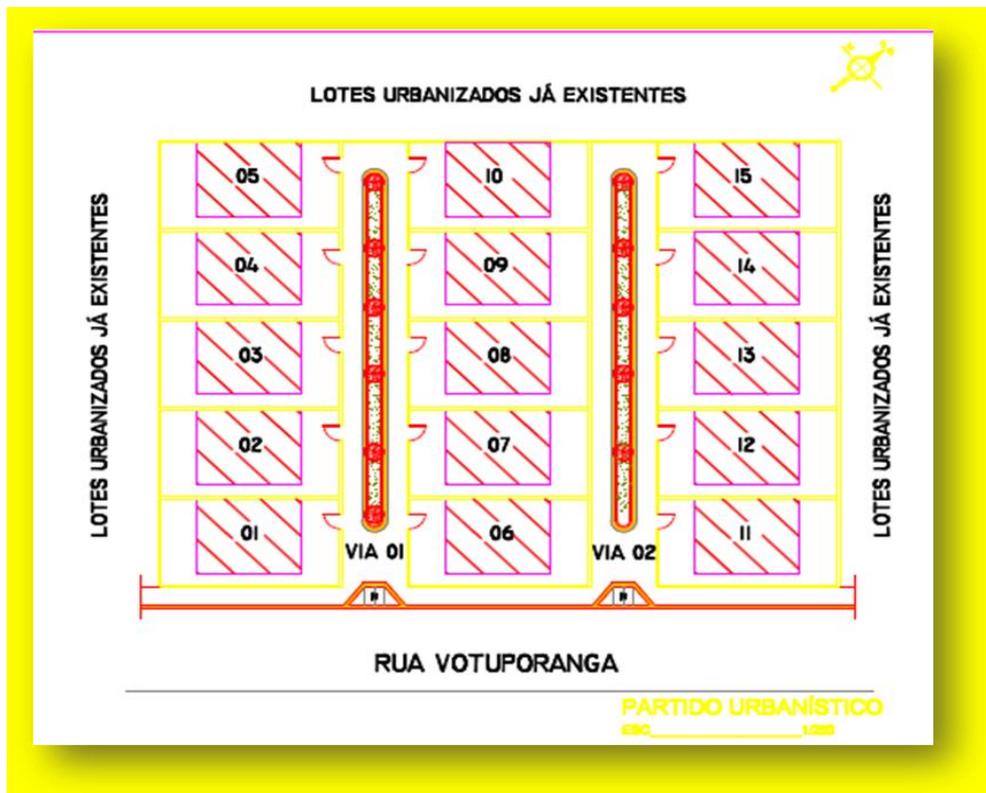


Figura 48 – Planta baixa dos lotes destinada a realocação das famílias da Rua do Riacho.

Fonte: SEHARPE, 2009.



Figura 49 – Obras destinadas a Realocação das 15 famílias da Rua do Riacho para Rua Votuporanga.

Fonte: Adilson, 2010.



Figura 50 – Casas em novo lote. Foto arquivo Adilson Menezes.
Fonte: Adilson Menezes, 2010.



Figura 51 – Casas atendidas em novo lote na Rua Votuporanga.
Fonte: Adilson Menezes, 2010.

A canalização, segundo projeto original, deveria ter sido implantada a partir da Lagoa José Sarney, cortando a Rua Votuporanga, seguindo pela Rua dos Lírios, à esquerda pela Rua do Riacho, à esquerda pela Rua Centro da Lagoa, até chegar à Lagoa do Soledade. Em junho de 2012, foi elaborada uma proposta contendo alterações. O alvo da reprogramação era melhorar a vida dos moradores das comunidades do bairro de Nossa Senhora da Apresentação. Por definição, deveria ser projeto de desenvolvimento social ao invés de apenas projeto de engenharia e de instalação de obras, passando necessariamente pela organização da gestão dessas pessoas e pela educação sanitária.

O alvo precípua das obras projetadas para o bairro em apreço é assegurar efetiva mudança na qualidade de vida dos beneficiários. Não é possível afirmar, entretanto, que uma obra, mesmo quando pretende atender a uma necessidade

sentida pela comunidade, venha produzir, automaticamente, mudanças na vida dessas pessoas. Existem diversas razões pelas quais a obra pode não chegar a funcionar adequadamente, porque, por exemplo, as pessoas podem não mudar seus hábitos sanitários. Na verdade, os comportamentos e atitudes de cada um se baseiam em princípios culturais, que, com frequência, são os mais resistentes a mudanças, desde as mais simples, como a lavagem das mãos, até o cuidado da água, do esgotamento sanitário e dos resíduos sólidos. Os moradores devem criar mecanismos organizacionais que operem os sistemas, realizem as cobranças e a orientem no uso dos sistemas. Isto também é uma mudança cultural (de um serviço gratuito e desorganizado a um serviço pago e organizado). As mudanças, muitas vezes, podem gerar desconfiança em entre os moradores. Daí a premência em se ter em ação o TS, em comprar-se tempo para discutir com a comunidade o programa e sua organização e como construir hábitos em uma perspectiva intercultural. É evidente que, se o Trabalho Social for executado de acordo com as normas técnicas exigidas, terá uma eficácia maior.

O macroprojeto idealizado pela PMN em 2007 não foi concluído até o presente momento, o que sugere falta de vontade política de fazê-lo. De certo modo, isso prejudicou a avaliação que o pesquisador se propunha a fazer.

Segundo Draibe (2002), existem dois grandes tipos de avaliação: *ex-ante* e *ex-post*. Avaliação *ex ante* precede o início do programa, durante as fases de sua preparação e formulação. Conhecida, também, como avaliação-diagnóstica, é realizada para apoiar decisões finais da formação, atendendo a um ou dois de seus objetivos: primeiro produzir orientações, parâmetros e indicadores que se incorporem ao projeto, melhorando seu desenho e suas estratégias metodológicas e de implementação; segundo, fixar um ponto de partida que permita comparações futuras (linha de base ou tempo zero).

Avaliação *ex-post*, geralmente, é feita concomitantemente ou após a realização do programa (CEPAL, 1998, p.16), também com duplo objetivo: primeiro, verificar os graus de eficiência e eficácia com que o programa está atendendo a seus objetivos; segundo, avaliar a efetividade do programa, ou seja, seus resultados, impactos e efeitos.

Da análise do que foi realizado no bairro Nossa Senhora da Apresentação e no na Rua do Riacho, conclui-se que só se pode enfatizar a dimensão de avaliação de processo, porque o programa ainda está em andamento. Daí decorre que só se

pode considerar o desempenho dos agentes públicos, medido pelos impactos de sua intervenção, tendo em vista as alterações ou mudanças efetivas na realidade sobre qual o programa interveio. (DRAIBE, 2002, p. 21).

Tabela 1 – Abaixo apresentamos o quadro atualizado das intervenções realizadas.

Situação das intervenções	Executadas	Em andamento	Paralisadas
Drenagem pluvial	Parcial concluída 59%	-	Obra paralisada a espera de liberação de recursos
Esgotamento sanitário	30% concluído	-	Obra paralisada a espera de liberação de recursos
Regularização Pavimentação urbana	-	-	-
Educação Ambiental	Não	Em estudo	-
Construção de 15 casas	Sim	Totalmente concluída na Rua do Riacho desde 2010	
Remoção e Reassentamento de 17 casas	Sim	Totalmente concluída na Rua Votuporanga desde 2010	

Fonte: SEHARPE, 2012.

O que se pode observar do quadro a cima é que as obras de maior porte foram só executadas em parte, beneficiando diretamente somente os moradores da Rua do Riacho, mas prejudicando indiretamente o restante do bairro em estudo.

Drenagem pluvial é o sistema de tubulação interligada que permite expulsar os líquidos pluviais ou de outro tipo; até o presente estudo só foram executados 30% da obra o restante continua paralisado por falta de recursos financeiros.

Esgotamento sanitário – Drenagem sanitária é aquela que leva os dejetos líquidos da moradia ou fábricas até às plataformas depuradoras, onde se realiza um tratamento para que o líquido possa ser despejado em um canal de água continua a desenvolver-se o ciclo hidráulico; foram concluídos 3%. Atualmente encontra-se

paralisada. Na opinião do técnico da obra: *“a obra de saneamento foi mais importante que trabalho social (...) muitos moradores não ficaram sabendo, eles não eram consultados, havia uma determinação de que tal espaço físico do seu imóvel seria demolido, em virtude da obra em que ia passar”*.

Regularização fundiária está previsto na Lei 11.077/2009; visa atender os aspectos urbanísticos, que exigem o desenho das vias de circulação, tamanho dos lotes a locação de casas precárias, tudo para que esse espaço urbano venha a realmente se integrar na cidade; esse item ainda não foi contemplado e ainda está em estudo pela Prefeitura do Natal.

Pavimentação urbana é a camada construída por um ou mais materiais que se colocam sobre o terreno natural ou terraplenado e serve para circulação de pessoas ou veículos; na área de intervenção foi concluído o anel viário dos transportes coletivos, faltando ainda várias ruas, inclusive a Rua do Riacho a ser pavimentada.

Educação Ambiental é um processo de educação responsável por formar indivíduo preocupado com os problemas ambientais; no caso da população residente nas áreas de intervenções, as pessoas não foram informadas e nem esclarecidas quanto à preservação e manutenção das ligações intradomiciliares.

Construção de 15 casas - foram construídas 15 casas no próprio bairro, na contiguidade da Rua do Riacho, próximo a Lagoa José Sarney; mas as famílias beneficiadas com as casas não ficaram satisfeitas com o tamanho do imóvel recebido e sua localização; as mudanças ocorridas geraram descontentamento entre beneficiários do programa.

Remoção e reassentamento de 17 casas - foram feitas 17 (dezesete) casas no próprio terreno, já que as casas tiveram que ser relocadas para dar passagem à rede de tubulação de drenagem e do saneamento básico; aqui também houve insatisfação com o tamanho do imóvel e com as mudanças ocorridas.

Análise do trabalho social

As pesquisas de avaliação têm-se mostrado excelente ferramenta para se detectarem os resultados positivos ou negativos, esperados e não esperados, das ações governamentais em todo o mundo. A sua utilidade se justifica, na medida em

que permite aos gestores públicos e demais responsáveis, e de acordo com as diferentes perspectivas, o redirecionamento nas políticas e programas sociais.

O Trabalho Social deveria atuar como um conjunto de ações educativas, procurando atender as demandas da população de baixa renda que reside em áreas segregadas e excluídas, como a da Rua do Riacho no bairro de Nossa senhora da Apresentação. Em se tratando de uma área de interesse social, a pesquisa avaliativa pode contribuir para direcionar os recursos públicos na construção de novas moradias, bem como na recuperação da dignidade e da cidadania de parte da população brasileira que vive num ambiente de grande vulnerabilidade socioeconômica.

O Programa Integrado de saneamento básico e habitação representa uma política pública de grande avanço social para os moradores da comunidade de Nossa Senhora da Apresentação, no âmbito do Sistema Interesse Social. No entanto, em que pese tratar-se de um programa oficial, cuja meta é promover melhoria habitacional e uma boa qualidade de vida, através do saneamento básico, drenagem pluvial e pavimentação para população alvo, verificou-se a presença de vários problemas que vão desde a configuração espacial até a falta de uma política de trabalho social que gere emprego e renda.

De fato, o projeto executado pela Prefeitura do Natal não atendeu, com eficácia, as expectativas seja da população beneficiada seja da equipe técnica de engenharia seja da equipe social que atuou no projeto. Ele não criou uma estrutura que promovesse o trabalho social, as mudanças sociais para a comunidade favorecida, nem resolveu os problemas no âmbito das relações humanas, das capacidades e aptidões das pessoas, de forma a promover o seu bem-estar, em habitabilidade digna.

Para que essa política de urbanização integrada se torne real e coletiva, é preciso garantir a participação social dos habitantes das comunidades do bairro citado, a partir da implementação de mecanismos de envolvimento dos moradores com a realização dos projetos executivos integrados, assegurando uma intervenção transparente e democrática, que possibilite aos mesmos discutirem suas carências, demandas e anseios de modo que as melhorias urbanas propostas, dentro das possibilidades técnicas, sociais e econômicas, atendam às suas expectativas e prioridades.

Pode-se afirmar ter havido realização parcial das atividades sociais programadas da Urbanização Integrada do bairro Nossa Senhora da Apresentação, do Trabalho Social, por meio da SEMTAS e SEHARPE, concomitantemente com a fase anterior e durante a execução das obras. Ausentes, porém, as medições de impacto social. Soma-se, ainda, a necessidade de efetivar o trabalho social, inclusive quanto à fase de pós-execução das obras. A SEHARPE pretende, até o segundo trimestre de 2016, reprogramar as atividades do TS com sua equipe técnica. Pretende, ainda, fazer uma licitação para dar prosseguimento ao TS, com vistas a concluir o atendimento às necessidades básicas dos moradores do bairro em estudo.

Perfil dos entrevistados - moradores da Rua do Riacho

No período entre julho de 2014 a maio de 2015, realizaram-se trinta e cinco entrevistas com moradores no Programa Urbanização Integrada Regularização e Integração de saneamento e Habitação Precária, que residem no loteamento desde sua origem até 2015, todos beneficiados pelo programa com remoção e construção, no mesmo lote, e outros beneficiados com construção de casas no mesmo bairro, porém, em outra rua (Votuporanga), próximo à lagoa José Sarney, no mesmo bairro. As entrevistas, gravadas com anuência dos entrevistados, foram transcritas e seu conteúdo objeto de estudo, para extrair as principais categorias de análise. Realizadas nas residências respectivas, duraram, em média, entre 30min e 60min. Os resultados apresentados preservam a confidencialidade e retratam características de nove (B1 a B9) dentre os respondentes, selecionados por terem expressado mais consistência em suas ponderações, doando melhor subsídio à investigação do pesquisador.

O perfil dos respondentes mostra que são cinco homens e quatro mulheres, com idade entre 28 a 66 anos; graus de responsabilidade diferenciados e concepções diferentes a respeito do Programa Urbanização Integrada Regularização e Integração de saneamento e Habitação Precária, naquela região.

Consoante as respostas dos respondentes, os moradores estavam vagamente informados acerca da elaboração do projeto pela Prefeitura, mas desconheciam os procedimentos de seleção das famílias potencialmente beneficiárias: “*soube por intermédio dos vizinhos*” (B1). Já a sua vizinha declarou:

“veio um pessoal da prefeitura dizendo que ia ter uma reunião com a gente para explicar o projeto” (B2). Outro morador declarou: *“Tomei conhecimentos do projeto aqui no bairro, pelo pessoal da prefeitura”* (B7). Alguns moradores participaram das reuniões, afirmando que era *“um projeto bacana, disseram isso em uma reunião e que ia acabar com a enchente nas casas”* (B1). Os moradores nutriam boas expectativas em relação ao TS a ser realizado pela Prefeitura, não sem certa desconfiança: *“Na minha opinião, é importante que tenha essa tal do trabalho social, só não sei se vai chegar pra nós e trabalho técnico não sei muita coisa não, só que vão mexer nas casa e passar uns cano para água de chuva e esgoto”* (B1). Percebeu-se dificuldade na manifestação quanto ao TS: *“agora dizer que esse trabalho foi correto ou não sei ao certo, o pessoal da prefeitura fazia as carteira de identidade, botava agente pra receber bolsa família e dava lanche para gente”* (B2).

Caso diferente é dos moradores que se instalaram mais recentemente, conforme afirma B3, que: *“Veio pra cá em 2009, comprei um pedaço de terra aqui na esperança de ter o documento dele”* Tomou conhecimento do TS realizado no bairro porque: *“foi minha vizinha que falava e eu ouvi o povo dizer que veio aqui as assistente social falar dos serviços”* (B3). Assim, em relação ao TS, a percepção dos moradores é bastante relativa: *“Não sei se teve um trabalho social, o pessoal da prefeitura chegava aqui pra fazer carteira de identidade, registro de menino, bolsa isso, bolsa aquilo e dava lanche pra a gente”* (B1). Na opinião de outra moradora: *“não sei explicar direito, mas no início veio a assistente social aqui nas casa, pegaram os nomes da gente e xerox de documentos e fizeram umas perguntas”* (B2). Problemas da comunidade elencados, na época, como problemas relacionados ao acúmulo de lixo, de segurança, por causa da existência de *“um bando de maconheiros”* e *“quando chove, fica tudo de baixo d’água”* (B1). Questionado acerca da consulta à população sobre as intervenções e as melhorias previstas, o morador não sabia ao certo do que se tratava, afirmando: *“não sei responder, na verdade fui numa reunião aqui no bairro de Nossa Senhora da Apresentação (...) só teve essa reunião”* (B1). Para B2, *“Não, fizeram uma reunião só e depois já veio às maquina e os homem trabalhando, mas a gente não sabia o que era mesmo, depois foi que a gente ficou sabendo do serviço pelos homens da firma”*. Do mesmo modo, outra moradora se queixou: *“a gente nunca sabe o que vai fazer aqui na rua, só se sabe quando começa o serviço”* (B8).

A percepção dos moradores não é, portanto, negativa em relação ao TS desenvolvido pela Prefeitura, mas, sim, em relação à transparência de suas ações e a seu modo de interagir com a população. Segundo os moradores, *“deixou de entrar água de chuva nas casas”* (B1); *“tá ficando bom o serviço”* (B4), mas fazem as seguintes ressalvas: *“O que tá faltando na verdade ali na minha opinião nesse serviço é terminar com o serviço que começou”* (B4), e *“olha, eu acho que esse trabalho é muito bom e vai ficar melhor quando eles (da Prefeitura) terminar”* (B1). Opinando sobre as obras e serviços ainda a serem realizados, os moradores se expressaram assim: *“sou de acordo que a gente seja ouvido”* (B1); *“é bom a gente ficar sabendo do que vai acontecer na rua da gente para a gente pode colaborar”* (B3).

Para alguns, a avaliação é muito positiva: *“O que tenho a dizer que é “uma benção” só a rua e as casa na fica mais de baixo d’água (...) agora falta fazer o resto dos serviços pra ficar decente”* (B2). Para a mesma moradora, a vida no bairro *“melhorou, mas é bom que o serviço vá até final”* (B2). Para outros moradores que moram no bairro desde 1999/2000, *“melhorou muito”* (B5); *“melhorou, sim, mas quando vai terminar o restante? Quando terminar, vai ficar melhor”* (B6).

Verificadas as opiniões dos moradores, cabe apresentar a posição da Prefeitura em relação aos trabalhos realizados ou ainda pendentes. Assim, os técnicos forneceram os dados relatados abaixo, acerca de suas ações e justificativas quando da não realização ou cumprimento parcial de suas metas.

Tabela 2 – Cronograma de execução de atividades – Segmento da participação e capacitação da população
Projeto de urbanização integrada do bairro Nossa Senhora da Apresentação

Nº	Ações	Realizadas		Não realizadas	Justificativas (das ações não realizadas)
		Concluída	Em andamento		
01	Revisão e consolidação dos procedimentos metodológicos e das áreas de trabalho (quadras e ruas);		X		Realizada apenas na R. do Riacho Loteamento José Sarney. Hoje se encontra paralisada até o presente estudo.
02	Constituição da equipe técnica social do projeto e da equipe de acompanhamento.		X		Até o presente não foi constituída a equipe para o acompanhamento do TS.
03	Instalação do escritório social de campo (ESC);			X	Falta de equipe técnica;
04	Integração e preparação institucional para a execução do projeto;		X		Realizada parcialmente pela equipe da SEHARPE, hoje se encontra paralisada.
05	Constituição do comitê dos moradores das ruas (CMR) e do grupo local de participação comunitária (GLPC);			X	Até o presente não foi constituído o comitê.
06	Identificação e encaminhamento aos órgãos municipais / estaduais competentes das famílias em situação de risco social;		X		Realizada parcialmente pela equipe da SEHARPE
07	Criação da Comissão de Acompanhamento das Obras (CAOBRA) responsável pela Elaboração do Plano de Ação para o Acompanhamento das Obras;			X	Não foi criada a comissão de acompanhamento de obras.
07	Criação da Comissão de Acompanhamento das Obras (CAOBRA) responsável pela Elaboração do Plano de Ação para o Acompanhamento das Obras;			X	Não foi criada a comissão de acompanhamento de obras.
09	Acompanhamento da execução de Planos: Plano de Reassentamento e Plano de Regularização Fundiária;		X		Realizada parcialmente pela equipe da SEHARPE, encontra-se paralisado.

10	Divulgação macro das intervenções propostas do projeto na comunidade visando à democratização das informações aos beneficiários;				Não foi feita a divulgação proposta.
11	Capacitação continuada das equipes técnicas (engenharia e social)			X	As atividades Capacitação encontram-se paralisadas.
12	Encaminhar os adultos identificados como analfabetos para a SME;			X	Não foi feito
13	Identificação das crianças e/ou jovens fora da escola;		X		Foi identificada, mas não foi encaminhada a escola.
14	Incentivo a organização de grupos por segmento etário e de gênero, como jovens, idosos, mulheres.			X	Nada foi feito
15	Curso de capacitação em liderança;			X	Não foi elaborado o curso proposto.
16	Levantamento de demanda da população para enriquecer o diagnóstico já executado e um planejamento participativo de ações voltadas ao desenvolvimento local.			X	Não foi elaborado o levantamento proposto pelo programa.
17	Criação do Conselho de Desenvolvimento Local do bairro de Nossa Senhora da Apresentação;			X	Não foi criado o conselho proposto pelo programa.
18	Avaliação anual das ações realizadas;		X		Começou uma coleta de dados, mas não foi efetivada a avaliação.
19	Realização de pesquisa amostral para avaliar o impacto das intervenções na comunidade, comparando o antes com o depois.			X	Não foi feita a pesquisa proposta nem foi avaliado o impacto das intervenções pela equipe técnica do programa.
20	Seminário de Avaliação Pós-Obras das Ações.			X	Nenhum seminário foi elaborado e aplicado.
21	Revisão e publicação de documento completo com todas as atividades realizadas.			X	Não houve até o presente estudo revisão e nem publicação de documentos.

Fonte: SEHARPE, 2012.

Tabela 3 - Cronograma de execução de atividades – Segmento para geração de trabalho e renda

Nº	Ações		Realizadas	Não realizadas	Justificativas (das ações não realizadas)
	Concluída	Em andamento			
01	Detalhar conjunto das ações de geração de trabalho e renda a partir da oficina de dinamização da economia local;			X	Até o presente nada foi elaborado.
02	Capacitar e qualificar adultos e jovens para inserção no mercado de trabalho e melhoria da renda familiar;			X	Não foi executada a capacitação e qualificação profissional proposta pelo programa.
03	Articular e capacitar para a criação de associação dos setores produtivos e autônomos do bairro N. S da Apresentação, visando consolidar ações cooperadas;			X	Não foi executado
04	Identificar potenciais, incentivo, capacitação e apoio à criação de unidades produtivas cooperadas e iniciativas autônomas para geração de trabalho e renda;			X	Não foi feita as identificações propostas.

Fonte: SEHARPE, 2012.

Tabela 4 – Cronograma de execução de atividades – Segmento de educação sanitária e ambiental

Nº	Ações		Realizadas	Não realizadas	Justificativas (das ações não realizadas)
	Concluída	Em andamento			
01	Capacitação em educação sanitária e ambiental;			X	Não houve a capacitação sugerida pelo programa.
02	Orientação e preparação de famílias para o cultivo de hortas urbanas.			X	Até o presente estudo não houve as orientações propostas pelo programa.
03	Formar grupo profissional de coletores (catadores) comunitários, capacitando-os e orientando-os quanto ao destino dos resíduos e os cuidados com a proteção pessoal.			X	Não foram formados grupos proposto pelo programa.
04	Consolidação da Capacitação no Planejamento Participativo e Elaboração do Plano de Ação de Educação Sanitária e Ambiental.			X	Essa ação não foi elaborada até o presente estudo.

Fonte: SEHARPE, 2012.

Como se depreende da análise dos quadros acima, ainda falta muito para que o Projeto seja retomado e concluído. Os próprios técnicos não sabem quando será dada continuidade ao Projeto, passando insegurança para os moradores que buscam informações.

No documento a seguir, delineiam-se as ações previstas para o primeiro semestre de 2016.

Tabela 5 – Cronograma de execução de atividades que deveriam ser executadas pela SEHARPE

Segmentos	Atividades que deveriam ser executadas até o segundo trimestre de 2016.
Participação e Capacitação da População	Revisão e consolidação dos procedimentos metodológicos e das áreas de trabalho (quadras e ruas);
	Constituição da equipe técnica social do projeto e da equipe de acompanhamento.
	Integração e preparação institucional para a execução do projeto;
	Identificação e encaminhamento aos órgãos municipais / estaduais competentes das famílias em situação de risco social;
	Monitoramento e avaliação contínua do trabalho social;
	Acompanhamento da execução de Planos: Plano de Reassentamento e Plano de Regularização Fundiária;
	Divulgação macro das intervenções propostas e dos projetos executivos a comunidade visando à democratização das informações aos beneficiários;
	Identificação das crianças e/ou jovens fora da escola;
	Avaliação anual das ações realizadas;

Fonte: Cronograma de execução de atividades, SEHARPE- 2015.

Até a conclusão da presente investigação, nada tinha sido feito dentro do proposto nas atividades do quadro acima, a respeito da “participação e capacitação da população”, cuja execução estava prevista para o segundo trimestre de 2016.

A maior parte do Projeto de Urbanização Integrada no Bairro Nossa Senhora da Apresentação, delineado em 2007, objetivava amplo leque de ações na área de Infraestrutura Urbana (serviços de pavimentação, drenagem, e ligações domiciliares de rede coletora de esgotamento sanitário), Habitação (produção / aquisição de unidades habitacionais e recuperação / melhorias habitacionais na área de intervenção), Regularização Fundiária, construção de Equipamentos Sociais na área de Educação (01 Escola de Ensino Fundamental, 03 Centros Municipais de

Educação Infantil), Esporte e Lazer (01 Quadra Poliesportiva Padrão e Realização de Trabalho Social (atividades socioeducativas e participativas), para o atendimento de 19.005 famílias). Todavia, só houve execução parcial e localizada de um conjunto de ações, no tocante à construção das 32 unidades habitacionais situadas à Rua do Riacho, que se encontrava em área de alagamento. Segundo informações cedidas pela SEHARPE, prevê-se a reprogramação das atividades do TS, além de processo licitatório, a fim de propiciar-se a continuidade do TS.

CAPÍTULO IV — OLHARES SOBRE O TRABALHO SOCIAL DESENVOLVIDO NO BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

E1	Homem, 66 anos, Engenheiro civil, professor da UFRN, mentor intelectual do Projeto N. S. Apresentação.
E2	Mulher, 39 anos, Assistente Social SEMTAS – PMN, técnica desde (2009 a 2011) no Projeto N. S Apresentação.
E3	Mulher, 44 anos, Assistente Social SHERPE-PMN, esta no projeto desde (2009 a 2010).
E4	Mulher, 29 anos, na época (2010 a 2012), estagiaria de Serviço Social-UFRN, hoje Assistente Social SHERPE-PMN.
E5	Homem, 52 anos, técnico nível médio, fiscal de obra da SEMOV-PMN.
E6	Mulher, 56 anos, Engenheira Civil, fiscal de obra SEMOV-PMN.
E7	Homem, 52 anos, Engenheiro Civil, Secretario Adjunto de Operação da SEMOV-PMN.

Fonte: Adilson Menezes, 2015.

Perfil dos entrevistados

No período entre maio e setembro de 2015, realizaram-se sete entrevistas com técnicos envolvidos no Programa de Urbanização Integrada, Regularização e Integração de Saneamento e Habitação Precária, que atuaram no projeto de Integração, desde sua origem até 2015, embora em momentos diferentes.

4.2 OPINIÕES DOS TÉCNICOS

Cabe ressaltar que muitos dos depoimentos que expressam as opiniões dos técnicos envolvidos foram repetitivos, motivo pelo qual foram recortados e apresentados apenas os trechos mais significativos.

O primeiro entrevistado (E1), Engenheiro Civil, professor da Universidade Federal do Rio grande do Norte – UFRN, mentor intelectual do Projeto Nossa Senhora

da Apresentação. Na época, ele estava na equipe da elaboração do projeto incluído na concepção e dimensionamento do sistema integrado, mas não atuou no processo de seleção das famílias que seriam ser contempladas. Teve, portanto, um grau de responsabilidade muito elevado como idealizador do projeto. Suas ideias refletiram-se nos planos para solucionar os problemas de alagamento dos pontos mais baixos da comunidade de Nossa Senhora da Apresentação, notadamente no traçado urbanístico. Ele declara: *“Na minha opinião a obra de engenharia foi mais importante que o trabalho social, porque não tem recursos financeiros disponível para se fazer um T.S”*. No entanto, guarda uma opinião crítica sobre a execução do projeto que ele define como *“um projeto como outro qualquer de engenharia desenvolvido pela Prefeitura. O problema é que esse projeto não foi concluído, que falta a ligação da lagoa de Santarém e lagoa Jose Sarney (...) o problema é a duplicação e, para ser duplicada, precisa de desapropriação e essa desapropriação não foi feita ainda, essa é a grande questão”* (E1). Em consequência, a sua avaliação do modo como o TS foi concebido e executado e se foi avaliado corretamente é também muito crítica: *“Não se teve um trabalho social, como não se tem em nenhum projeto aqui em Natal (...) o único momento onde se aborda o trabalho social nesses projetos é nos estudos de impacto ambiental, e isso não faz parte do projeto (...). Ao pratica é, aqui em Natal, quando se desenvolve um projeto de engenharia, você só faz o projeto de obra”* (E1). Por isso mesmo, lamentou, no decorrer da entrevista: *“se tivesse um setor para cuidar do T.S, seria outra coisa! Como não tem quem faça esse trabalho social, teria que ter uma estratégia, ou seja, deveria estar no orçamento da obra, no projeto executivo e a na execução da obra”* (E1).

No tocante à origem do problema que afeta a comunidade, ele declarou: *“o então problema social foi provocado pelas consequências da urbanização (...). O principal motivo da (implantação da) drenagem é diminuir os impactos negativos sobre a população”* (E1). Na sua opinião, problemas e soluções estão intimamente ligados, pois *“o ideal é que tudo tivesse sido feito na época da urbanização, que o projeto de uso e ocupação do solo da urbanização estivesse previsto”, mas, quando se fez a intervenção ali, não se fez o projeto de drenagem integrado com a urbanização. A população ocupou os vales, não preservou as áreas naturais, o fato de você ter inundação ali é uma coisa mais natural que se possa imaginar”* (E1).

As opiniões emitidas pelo Engenheiro são de grande valia para a análise do projeto na sua fase de concepção. Quanto à (falta de) interação e participação da

comunidade no projeto, o mesmo declarou: *“não sei responder. Na verdade participei de uma reunião só, uma única reunião, lá no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, de conscientização e participação da população, só houve uma reunião”* (E1). A avaliação feita por ele das intervenções executadas no Bairro Nossa Senhora da Apresentação está sempre relacionada à dimensão técnica de drenagem e saneamento: *“O que ta faltando, na verdade, ali, na minha opinião, nesse projeto, é a parte de despoluição que só viria com o saneamento; na hora que fizer 100% de esgotamento de água daquele bairro, o problema da poluição decorrente da drenagem passaria a ser muito pequeno”* (E1). O Engenheiro entrevistado lamenta que a comunidade não tenha sido chamada a discutir e opinar a respeito das melhorias e da execução do projeto, fazendo a seguinte ressalva: *“essa obra teve licenciamento ambiental e, nesse licenciamento ambiental, teve uns procedimentos que deveriam ter sido seguidos, que envolvem audiências públicas (...) eu acho que é no licenciamento ambiental que essas coisas devem acontecer”* (E1). Finalizando a entrevista, o engenheiro opinou: *“olha! Eu acho que seu trabalho de pesquisa acadêmica é muito bom e de grande importância para os gestores (...) eu concordo com esses tipos de estudos, mas eu tenho uma dúvida sobre quem é que deveria ficar responsável pelo trabalho social, se seria a empresa que está executando a obra ou então uma terceira empresa”* (E1).

Em que momento deveria entrar o TS? Para o entrevistado, deveria entrar em nível de projeto ou mesmo começar no anteprojeto: *“eu acho que, nesse estudo, ele (o TS) é mais significativo na preparação do termo de referência, tem que estar, é fundamental (...) eu acho que o que motivou tudo foi a demanda social (...). O TS deve atuar no início do projeto, na decisão política da obra, na definição do termo de referência, é fundamental que essa equipe do TS esteja trabalhando integrado com a equipe de engenharia na definição e na execução da obra”* (E1).

Tendo enfatizado o entrevistador a falta de um trabalho social que respondesse a demanda social e que atuasse com ações educativas, procurando atender as demandas daquela comunidade, o entrevistado concordou e afirmou: *“Eu acho que está faltando isso, o trabalho social (...) pra mim, o mais importante do é que a obra (...) não é um fim, é um meio, então precisamos valorizar o trabalho social que deve anteceder a obra”* (E1).

Ressalta-se a contribuição do entrevistado, que concluiu assim: *“eu defendo uma gestão participativa, eu acho que o trabalho social é quem vai garantir*

assegurar a gestão participativa, o envolvimento da população desde o início (...) porque uma obra de engenharia, ela nunca leva a uma só solução, existem várias soluções técnicas possíveis (...) é tanto que um dos itens do pacto ambiental é elencar todas as alternativas tecnológicas possíveis, e a definição entre qual delas é a melhor é uma decisão política, que tem que ser tomada, mas nem sempre é aquela que é boa para comunidade (...) então, nesse momento dessa decisão, tem que ter a participação popular” porque sempre “se deve ouvir a comunidade e aplicar o trabalho social” (E1).

Entrevistada a Assistente Social da SEMTAS, que trabalhou no projeto entre 2009 e 2011, e desenvolveu suas atividades “*junto à comunidade, fazendo visitas, né, referentes ao levantamento das famílias que iam sofrer alguma alteração no seu imóvel (...) era um trabalho de parceria com a Secretaria de Obras do Município, em que eu ia com uma equipe ou então com um dos técnicos da SEMOV (...). A gente fez visitas in loco nas casas, residências, identificando e aplicando também questionários das famílias para poder identificar quais seriam os imóveis, quais seriam as famílias afetadas pela obra de Nossa Senhora da Apresentação”* (E2). No tocante ao andamento do Projeto, ela informou: “*bom, na época, houve uma morosidade na implementação da obra porque assim como envolvia residências, a própria prefeitura não tinha conhecimento da própria obra, do andamento, quanto tempo ia andar, acho que a questão da morosidade da burocracia e da realização de algumas etapas, do que estava executando, dificultou muito”* (E2). Na opinião da entrevistada, o TS “*não foi executado, não, o trabalho social, ele não foi executado, mas as obras, pelo que eu sei, elas só foram concluídas posteriormente (...) foram feitas reunião com a comunidade bem depois ainda, ou melhor, depois da conclusão das obras, assim não teve muito avanço, né, apenas agora que fiquei sabendo há pouco tempo que a obra foi retomada”* (E2). Consciente das falhas e desejosa de melhorar a eficácia do projeto, ainda em andamento, a mesma acrescentou: “*eu acho que a prefeitura deve se aproximar mais da comunidade que é afetada pela obra, saber das realidades, saber das necessidades, das consequências daquela obra para a comunidade (...) o que a gente observou é que muitos moradores ficaram sabendo da situação do que eles iam perder parte do imóvel, mas eles não eram consultados (...) havia uma determinação de que tal espaço físico do seu imóvel seria demolido, em virtude da obra em que ia passar”* (E2). No tocante aos principais problemas da área e da população, a Assistente Social declarou: “*pelo que a gente viu na época das visitas,*

era a própria localização (...) pelo que eu sei era uma área de posse e assim era próxima a uma lagoa e aonde tinha muito lixo (...) a comunidade não contribuía na questão de limpeza e do próprio terreno (...) a obra ia passar no subterrâneo que a gente sabia que ia afetar as pessoas, mas com a falta de planejamento urbano, as casas foram sendo construídas sem nenhum planejamento de forma que atrasou a obra e dificultou a realização do trabalho social” (E2). Portanto, “como houve uma morosidade, eu acho que a satisfação da comunidade em si, e minha como técnica na época que a gente trabalhava, não foi tão positiva, foi parcialmente positiva porque, assim, era uma obra que iria beneficiar se não me engano era uma obra de saneamento que iria beneficiar aquela localidade, mas em compensação iria repercutir nas vidas das pessoas (...) iam perder uma parte do imóvel em favor de uma obra que traria desenvolvimento para aquela região” (E2). E continuou: “eu acho que o trabalho social deveria ser realizado a contento (...) primeira coisa, você deveria conhecer a comunidade que você devia trabalhar e realmente fazer ações que realmente levem aquela comunidade a despertar para a importância da obra para ela, o porquê daquela obra para a comunidade da localidade daquele bairro e executar ações efetivas que tenham resultados, que vem trazer alguma coisa positiva para a comunidade afetada” (E2). Afirmou que desconhecia o desenho geral do projeto e não soube informar qual o setor da SEMTAS estava em parceria na realização do projeto técnico-social: “a nossa parte seria apenas trabalhar com a comunidade (...) quanto às circunstâncias da obra e os critérios que foram adotados, nós não soubemos” (E2). Externando sua opinião a respeito do projeto e de sua execução, a técnica afirmou: “bom, o projeto ele não foi executado pelo que eu sei na sua íntegra (...) o trabalho social e a execução da obra eu não sei em que pé anda porque a gente deixou de participar e não houve mais um retorno para secretaria daquela época” (E2).

Também colocou que não sabia informar se a população tinha sido consultada sobre as intervenções e as melhorias, ou se ficou satisfeita, porque “eu não sei em que patamar está a obra, qual foi o percentual que foi concluída ou fase de conclusão, não sei lhe informar” (E2). A entrevistada concluiu: “não adianta a gente executar um trabalho técnico-social se a própria secretaria, a SEMTAS, não sabe informar o andamento da obra, qual a comunidade está sendo beneficiada, qual foi o critério (...) mesmo a gente entrando com parceria na execução do projeto, precisa se conhecer mais do projeto” (E2). A mesma insatisfação patenteou-se nos comentários da Assistente Social, concernente ao tratamento dispensado à

comunidade. Os moradores “reclamavam quanto ao deslocamento do imóvel no seu próprio terreno e também dos imóveis que eram construídos quanto a qualidade e o tamanho do imóvel (...) antes, eles tinham todo seu mobiliário em uma casa e o que ele recebeu não dava pra botar a cama com o guarda roupa (...) alguns imóveis que visitamos não eram grandes não, outros eram muito pequenos e com a intervenção da obra, foram mais reduzidos ainda (...) quer dizer lá na comunidade afetada pela obra, tinha pessoas idosas residentes, tinham pessoas com deficiência será que realmente se observou esses detalhes? Na casa de uma idosa que visitamos, a casa dela era bem pequena e ainda perdeu uma boa parte do imóvel dela, que dizer reduziu ainda mais o imóvel dela, dificultou ainda mais o seu deslocamento dentro da casa e para rua (...) a questão do ambiente e conforto que não foi respeitado, quer dizer que você mora ali há 30, 40 anos, de repente, por causa de uma obra da prefeitura, tem todo o seu cotidiano modificado, o seu ambiente, a sua residência modificada em nome do desenvolvimento da comunidade (E2).

Entrevista conduzida com outra Assistente Social, que atuou na SEHARPE em 2009 e 2010, permite esclarecer mais ainda as diversas facetas do Projeto. Sua atividade era fazer o cadastramento e a seleção das famílias que seriam beneficiadas pelo Programa: “A gente fez visitas (...) identificando as pessoas que iam sofrer alterações no seu imóvel e aplicando (...) questionários para poder identificar quais seriam os imóveis, quais seriam as famílias afetadas pela obra de Nossa Senhora da Apresentação (...) “Inicialmente (fomos) fazendo visita, levantamento das famílias, identificando e aplicando questionários. O trabalho social, ele não foi executado (...) mas as obras foram parcialmente concluídas posteriormente e foram feitas reuniões com a comunidade bem depois ainda, ou melhor, depois da conclusão de etapas das obras” (E3).

A esse respeito, outra entrevistada, na época (2010 – 2012) estagiária do curso de graduação em Serviço social UFRN e hoje é Assistente Social da SEHARPE acrescentou: “Bem, eu era estagiária do projeto com outro técnico que não está mais na secretaria e desenvolvemos atividades do tipo, fizemos mobilização com as lideranças dos cinco Loteamentos Nossa Senhora da Apresentação é imenso. São cinco loteamentos dentro de um; é fizemos mobilização pra poder reativar algumas ações da Prefeitura (...) Foram reuniões, entrevistas com moradores acerca da melhoria com a chegada do projeto estrutural e especificamente o nosso trabalho foi maior na Rua do Riacho que era pra observar

as pessoas que tinham recebido, que foram indenizadas, os de fato que tinha saído e os que continuaram. Como o projeto não necessitava da destruição total das casas, foram derrubadas partes das casas e a outra metade permaneceu. O nosso objetivo era pra saber se os moradores eram de fato os beneficiários da época (...) Conheço a fundo o que estava soterrado, os tubos, onde se encontravam, qual o percurso que era feito pela água pela drenagem, foi isso” (E4). E completou acerca do processo de acompanhamento realizado pelos técnicos na época: “Fizemos mobilizações (...) foram reuniões, entrevistas com moradores acerca da melhoria com a chegada do projeto estrutural na Rua do Riacho que era pra observar as pessoas, que foram indenizadas, os que tinham saído e que continuavam morando em condições precárias” (E4).

O depoimento a seguir é relevante porque a entrevistada (E5), Engenheira Civil, era fiscal de obra do Departamento de Operação da Secretaria Municipal de Obras e Viação – SEMOV. Desenvolveu o trabalho de fiscalização das obras de saneamento básico do projeto no bairro de Nossa Senhora da Apresentação com elevado grau de responsabilidade técnica (realizar medição, analisar e fiscalizar a qualidade dos serviços executados). Ela opinou de modo crítico quando afirmou: *“Foi uma porcaria, nada funcionou; não foi feito tudo, o que foi feito, foi feito pela metade; quebrou tudo depois para ser feito o serviço de drenagem, depois de tudo pronto (a pavimentação) quebrou para fazer a drenagem, digo não terminaram e não tem nada funcionando. (...) não foi feito nem um planejamento e se foi feito não chegou ao meu conhecimento, só fui informada que ia começar a obra e que eu quem ia fiscalizar, a fiscal da caixa (CEF) avisou que não era para iniciar as obras (...) mas começou porque o Prefeito e Damião (secretário da SEMOV na época) queriam que iniciassem as obras para melhorar a imagem (...) e pra fazer propaganda” (E5).*

Apreciando a relação entre trabalho técnico e trabalho social, foram coletadas opiniões antagônicas: *“Na minha opinião a obra de engenharia foi mais importante que o T.S porque não têm recursos financeiros disponível para se fazer o trabalho Social” (E1). Opinião compartilhada por E2: “O T.S ele não foi executado de forma correta”(…) no entanto foram concluídas parcialmente posteriormente, e foi feita um única reunião com a comunidade bem depois ou melhor depois da conclusão parcial da obra (...) Para mim a obra de saneamento foi mais importante que o trabalho social, muitos moradores não ficaram sabendo, eles não eram consultados havia*

uma determinação de que tal espaço especo físico do seu imóvel seria demolido em virtude da obra em que ia passar. Para E3, “a obra em si foi mais importante que o trabalho social, que teve pouca atuação, além disso o projeto deu uma parada mas a SEHARPE trabalhou parcialmente a parte social com 32 famílias mas o que teria sido mais eficaz é a conclusão das obras previstas para o projeto”.

Para E4, “Soubemos que o T.S são três etapas: antes, durante e depois, o antes e o durante aconteceram com falhas e pós não houve porque a obra parou, como se sabe, o PAC 1 não foi concluso e que eu acho que não foi feito assim de fato prejudicando a eficácia e eficiência”. Esclarecendo, E4 colocou que o que impulsiona o trabalho técnico é “o interesse dos gestores públicos em concluir a obra, ela tem início, meio e fim (...) mas infelizmente temos assim uma obra se inicia, mas por algum motivo ela não chega ser concluída e a população perde apesar de receber benefícios, porque os benefícios não chegam integralmente”. De acordo com E1: “o T.S é muito importante, mas precisa de recursos financeiros e um setor técnico para cuidar desse trabalho social.(...) se tivesse um setor para cuidar do T.S era outra coisa... como não tem quem faça esse trabalho social teria que ter uma estratégia, ou seja, deveria está no orçamento da obra., o projeto executivo e na execução da obra.”.

Na opinião de E2 acerca do andamento do projeto e sua execução: “houve uma morosidade na implementação da obra porque assim como envolvia residência, a própria prefeitura não tinha conhecimento da própria obra, do andamento, dificultou muito (...) O T.S deveria ser realizado a contento primeira coisa você deveria conhecer a comunidade que vai trabalhar e realmente fazer ações que levem a comunidade despertar para a importância da obra para ela e seu entorno, porque uma obra para a comunidade da localidade daquele bairro e executar ações efetivas que tenham resultados que venham trazer alguma coisa positiva da localidade afetada.” No que diz respeito à avaliação do Trabalho Social, se foi concebido executado e avaliado corretamente: “no período foi parcial, ficaram algumas brechas como o projeto não foi concluído assim fica a questão do descrédito com as famílias agente não volta para concluir o trabalho fica uma lacuna da ineficiência” (E3).

O grau de satisfação na execução do projeto foi também um dos itens contemplados na categoria de análise. Para E1 tudo seria uma questão política; para ele, tudo que está relacionado com questão política está associado com a questão

ambiental e o grau de satisfação, na sua análise, está relacionado a: *“o ideal deveria ter sido feito na época da urbanização; no projeto de uso e ocupação do solo da urbanização estivessem previstas as medidas que seriam feitas”*. Segundo E5, a avaliação é negativa porque *“nada funcionou, perdeu-se dinheiro em “banda de lata”(...) a intervenção piorou....não foi concluído e o povo jogava água no meio da rua e a prefeitura continua tendo prejuízo e o Estado tendo prejuízo “... tudo isso porque a só parte da obra foi executada, o que foi executado esta até hoje, só que não foi terminado”* (E5).

Outro Engenheira entrevistada, técnica da SEMOV, onde *“era chefe do departamento de obras (SEMOV) ou seja fiscalizava todas as obras que eram feitas lá em N.S. Apresentação* (E7). Para ela, *“a obra de engenharia foi mais importante que o Trabalho Social, visto que não se tinha recursos financeiros suficiente para a execução do T.S (...) era um projeto muito bom (...) Era para pavimentar e drenar 550 ruas de três loteamentos, que necessitavam muito dessas pavimentações já que as ruas no inverno alagavam e no verão era poeira nas casas das pessoas então foi um programa que do nível social eu diria bastante bom, excelente para aquela comunidade”* (E7). Acrescentou: *“Para melhorar a eficácia do projeto temos uma área de interligação de um túnel ligando a Lagoa de Soledade a Lagoa Jose Sarney. Que está previsto em um convênio com Governo Federal chamado de saneamento integrado que provavelmente será feito no ano de 2016”* (E7).

4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

O processo de monitoramento e avaliação do Trabalho Social executado pela Prefeitura do Natal com as famílias do bairro de Nossa Senhora da Apresentação, área caracterizada como de interesse social na Zona Norte do Município do Natal (RN), não se deu de forma conclusiva em várias etapas de sua operacionalização, com a adoção de indicadores e meios necessários à aferição da sua eficácia, eficiência, efetividade e impacto social.

As reuniões institucionais, que deveriam acontecer de forma bimestral com a população alvo, não ocorreram senão apenas com os técnicos envolvidos no projeto e de forma esporádica, com a participação dos órgãos responsáveis pela implementação do Programa e da Equipe Social de campo, quando discutiam o

processo da avaliação das ações a serem realizadas parcialmente e também se as indicações dos Termos de Referência estavam sendo cumpridas.

Nessas reuniões, eram previstas visitas técnicas mensais, atividade a ser acompanhada pela equipe social visando ao monitoramento e à avaliação do TS e inspeção das obras realizadas na comunidade beneficiada. Previam-se, ainda, a elaboração e o envio de relatórios mensais para a CEF, a respeito das ações desenvolvidas pelo projeto e aplicação de instrumental direcionado aos beneficiários, para avaliar a qualidade do TS desenvolvido junto à comunidade. Pretendia-se produzir registros fotográficos e filmagens de todas as atividades realizadas, o que foi feito (enquanto a obra estava em andamento), gerando farto acervo de informações, fotografias e filmagem. Além disso, estava previsto que, após o término da execução do TS, seria realizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa do impacto de intervenção físico-social, com vistas a avaliar o grau de satisfação dos beneficiários, cujo resultado deveria ser apresentado em um seminário destinado à comunidade e aos parceiros do projeto. A pesquisa foi realizada a contento (sendo seus resultados utilizados na presente dissertação), mas o seminário com os parceiros e para a comunidade nunca foi executado, porque o projeto sofreu problema de continuidade.

Esses comentários são apropriados nesse momento, posto que nunca foi possível realizar uma correta avaliação da política pública desenhada para essa porção da Zona Norte de Natal. Constata-se imenso hiato entre a avaliação em termos teóricos e formais e seu processo de implantação / acompanhamento / execução e avaliação. Durante anos, esse processo encheu de expectativas a comunidade alvo e os técnicos que ansiavam por realizar um TS de qualidade. Entrementes, as condições objetivas nunca foram reunidas para que isso acontecesse a contento.

Por outro lado, o fato de o pesquisador pertencer à equipe de TS e vivenciar o processo foi decisivo para que se elaborasse esse trabalho com informações coletadas em campo ao longo do tempo. No quadro do PPGAU, propiciou-se o aprofundamento teórico-conceitual sobre a natureza e modalidades de avaliação das políticas públicas e do TS como um todo, alimentando a reflexão necessária aos agentes públicos no seu exercício profissional.

O que se pretendia com o trabalho social junto à comunidade citada era induzir mudanças positivas no funcionamento psicológico e social dos indivíduos,

nas suas famílias, grupos e ambientes, de forma a diminuir as vulnerabilidades e a prover oportunidades para a existência de uma vida social satisfatória.

O presente estudo mostrou, sobejamente, que o projeto como um todo e seu componente de interface com a comunidade (o TS) só foram realizados de forma parcial, descontínua e morosa, gerando profundo descrédito da população alvo, não somente nos técnicos, mas, genericamente, nas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de monitoramento e avaliação do Trabalho Social executado pela Prefeitura do Natal com as famílias do bairro de Nossa Senhora da Apresentação, situado numa área caracterizada como de interesse social, na Zona Norte do Município do Natal (RN), não se deu de forma conclusiva em várias etapas de sua operacionalização, com a adoção de indicadores e meios na perspectiva de aferição da sua eficácia, eficiência, efetividade e impacto social.

As reuniões institucionais previstas, com periodicidade bimestral, com a população alvo, não ocorreram. Esses encontros deram-se, com frequência irregular, somente com os técnicos envolvidos no projeto, com a participação dos órgãos responsáveis pela implementação do Programa e da Equipe Social de campo, ocasiões em que discutiram o processo da avaliação das ações a serem realizadas parcialmente, além de verificarem se a indicação do Termo de Referência estava sendo cumprida. Naqueles momentos, definiu-se a previsão de visitas técnicas mensais, atividade a ser acompanhada pela equipe social, visando ao monitoramento e avaliação do TS e inspeção das obras realizadas na comunidade beneficiada. Previram-se, ainda, a elaboração e envio de relatórios mensais para a CEF, a respeito das ações desenvolvidas pelo projeto e aplicação de instrumental direcionado aos beneficiários, para avaliar a qualidade do TS desenvolvido junto à comunidade. A pretensão de se produzirem registros fotográficos e filmagens das atividades foi alcançada.

Na programação inicial do Projeto, ficou estabelecido que, após o término da execução do TS, seria realizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa do impacto de intervenção físico e social, com vistas a avaliar o grau de satisfação dos beneficiários, com subsequente apresentação dos resultados em seminário, reunindo a comunidade e os parceiros do projeto. A pesquisa foi realizada, tendo sido seus resultados utilizados na presente dissertação. O seminário, todavia, não foi executado, uma vez que o cronograma de execução da obra não foi cumprido. Durante o levantamento de dados e observação *in loco* pelo pesquisador, acontecia, de forma tímida, uma obra de execução de saneamento básico. As ações de urbanização integrada propostas pelo programa, quais sejam: construção e relocação de unidades habitacionais, drenagem, pavimentação, lagoa de captação

de águas pluviais e regularização fundiária, não estavam sendo desenvolvidas. Concluídas essas etapas, o projeto poderá beneficiar, diretamente, cerca de 2.000 famílias.

Esses comentários esclarecem e justificam a impossibilidade de se levar a termo uma cabal e correta avaliação da política pública desenhada para essa porção da Zona Norte do Natal. No caso em estudo, é inegável a distância entre a teoria da avaliação e seu processo de implantação/acompanhamento/execução. As expectativas criadas, por anos a fio, junto à população do bairro de Nossa Senhora da Apresentação, e até mesmo entre os técnicos da PMN, foram frustradas, posto que não se reuniram as condições necessárias e suficientes à concretização dos ideais propostos, tanto no seio do poder público quanto em meio àquela comunidade.

Não obstante, a posição privilegiada do pesquisador junto à equipe de TS e sua vivência do processo proporcionaram, decisivamente, a elaboração desse trabalho, com informações coletadas em campo ao longo do tempo. No quadro do PPGAU, sai enriquecida a fortuna teórico-conceitual sobre a natureza e modalidades de avaliação das políticas públicas e do TS como um todo, alimentando a reflexão dos agentes públicos no exercício de suas funções.

O desenvolvimento do trabalho social em meio à comunidade referida visava induzir mudanças positivas no campo psicológico e postura social dos indivíduos, nas suas famílias, grupos e ambientes, de modo a reduzir as vulnerabilidades e criar oportunidades para a existência de um nível de qualidade de vida satisfatória, o que foi minimamente alcançado.

Ficou patente que o projeto municipal delineado e descrito nesta pesquisa se desenvolveu (desenvolve?) parcial, descontínua e lentamente, causando desconforto aos técnicos envolvidos, pela desconfiança reinante entre aquela população, e pondo em risco a credibilidade dos residentes nas políticas públicas. Não obstante, parcela dos beneficiários externou satisfação diante da construção das unidades residenciais e redução dos alagamentos que castigavam inverno após inverno.

Ao termo desta dissertação, vários pontos destacam-se. Em primeiro lugar, a importância e relevância da avaliação como objeto de reflexão, o que foi tratado no primeiro capítulo. A pesquisa empírica mostrou, nos capítulos seguintes, que o processo de planejamento, como um todo, foi bastante falho e incompleto, não

somente no tocante ao cumprimento dos objetivos fixados pela política pública e pelo programa, mas também no tocante às várias dimensões da avaliação. Até a opção pela avaliação de processo, *ex post facto*, ficou prejudicada por um conjunto de fatores fartamente detalhados no texto.

No entanto, o fato de a execução do Programa não ter sido concluída não impediu o pesquisador de conduzir sua investigação sobre avaliação, revestida de maior valor porque foi tecida com a palavra aos técnicos, agentes do poder público e dos beneficiados. A pesquisa não é fruto de um olhar técnico limitado, voltado para o Programa executado na Rua do Riacho, mas de um olhar preocupado com os dois lados: o dos beneficiários e o de quem realizou o projeto.

No decorrer do texto, principalmente no segundo capítulo, os subsídios teóricos de nossas fontes alimentaram a reflexão sobre conceitos e dimensões da avaliação. Quanto à abordagem, na ótica das ciências sociais, constatou-se que no Brasil esse tema vem crescendo, nas mais diversas esferas governamentais: conceitos, relações, ideias, características das políticas públicas etc. Pode-se afirmar que a avaliação vem se consolidando como uma das “etapas do processo da política pública” (FARIA, 2005).

A pesquisa empírica, alimentada por informações ao longo de vários anos de coleta de dados, permitiu reconstituir o histórico do projeto, no capítulo terceiro. Ali, os dados mostram a extrema importância e relevância do projeto e o quanto ele foi válido para melhoria das condições de vida e moradia da população, malgrado a incompletude de execução.

Testemunhou-se a grita dos beneficiários do projeto contra a falta de transparência dos agentes públicos, direcionada principalmente aos integrantes dos quadros da Prefeitura do Natal. Falhas de comunicação aconteceram no início do projeto, durante o processo de execução e persistem até hoje, revelando crítico problema de gestão democrática. O mesmo desejo se repetia ao longo das entrevistas: “seria bom concluir (...) seria bom terminar”, expectativa expressa por pessoas cansadas de desinformação. Esse gargalo é estendido aos técnicos que atuaram ou atuam no projeto, que padecem da mesma desinformação, de acordo com as falas expressas no capítulo quatro.

Deixando-se de lado as vicissitudes experimentadas, resta o conforto de sentir-se o quanto é valoroso trabalhar com avaliação. No caso em tela, espera-se a oportunidade de completar-se o ciclo da avaliação. Durante a análise dos dados, a

descontinuidade do projeto mostrou ser variável danosa, sem, no entanto, impedir o termo da pesquisa e apresentação do seu resultado.

Como agente social e pedagogo, o autor dissertante espera trazer sua contribuição para os estudos no campo da Arquitetura e Urbanismo, área em que o trabalho social, no campo da habitação social, ainda é de pouca representatividade. Esse é ponto de investigação que merece maior aprofundamento, até mesmo ou principalmente, junto à Prefeitura do Natal, criando subsídios para as próximas ações projetadas para o bairro de Nossa Senhora da Apresentação.

Ao longo dos anos, de forma descontinua, mas deslumbrado, o pesquisador debruçou-se em arquivos, documentos, imagens, ouvindo moradores, técnicos, observando o território de uma localidade que se construiu num período tão curto. A trajetória dessa investigação foi desafiante e enriquecedora pela oscilação entre a necessidade de se continuar a pesquisa e a imposição de atuar profissionalmente, em virtude da forma desarticulada da política de intervenção urbanística e do trabalho social. A atribuição do trabalho social, contudo, deveria ser a de encetar ações visando atender as demandas da população de baixa renda que reside em áreas segregadas e excluídas, revertendo a situação de (des)urbanização vivenciada pelos moradores da Rua do Riacho no bairro em referência.

O receituário do TS é bastante conhecido: para que a política de urbanização integrada, fomentada pelos órgãos federais (Ministério das Cidades) e municipais (Secretarias municipais) se torne real e coletiva, é preciso garantir a participação social dos habitantes da comunidade do bairro contemplado, a partir da implementação de mecanismos de envolvimento dos moradores na realização dos projetos executivos integrados, assegurando uma intervenção transparente e democrática. Aparentemente essa meta não foi atingida, impossibilitando aos moradores discutirem suas carências, demandas e anseios, de tal maneira a satisfazer suas expectativas e prioridades.

É fato a realização parcial das atividades sociais, programadas no quadro do projeto de Urbanização Integrada do Bairro Nossa Senhora da Apresentação, pelos atores públicos envolvidos, SEMTAS e SEHARPE, tanto na fase anterior quanto durante a execução das obras. Olvidaram-se, entretanto, as medições de impacto social.

É mister a efetivação do trabalho social também na fase de pós-execução das obras. A esse propósito, informa-se que SEHARPE, desde início do ano de 2016 até

o fechamento desse trabalho, está com uma proposta de reprogramação do TS, para poder atender as necessidades plenas dos moradores na Rua do Riacho, que sofrem o impacto negativo da falta de integração e de realização plena do Trabalho Social, e, extensivamente, do bairro Nossa Senhora da Apresentação.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, marjukka e HELGASON, sigurur, **Em direção às melhores práticas de avaliação**, Revista do serviço público, 2000.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigudur. Em direção às melhores práticas de avaliação. In: **Revista do Serviço Público**. Ano 57, n. 4, (Out-Dez/ 2000). Brasília: ENAP, 2000.

AKERMAN, M.; NADANOVSKY, P. Avaliação dos Serviços de Saúde – Avaliar o quê? In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 8(4): 361-365, out/dez, 1992.

ALESSANDRI, Ana Faní, LOPES, Marcelo de Souza e BELTÃO, Maria Encarnação (Orgs.) A Produção do Espaço Urbano, agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

ANDRADE, M. D. **O Programa Saúde da Família em Fortaleza**: avaliação sob a ótica dos profissionais, usuários e conselheiros. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005, 138p.

ANDRADE, Maria Derleide. **O Programa Saúde da Família em Fortaleza**: avaliação sob a ótica dos profissionais, usuários e conselheiros. Fortaleza, 2005, 138p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In:

ARRETCHE, Marta T. S. Tendência no estudo sobre a avaliação. In RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de política sociais: Uma questão em debate. São Paulo: Cortex, 1998

BANCO MUNDIAL. Brasil: **avaliação da assistência do Banco Mundial aos pais**. Washington:2024

BRASIL, Ministério das Cidades, Governo Federal Brasil, 2015.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

BARRY, Brian & ERA, Douglas W. Political evaluation. In GREENSTEIN,F POLSBY,N, ed. Handbook of political science. Addison Wesley, 1975, v1: political science: scope and theory.

BENTES, et. al. Política Habitacional de Interesse Social em Natal. Revisando Conceitos, Formulando Estratégias e Apontando Caminhos. 2005. Disponível em <http://www.usp.br>. Acesso 09.09.2011.

BONDUKI, Nabil. Uma metodologia para avaliar programas de habitação. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre, e CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.p.185-224.

BUZZAR, Miguel Antônio; FABRICIO, M. Desenvolvimento de metodologia de avaliação para o aspecto produto habitacional do programa de arrendamento residencial. Revista Riscos, v. 5, p. 226-235, 2007. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/risco/n5/22.pdf>. Acessado em :25 de maio 2010.

BRANDÃO, Batista dos Santos Paula. Avaliação do programas saúde da família no rio grande do norte, Natal, 2013,(tese de doutorado) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CASTEL, Robert. Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Ronaldo. Avaliação de projeto Social. Petrópolis: Vozes, 1993.

CONTANDRIOPOULOS, André-Pierre; CHAMPAGNE, François; DENIS, Jean-Louis; PINEAULT, Raynald. A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In: HARTZ, Zulmira Maria de Araújo (org) **Avaliação em saúde**: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

DEMO, Pedro. charme da exclusão social, Campinas-SP: Autores Associados,1998 (coleção polêmicas de nosso tempo;61)

DONABEDIAN, Avedis. La dimensión internacional de la evaluación y garantía de la calidad. In: **Salud Pública de México**. Marzo-Abril, 1990, vol, 32, n2. p. 113-117.

DRAIBE, Sônia. Tendência e Perspectiva na avaliação de Política e Programa Social. São Paulo: IEE/PUC-SP. Avaliação de Implementação :esboço de uma metodologia de trabalho em política pública,2001,p.13-42.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. ed. New Jersey: Pearson / Prentice Hall, 2005.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova, São Paulo, n. 24, p. 85-116, 1991.

FALEIROS. Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista: as funções da previdência e da assistência social.** 6.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FARIA, C.A.P. A política de avaliação das políticas públicas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2005, vol. 20, n 59, p – 97-109.

FERNANDES, C.C.P.; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; FERREIRA, M.A.M. **avaliação de resultado e focalização de políticas habitacionais:** investigação do programa carta de crédito associativo no município de Cajuri/MG. Revista Administração Pública e Gestão Social-APGS, v.2, p91-109, 2010. Disponível em: <http://www.apgs.ufv.br/artigo/212-46.pdf>. Acessado em: 25 de maio de 2010.

FERNANDES, Cássia do C.P. E SILVEIRA, Suely de F.R. da. Avaliação de resultados da política nacional de habitação: um estudo da eficiência das unidades da federal. (s/d) Disponível em: http://api.ning.com/file/D68UYXSUUudf1Q6daD*FZMK0*zK9ioFWZ-l-iEMLjO-4AlxAqCebJc01M6c04b19VaM9HgEfe9IODcCmlnxJpHfzISgJVSB/ARTIGO_AV ALIAÇÃO_POLITICA_HABITAÇÃO.pdf. Acessado em :25 de maio de 2010.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Cheibul. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica.** São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos e Políticas de São Paulo – Idesp, n.15, 1986.

FLEURY, Sônia. Estado sem cidadão: Seguridade Social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GARCIA, Ronaldo Coutinho, Subsídio para organizar avaliação da ação governamental. Planejamento e políticas públicas, Brasília, n.23,jun.2001.

GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques e PELEGRI, Ana Izabel de Carvalho (orgs.), Política de habitação popular e trabalho social, Rio de janeiro:DP&a, 2005.

GONÇALVES, R. Robinson. Aspectos da Demanda por Unidades Habitacionais Nas Regiões Metropolitanas - 1995/2000. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

GUBA, EGON G; LINCOLN, Yvonna S.**Avaliação de quarta geração.** Campinas, SP: Editora da Unicamp,2001.

HEIDRICH, Andréa Valente. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006
Textos & Contextos Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 5, ano V, nov. 2006 1
Transformações no estado capitalista: refletindo e refratando transformações na
questão social.

HOFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Caderno Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro, 2001. p.30-41.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – Censo 2010.

JANNUZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. In: **Revista do Serviço Público**. Brasília: 56(2): 137-160, abr/jun, 2005.

LEFEBVRE, Henri. Direito à Cidade. São Paulo, Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. Reabilitação de centros urbanos e habitação social. in: _____. Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MINGIONE, Enzo. Fragmentação e exclusão: a questão social na fase atual de transição das cidades nas sociedades industriais avançadas. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: UPERJ, n.4, v.41. p. 673- 700, 1998.

MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina (org). **Ações de combate à pobreza rural: metodologia para avaliação de impactos**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e Seguridade Social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência brasileira nos anos de 80 e 90. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Dimensões e indicadores de participação social na avaliação de programa habitacional. 2002.302 f. Tese (Doutorado em Serviços Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. O nacional-desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo no Brasil: expansão interna, externa e o discurso social-democrata.

POULANTZS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Ministério das Cidades governo federal do Brasil, novembro de 2004 .instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (2011). **QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: ENTRE CONTEXTO E REPERCUSSÕES** Jailma de Sousa Rodrigues, Maria Mayara Rodrigues, Jamile Silva de Oliveira Castro e Mirna Vasconcelos da Silva

REVISTA DE CIÊNCIAS POLÍTICAS ACHEGAS, Ano. 2012, n. 45, Janeiro, p. 5. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/45/carlos_eduardo_45.pdf>. Acesso em: 15 agosto 2016.

ROCHE, C. **A avaliação de impacto dos trabalhos de OGNs** – aprendendo a valorizar as mudanças. 2ª ed. São Paulo: Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987. (Contribuições em Ciências Sociais; 1).

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Reforma Urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidade. Rio de Janeiro: FASE/UFRJ-IPPR,1995.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas**- coletânea. Brasília: ENAP, 2006. V. 01.

SILVA, Ligia Maria Vieira da. Conceito, abordagens e estratégias para a avaliação em saúde. In: HARTZ, Z.M.A.; SILVA, L.M.V. (org). **Avaliação em saúde** – dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. 2ª reimpressão. Salvador/ Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

SILVA, L. M. V.; FORMIGLI, V. L. A. Avaliação em saúde: limites e perspectivas. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10(1): 80-91, jan-mar, 1994.

SILVA, Maria Ferreira da Silva. Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos Sócio-históricos. Campo Grande, MT: Editora UFMT, 2008.

SILVA, Paulo Roberto Alves da. **Avaliação da atenção à saúde bucal no Programa Saúde da Família do Recife**: níveis de qualidade e aspectos contextuais relevantes. Recife: P. R. A. da Silva, 2008. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública).

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzar. Pobreza no Brasil colônia. 2009. Disponível em: < <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/>>. Acesso em: 25 agosto 2016.

SOUZA, Lincoln Moraes de. Três ensaios sobre avaliação de políticas pública, Natal: Edufrn, 2014. coleção Ciências Sociais.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **Política públicas**: introdução às atividades e análise . Natal, RN:EDUFRN,2009.

TREVISAN, A.P.; VAN BELLEN, H.M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. In: **Revista de Administração Pública**. 42(3): 529-50, Rio de Janeiro: maio-jun, 2008.

VALENÇA, Márcio Moraes Alternativa de provisão habitacional no Brasil n,3 set /dez2014 universidades do Ceará.

APÊNDICES

A – Questionário aplicado junto à população beneficiada

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE MONITORAMENTO DOS BENEFICIARIOS DA RUA DO RIACHO – NOSSA SENHORA APRESENTAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.
E PROJETOS ESTRUTURANTES - SEHARPE

I. IDENTIFICAÇÃO.

Nome:	Idade:
Endereço:	

<p>1. <i>Tempo de moradia anterior.</i></p> <p>- Há quanto tempo o senhor (a senhora) morava na antiga residência?</p> <p>a) <input type="checkbox"/> 1 a 5 anos. b) <input type="checkbox"/> 6 a 10 anos. c) <input type="checkbox"/> acima de 10 anos.</p>
<p>2. <i>Tempo de moradia atual.</i></p> <p>- Há quanto tempo o senhor (a senhora) mora aqui?</p> <p>a) <input type="checkbox"/> desde a entrega. b) <input type="checkbox"/> outros (especificar): _____.</p>
<p>3. <i>Quanto à titularidade.</i></p> <p>- O senhor (a senhora) é o (a) primeiro beneficiário?</p> <p>a) <input type="checkbox"/> Sim. b) <input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>4. <i>Em caso de segunda titularidade em diante.</i></p> <p>- O que motivou a venda/aluguel/usufruto de parentes?</p> <p>a) <input type="checkbox"/> geração de renda própria/familiar. b) <input type="checkbox"/> Complementação de renda própria/familiar. c) <input type="checkbox"/> outros (especificar): _____.</p>

II. AVALIAÇÃO DO BENEFICIÁRIO.

<p>5. <i>Satisfação com a moradia.</i></p> <p>- Como o senhor (a senhora) se considera em relação à moradia beneficiada?</p> <p>a) <input type="checkbox"/> Muito satisfeito. b) <input type="checkbox"/> Satisfeito. c) <input type="checkbox"/> Insatisfeito.</p>

6. Quanto à possível motivação de saída da comunidade.

- O senhor (a senhora) pensa em sair da comunidade?

a) Sim (especificar): _____.

b) Não.

7. Efeito pós entrega das moradias.

- A nova moradia proporcionou mudança em sua vida?

a) Sim (especificar):

b) Não (especificar):

8. Satisfação com a participação popular.

- Como o senhor (a senhora) se sente em relação a participação da comunidade nas etapas do Projeto?

a) Muito satisfeito. b) satisfeito. c) Insatisfeito.

- Sendo seu desejo, comente os pontos positivos e negativos.

9. Satisfação no acesso aos equipamentos urbanos.

- Como o senhor (a senhora) se sente em relação ao acesso a escolas, posto de saúde, hospitais, pontos de ônibus, CRAS, quadras de esporte, espaços de lazer, praças, dentre outros?

a) muito satisfeito.

b) indiferente

c) satisfeito.

c) insatisfeito.

- Sendo seu desejo, comente os pontos positivos e negativos.

10. Avaliação da equipe Técnica.

- Como o senhor (a senhora) se sente em relação ao trabalho desenvolvido pela equipe técnica social do Projeto?

a) Muito satisfeito. b) satisfeito. c) insatisfeito. d) muito insatisfeito.

III. IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA.

Entrevistador(a):

Data: / /

Assinatura do Entrevistador

B – Formulário das entrevistas

Roteiro de entrevista utilizadas com moradores e técnicos do programa - Rua do Riacho – Nossa Senhora da Apresentação

- 1- Desde quando você trabalha ou trabalhou no projeto?
- 2- Desde quando você mora na comunidade?
- 3- Que atividades você desenvolveu?
- 4- Qual a sua profissão?
- 5- Qual a sua opinião sobre o andamento do projeto Nossa Senhora da Apresentação?
- 6- Em sua opinião o trabalho social foi concedido, executado e avaliado corretamente, qual a sua avaliação?
- 7- Em sua opinião quais são os principais problemas encontrados na área e da população?
- 8- Quais foram os critérios utilizados para realização a obra naquela comunidade?
- 9- Você tinha conhecimento da obra ?
- 10- Dê sua opinião a respeito do projeto e sua execução?
- 11- Qual o grau de satisfação na execução do projeto justifique?
- 12- O que você sugere para melhorar a eficácia do projeto?
- 13- O perfil das casas construídas atende as necessidades dos moradores envolvidas, sim ou não? Justifique.
- 14- Como o projeto esta sendo implementado e quais os resultados e a participação dos moradores?
- 15- A população foi consultada sobre as intervenções e as melhorias?
- 16- Melhorou ou piorou o acesso à convivência com os vizinhos?
- 17- Melhorou ou piorou a segurança e a infraestrutura?
- 18- Melhorou ou piorou a coleta do lixo?
- 19- Melhorou ou piorou o esgotamento sanitário?
- 20- Quanto ao aspecto institucional, Prefeitura?
- 21- Qual a opinião dos moradores?
- 22- O que os técnicos acham sobre a obra executada?
- 23- O que você (morador) acha sobre a obra no seu bairro?
- 24- O que você gostaria de acrescentar?

ANEXOS

ANEXOS I - RELATÓRIO DAS AÇÕES NO BAIRRO DE N.S DA APRESENTAÇÃO

Foi realizada visita dos agentes social da SEMTAS para cadastramento dos moradores que residem na Rua dos Lírios, onde estava prevista a colocação das tubulações que seguiriam pela Rua do Riacho, e na Rua Votuporanga, onde foram construídas 15 casas (Rua Votuporanga próximo a Lagoa José Sarney) para remoção das famílias que teriam suas residências demolidas em prol da passagem da tubulação, no mês de junho de 2012. Portanto, foi feito o acompanhamento da entrega das 15 casas pelos agentes sociais da SEMTAS, contatou-se a não continuidade do projeto somada às mudanças como a localização das tubulações, que passaram ao leito central da Rua dos Lírios, tornando sem efeito a necessidade das demolições e o direito às casas novas por parte de alguns indenizados, gerando uma situação de impasse, com proprietários residindo nas suas antigas casas e utilizando as novas para fins financeiros, desconforme com as condições dadas na entrega das chaves.

Tendo em vista, novos arranjos de produção do habitat social na localidade a ser alvo da obra paralisada, é necessária a atualização do contexto social.

Segue levantamento realizado por meio de aplicação do instrumental com objetivo de levantar a pesquisa sobre conforto, integração urbana, acesso a equipamentos urbanos, a partir do contexto social no novo habitat, iniciando nas 15 casas da Rua Votuporanga.

A amostra chegou a 60%, do total de 15 casas, constituindo 9 famílias entrevistadas por meio de questionário específico.

As demais 06 casas estavam com os moradores ausentes / fechadas.

Do universo de 09 famílias:

1. *Tempo de moradia anterior:*

- 7 (77%) moravam até 5 anos, enquanto 2 (22%) moravam a mais de 10 anos.

2. *Tempo de moradia atual:*

- 3 (33%) famílias moram a 1 ano; 1 (11%) a 2 anos; 4 (44%) desde a entrega e 1 (11%) a 3 meses.

Quando verificado que apenas 44% moram desde a entrega, mesmo excluindo a possibilidade de não ser a família beneficiada inicialmente, é perceptível a utilização dos imóveis por parte de alguns beneficiários para outros fins, constantes como indevido no âmbito do documento entregue junto às chaves das casas: "... em atendimento as exigências do Projeto de Urbanização Integrada Nossa Senhora da Apresentação não VENDEREI, LOCAREI OU CEDEREI, nem utilizarei a unidade habitacional que me está sendo concedida para fins diversos do estabelecido no contrato de Concessão de Direito Real de Uso de Imóvel Público, que será pactuado posteriormente" (Declaração, agosto de 2009).

É necessário, no momento da regularização fundiária destas casas, solucionar os impasses, sendo recomendado, proceder a retomada ao município para fins de interesse social e conceder a outra família em situação de vulnerabilidade social. Uma vez identificada a anulação do direito à casa decorrente da mudança no projeto quanto à área de passagem da tubulação, não demandar a demolição de algumas casas indenizadas, gerando a situação de manter o imóvel antigo e comercializar o novo.

3. Satisfação com a moradia:

- 6 (66%) famílias satisfeitas, sendo 3 (33%) destas, moram desde a entrega e 3 de aluguel; 1 (11%) família insatisfeita, morando desde a entrega. 2 (22%) famílias não responderam.

- Cerca de 6 (66%) famílias constaram observações quanto a problemas de infra-estrutura das casas, sendo: Encanações com problema (1 família), piso do banheiro afundou/alagamento (1 família), paredes com rachaduras (1 família), fossa cheia (1 família), goteira (1 família), quando chove alaga a rua e não tem por onde escorrer a água (1 família).

É importante considerar que dentre as famílias satisfeitas, metade moram desde a entrega e outra metade alugada e apenas uma insatisfeita desde a entrega, constatando satisfação relevante com a moradia, mesmo na presença de problemas estruturais.

4. Quanta à possível motivação de saída da comunidade:

- 6 (66%) não pretendem sair da comunidade; 1 (11%) deseja sair devido a insatisfação com o tamanho da casa; 2 (22%) não responderam.

5. Efeito pós entrega das moradias:

- 3 (33%) não consideram que a nova moradia proporcionou mudança em sua vida, 4 (44%) consideram que a nova moradia proporcionou mudança em sua vida e 2 (22%) não responderam.

As famílias que não consideram mudança de vida devido a nova moradia, relatam apenas a mudança de endereço, mas não impactos significativos quanto à renda e qualidade de vida, em maior parte devido a relocação ter ocorrido próximo ao antigo endereço.

6. Satisfação com a vizinhança:

- 4 (44%) sentem satisfeitos com os vizinhos; 2 (22%) muito satisfeitos e 3 (33%) insatisfeitos.

7. Satisfação no acesso à moradia, aos equipamentos urbanos e integração à cidade:

- 7 (77%) não sentem alguma dificuldade para ter acesso ao transporte ao contrário de 2 (22%) que sentem.

- 6 (66%) famílias tem acesso das crianças à escola ou creche; 3 (33%) famílias não possuem filhos/crianças em casa.

- A iluminação nas ruas do projeto, existe apenas nas residências, não foram instaladas lâmpadas nos postes. Neste contexto, 5 (55%) famílias consideram a rua iluminada; 4 (44%) consideram a rua sem iluminação.

- 5 (55%) famílias não tem interesse em horta comunitária ou no quintal; 3 (33%) possuem interesse em horta comunitária e 1 (11%) em horta no quintal.

- 8 (88%) famílias não possuem portador de necessidades especiais na família, enquanto 1 (11%) possui.

- 7 (77%) famílias buscam atendimento por motivo de saúde, na unidade básica de saúde do bairro, 1 (11%) busca atendimento no posto de saúde do bairro Santarém e 1 (11%) considerou ruim o atendimento local.

A integração à cidade ocorre de forma satisfatória, pois os equipamentos sociais são os mesmos, devido a relocação ter ocorrido próxima ao antigo endereço. As limitações quanto acesso a ônibus, escola, postos de saúde e hospitais, são os mesmos e acompanham os investimentos no Bairro Lagoa Azul e Loteamento José Sarney.

É expressivo o interesse em horta comunitária, mesmo em detrimento ao desinteresse de 55% das famílias, decorrente em boa parte, da facilidade de acesso aos mercados e considerar uma atividade que demanda tempo.

A iluminação encontrada é a das casas, pois foram construídas duas pequenas ruas perpendiculares à rua Votuporanga, e seus postes não receberam lâmpadas, contando com iluminação nas ruas do bairro, mas não no acesso as residências. Portanto, justifica-se 55% considerando a rua iluminada, sem levar em conta a origem que é privada, mantida pelos moradores, respondendo apenas quanto a presença ou ausência de iluminação.

8. *Avaliação da Equipe Técnica:*

- 6 (66%) famílias estão satisfeitas em relação ao trabalho desenvolvido pela equipe técnica social do projeto em 2009; 1 (11%) Muito satisfeita); 1 (11%) não respondeu e 1 (11%) insatisfeita.

É importante informar que apenas 44% das famílias entrevistadas estão desde a entrega, as demais acompanharam o trabalho da equipe técnica de forma parcial.

ANEXOS II - MINUTA DO PROJETO NOSSA S DA APRESENTAÇÃO (2007)

Projeto Nossa Senhora da Apresentação - Urbanização do Bairro de Nossa Senhora da Apresentação - Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários – Ministério das Cidades.

Objetivo: Projeto Executivo de esgotamento sanitário, drenagem, remoção de famílias em área alagadiças e regularização fundiária no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, no município de Natal/RN.

A escolha da área para intervenção decorreu do projeto *Natal do Futuro*, que tratava nos anos 2004 e 2005 de uma focalização das áreas sociais mais críticas em Natal, na oportunidade foi elaborado o projeto de Regularização Fundiária para 6.500 imóveis existentes nos loteamentos Libanês, Bom Jesus, Santarém e Aliança, esse projeto faz parte da Urbanização Integrada do Bairro de Nossa Senhora da Apresentação e em fração do Bairro de Lagoa Azul, Zona Norte de Natal/RN.

Projeto de Urbanização do Bairro de Nossa Senhora da Apresentação.

Programa: Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários – Ministério das Cidades;

Objetivo do Programa: Projeto Executivo de esgotamento sanitário, drenagem, remoção de famílias em áreas alagadiças e regularização fundiária no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, no município de Natal/RN.

Projeto Financiado pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) com repasse através da **Caixa Econômica Federal**.

- **Total de Famílias beneficiadas:** 6.500
- **Número do contrato de repasse:** 0222918-74/2007
- **Valor do Repasse:** R\$ 1 607 713,80
- **Valor da Contra Partida:** R\$ 342 286,20
- **Valor do Investimento:** 1 950 000,00

ANEXO III - SITUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM 2011

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D O N A T A L
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E
PROJETOS ESTRUTURANTES – SEHARPE.
DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E PROJETOS ESPECIAIS-DASPE

PROJETO SOCIAL URBANIZAÇÃO INTEGRADA DO BAIRRO NOSSA
SENHORA DA APRESENTAÇÃO – NATAL/RN

LOCAIS: PARQUE DOS COQUEIROS E LOTEAMENTOS VALE DOURADO, ALIANÇA, JARDIM PRIMAVERA E JARDIM PROGRESSO.

TÉCNICO SOCIAL: MÁRCIO MONTEIRO MAIA.

COMUNIDADE	EQUIPAMENTO SOCIAL
VALE DOURADO	ESCOLA MUNICIPAL LAERCIO FERNANDES
	ESCOLA MUNICIPAL VALDISON PINHEIRO
	CMEI FRANCISCA CÉLIA
	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO
	ESCOLA MUNICIPAL DALVA DE OLIVEIRA
JARDIM PROGRESSO	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ FRAZÃO

Fonte: SEHARPE - DASPE, 21 de janeiro de 2011.

ENDEREÇOS E CARACTERÍSTICAS:

1- ESCOLA MUNICIPAL VALDISON PINHEIRO

END.: RUA SÃO FRANCISCO, 361, VALE DOURADO, BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO.

FONE: 84 3232 8198

ATENDIMENTO: 1.100 ALUNOS, ORIUNDOS EM SUA MAIORIA DOS LOTEAMENTOS VALE DOURADO, JARDIM PROGRESSO E ALIANÇA.

MODALIDADE DE ENSINO: FUNDAMENTAL, 6º AO 8º ANO.

DIRETORA: MARCOS KALASA, 9174 5881.

VICE-DIRETORA: JOSÉ MARCELINO.

OBS.:

A ESCOLA DESENVOLVE UM PROJETO PEDAGÓGICO COM AS PROFESSORAS DE INGLÊS (NEIDE BEZERRA) E DE CIÊNCIAS (SANDRA MEIRE) COM O TÍTULO “O LIXO E A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL” FAZENDO, INCLUSIVE, VISITAS DE CAMPO A ZONA SUL DA CIDADE CONSTATANDO QUE A PROBLEMÁTICA DO LIXO EXTRAPOLA A CONDIÇÃO DE CLASSE SOCIAL TORNANDO-SE UMA QUESTÃO DE CONSCIÊNCIA.

O DIRETOR SUGERIU QUE TRABALHASSEMOS COM ARBORIZAÇÃO VISTO O ESPAÇO QUE A ESCOLA DISPÕE MAIS QUE AS ÁRVORES TENHAM RAIZES QUE NÃO COMPROMETAM A ESTRUTURA FÍSICA DO PRÉDIO COMO OCORRE ATUALMENTE.





2- ESCOLA MUNICIPAL LAERCIO FERNANDES

END.: RUA NOEL COSTA, 1232, VALE DOURADO, BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO.

ATENDIMENTO: 745 CRIANÇAS.

MODALIDADE DE ENSINO: FUNDAMENTAL, 1º AO 5º ANO.

DIRETORA: KÁTIA, 8702 3333

VICE-DIRETORA: CARMELITA, 9903 6021.

OBS.:

A ESCOLA FAZ UM TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E O 2º TEMPO. É COMUM OS MORADORES COLOCAREM LIXO NA CALÇADA DA ESCOLA E OS OUTROS MORADORES FICAREM INDIGNADOS, POIS QUEREM QUE A ESCOLA TOMA UMA ATITUDE.

DISPÕE DE ESPAÇOS QUE PODEM SER UTILIZADOS COM A MONTAGEM DE UM PARQUE INFANTIL, VISTO QUE ATENDE CRIANÇAS COM 6 ANOS DE IDADE ORIUNDAS DO ENSINO INFANTIL E QUE NECESSITAM SE ADAPTAREM AO ENSINO FUNDAMENTAL SEM PERDER A LUDICIDADE E AS BRINCADEIRAS TÃO PRESENTES NO ENSINO INFANTIL E QUE SÃO PRIMORDIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO ALÉM DE OFICINAS EDUCATIVAS SOBRE MEIO AMBIENTE COM A IMPLANTAÇÃO DOS CESTOS PARA COLETA SELETIVA (METAL, PLÁSTICO, PÁPÉL E VIDRO).



3- CMEI FRANCISCA CÉLIA

END.: RUA MARIA DO CARMO DE SOUZA, 134, VALE DOURADO, BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO.

FONE: 3232 8239

ATENDIMENTO: 325 CRIANÇAS, EM TEMPO PARCIAL E INTEGRAL.

DIRETORA: DANYELE, 9916 9788

VICE-DIRETORA:

OBS.:

80% DO MATERIAL PEDAGÓGICO UTILIZADO COM OS ALUNOS E REAPROVEITAMENTO VISTO QUE NÃO DISPÕEM DO CAIXA ESCOLAR PARA COMPRA DE MATERIAL.

A SUGESTÃO DA GESTORA É DESENVOLVER OFICINAS DE REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS COM OS PAIS DOS ALUNOS QUE POSSAM GERAR EMPREGO E RENDA PARA AS FAMÍLIAS.

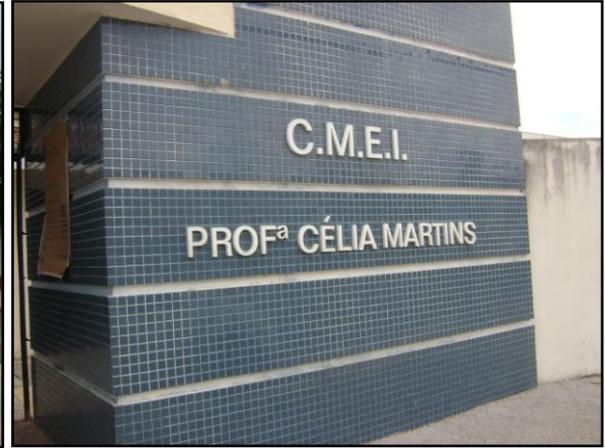
SEGUNDO A GESTORA NO MARCO, EVENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS JUNTO COM O EVENTO DA UFRN TEVE O CONHECIMENTO SOBRE UM PROJETO DE REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS COM GARRAFA PET E OUTROS NA QUAL FIZERAM PUFFS, SOFAS, ETC. A MESMA FICOU DE REPASSAR OS CONTATOS.

O CMEI DISPÕE DE 01 PARQUE INFANTIL SENDO INSUFICIENTE PARA ATENDER AS 325 CRIANÇAS FUNCIONANDO EM SISTEMA DE RODÍZIO O QUE VAI DE ENCONTRO A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL QUE REZA QUE AS CRIANÇAS DEVEM IR AO PARQUE DIARIAMENTE COM INTUITO DE TRABALHAR, PRINCIPALMENTE, A COORDENAÇÃO PSICO-MOTORA.

AO LADO DO CMEI EXISTE UM TERRENO DA PREFEITURA MAIS QUE JÁ TEM UM PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA E UM ANFITEATRO PARA A COMUNIDADE.

EM CONTATO COM A SME – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESSE É O ÚNICO CMEI QUE ATENDE O BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO E QUE AS OUTRAS CRIANÇAS DA COMUNIDADE SÃO ATENDIDAS PELO PROGRAMA PEPET – ESCOLA PARA TODOS QUE FUNCIONA EM REGIME DE PARCERIA COM AS ESCOLINHAS PARTICULARES DO BAIRRO.





4- ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

END. AV BOA SORTE, 251, VALE DOURADO, BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO.

FONE: 3232 4845

ATENDIMENTO: 626 ALUNOS

MODALIDADE DE ENSINO: FUNDAMENTAL, 1º AO 5º ANO.

DIRETORA: MARIA DA CONCEIÇÃO

VICE-DIRETORA: GLADYS

OBS.:

O PRÉDIO É ALUGADO A 9 ANOS, FUNCIONA EM UM ANTIGO SUPERMERCADO E CONVENIENCIA. AS GESTORAS ACREDITAM QUE SERÁ UMA DAS ESCOLAS CONTEMPLADAS NO PROJETO NSA.

5- ESCOLA MUNICIPAL DALVA DE OLIVEIRA

END. AV BOA SORTE, 639, VALE DOURADO, BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO.

FONE: 3232 4842 / 664 9068

ATENDIMENTO: 1150 ALUNOS

MODALIDADE DE ENSINO: FUNDAMENTAL, 1º AO 5º ANO.

DIRETORA: COSME LUIZ

VICE-DIRETORA: MICHELYNE

COORDENADORES: EDSON, 8853 2191 – MAGNÓLIA.

OBS.:

OS GESTORES ESCOLARES NÃO SE ENCONTRAVAM NO LOCAL, PORÉM CONSEGUIMOS CONSTATAR UMA BOA ESTRUTURA FÍSICA NA ESCOLA QUE PODERÁ SER CONTEMPLADA COM HORTA COMUNITÁRIA E OFICINAS EDUCATIVAS SOBRE MEIO AMBIENTE COM A IMPLANTAÇÃO DOS CESTOS PARA COLETA SELETIVA (METAL, PLÁSTICO, PÁPÉL E VIDRO). ALÉM DE UM PARQUE INFANTIL PARA ATENDER A DEMANDA DA ESCOLA.

ENCAMINHAMENTO: RETOMAR O CONTATO COM OS GESTORES.





6- ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ FRAZÃO

END.: AV BOA SORTE, 1834, LOTEAMENTO JARDIM PROGRESSO, BAIRRO NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO.

FONE: 3232 8218

ATENDIMENTO: 1.100 ALUNOS

MODALIDADE DE ENSINO: FUNDAMENTAL, 1º AO 5º ANO.

DIRETOR: JÚNIOR LOBATO, 8817 2724

VICE-DIRETOR: CRISTIAN SOUZA, 8808 1294

OBS.:

A ESCOLA TEM O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, E UMA DAS AÇÕES DE 2010 FOI A ORGANIZAÇÃO DE UMA HORTA COMUNITÁRIA QUE SE ENCONTRA ATUALMENTE NECESSITANDO DE CUIDADOS ALÉM DE MATERIAL. PODEMOS TAMBÉM DESENVOLVER OFICINAS EDUCATIVAS SOBRE MEIO AMBIENTE COM A IMPLANTAÇÃO DOS CESTOS PARA COLETA SELETIVA (METAL, PLÁSTICO, PÁPÉL E VIDRO).

Natal/RN, 21 de Janeiro de 2011.

ANEXO IV – RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DO INSTRUMENTAL:

Conforto, integração urbana e acesso a equipamentos urbanos - 2012.

**PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULATIZAÇÃO FUNDIÁRIA E
PROJETO ESTRUTURANTE – SHEARPE
PROJETO DE URBANIZAÇÃO INTEGRADO DO BAIRRO NOSSA SENHARA DA
APRESENTAÇÃO**

RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DO INSTRUMENTAL:

Conforto, integração urbana e acesso a equipamentos urbanos.

Foi realizada visita na Rua dos Lírios, onde passariam as tubulações que seguiriam pela Rua do Riacho, e na Rua Votuporanga, onde foram construídas 15 casas para remoção das famílias que teriam suas residências demolidas em prol da passagem da tubulação, no mês de junho de 2012.

É identificada a entrega das 15 casas, mas também, a não continuidade do projeto somada às mudanças como a localização das tubulações, que passaram ao leito central da Rua dos Lírios, tornando sem efeito a necessidade das demolições e o direito às casas novas por parte de alguns indenizados, gerando uma situação de impasse, com proprietários residindo nas suas antigas casas e utilizando as novas para fins financeiros, desconforme com as condições dadas na entrega das chaves.

Tendo em vista, novos arranjos de produção do habitat social na localidade a ser alvo da obra paralisada, é necessária a atualização do contexto social.

Segue levantamento realizado por meio de aplicação do instrumental com objetivo de levantar a pesquisa sobre conforto, integração urbana, acesso a equipamentos urbanos, a partir do contexto social no novo habitat, iniciando nas 15 casas.

A amostra chegou a 60%, do total de 15 casas, constituindo 9 famílias entrevistadas por meio de questionário específico.

As demais 06 casas estavam com os moradores ausentes/fechadas.

Do universo de 09 famílias:

1. *Tempo de moradia anterior:*

- 7 (77%) moravam até 5 anos, enquanto 2 (22%) moravam a mais de 10 anos.

2. *Tempo de moradia atual:*

- 3 (33%) famílias moram a 1 ano; 1 (11%) a 2 anos; 4 (44%) desde a entrega e 1 (11%) a 3 meses.

Quando verificado que apenas 44% moram desde a entrega, mesmo excluindo a possibilidade de não ser a família beneficiada inicialmente, é perceptível a utilização dos imóveis por parte de alguns beneficiários para outros fins, constantes como indevido no âmbito do documento entregue junto às chaves das casas: "... em atendimento as exigências do Projeto de Urbanização Integrada Nossa Senhora da Apresentação não VENDEREI, LOCAREI OU CEDEREI, nem utilizarei a unidade habitacional que me está sendo concedida para fins diversos do estabelecido no contrato de Concessão de Direito Real de Uso de Imóvel Público, que será pactuado posteriormente" (Declaração, agosto de 2009).

É necessário, no momento da regularização fundiária destas casas, solucionar os impasses, sendo recomendado, proceder a retomada ao município para fins de interesse social e conceder a outra família em situação de vulnerabilidade social. Uma vez identificada a anulação do direito à casa decorrente da mudança no projeto quanto à área de passagem da tubulação, não demandar a demolição de algumas casas indenizadas, gerando a situação de manter o imóvel antigo e comercializar o novo.

3. *Satisfação com a moradia:*

- 6 (66%) famílias satisfeitas, sendo 3 (33%) destas, moram desde a entrega e 3 de aluguel; 1 (11%) família insatisfeita, morando desde a entrega. 2 (22%) famílias não responderam.

- Cerca de 6 (66%) famílias constaram observações quanto a problemas de infra-estrutura das casas, sendo: Encanações com problema (1 família), piso do banheiro afundou/alagamento (1 família), paredes com rachaduras (1 família), fossa cheia (1 família), goteira (1 família), quando chove alaga a rua e não tem por onde escorrer a água (1 família).

É importante considerar que dentre as famílias satisfeitas, metade moram desde a entrega e outra metade alugada e apenas uma insatisfeita desde a entrega,

constatando satisfação relevante com a moradia, mesmo na presença de problemas estruturais.

4. *Quanta à possível motivação de saída da comunidade:*

- 6 (66%) não pretendem sair da comunidade; 1 (11%) deseja sair devido a insatisfação com o tamanho da casa; 2 (22%) não responderam.

5. *Efeito pós entrega das moradias:*

- 3 (33%) não consideram que a nova moradia proporcionou mudança em sua vida, 4 (44%) consideram que a nova moradia proporcionou mudança em sua vida e 2 (22%) não responderam.

As famílias que não consideram mudança de vida devido a nova moradia, relatam apenas a mudança de endereço, mas não impactos significativos quanto à renda e qualidade de vida, em maior parte devido a relocação ter ocorrido próximo ao antigo endereço.

6. *Satisfação com a vizinhança:*

- 4 (44%) sentem satisfeitos com os vizinhos; 2 (22%) muito satisfeitos e 3 (33%) insatisfeitos.

7. *Satisfação no acesso à moradia, aos equipamentos urbanos e integração à cidade:*

- 7 (77%) não sentem alguma dificuldade para ter acesso ao transporte ao contrário de 2 (22%) que sentem.

- 6 (66%) famílias tem acesso das crianças à escola ou creche; 3 (33%) famílias não possuem filhos/crianças em casa.

- A iluminação nas ruas do projeto, existe apenas nas residências, não foram instaladas lâmpadas nos postes. Neste contexto, 5 (55%) famílias consideram a rua iluminada; 4 (44%) consideram a rua sem iluminação.

- 5 (55%) famílias não tem interesse em horta comunitária ou no quintal; 3 (33%) possuem interesse em horta comunitária e 1 (11%) em horta no quintal.

- 8 (88%) famílias não possuem portador de necessidades especiais na família, enquanto 1 (11%) possui.

- 7 (77%) famílias buscam atendimento por motivo de saúde, na unidade básica de saúde do bairro, 1 (11%) busca atendimento no posto de saúde do bairro Santarém e 1 (11%) considerou ruim o atendimento local.

A integração à cidade ocorre de forma satisfatória, pois os equipamentos sociais são os mesmos, devido a relocação ter ocorrido próxima ao antigo endereço.

As limitações quanto acesso a ônibus, escola, postos de saúde e hospitais, são os mesmos e acompanham os investimentos no Bairro Lagoa Azul e Loteamento José Sarney.

É expressivo o interesse em horta comunitária, mesmo em detrimento ao desinteresse de 55% das famílias, decorrente em boa parte, da facilidade de acesso aos mercados e considerar uma atividade que demanda tempo.

A iluminação encontrada é a das casas, pois foram construídas duas pequenas ruas perpendiculares à Rua Votuporanga, e seus postes não receberam lâmpadas, contando com iluminação nas ruas do bairro, mas não no acesso as residências. Portanto, justifica-se 55% considerando a rua iluminada, sem levar em conta a origem que é privada, mantida pelos moradores, respondendo apenas quanto a presença ou ausência de iluminação.

8. Avaliação da Equipe Técnica:

- 6 (66%) famílias estão satisfeitas em relação ao trabalho desenvolvido pela equipe técnica social do projeto em 2009; 1 (11%) Muito satisfeita); 1 (11%) não respondeu e 1 (11%) insatisfeita.

É importante informar que apenas 44% das famílias entrevistadas estão desde a entrega, as demais acompanharam o trabalho da equipe técnica de forma parcial.

ANEXO V - PROPOSTA DE REPROGRAMAÇÃO- 2012

**PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E
PROJETOS ESTRUTURANTES - SEHARPE**

*PROJETO SOCIAL URBANIZAÇÃO INTEGRADA DO BAIRRO NOSSA
SENHORA DA APRESENTAÇÃO*

1 IDENTIFICAÇÃO

Programa: Urbanização, Regularização, Integração de Assentamentos Precários	Contrato CAIXA nº: 0222918-74/2007	
Ação/Modalidade: Urbanização, Regularização, Integração de Assentamentos Precários no Bairro Nossa Senhora da Apresentação.		
Empreendimento: Intervenção em Favelas/2007 – Município de Natal/RN – OGU – PAC 1		
Localização/Município: Bairro de Nossa Senhora da Apresentação / Natal/RN	UF: RN	LAT/LONG: 05° 47' 42"/35° 12' 34"
Fonte de recursos: Contrapartida do Município	Regime de execução do PTTs: Pelo próprio município	
Objeto de intervenção: Bairro Nossa Senhora da Apresentação		
Proponente: Prefeitura Municipal do Natal RT Social: xxxxxxxxx Formação: xxxxxxxxx Tel.: (xx) xxxxxxxxx e-mail: xxxxxxxxx		
Agente Executor: Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes - SEHARPE RT Social: xxxxxxxxx Formação: Sociólogo Tel: (xx) xxxxxxxxx e-mail: xxxxxxxxx		

2 ALTERAÇÕES PROPOSTAS

As alterações propostas nesta reprogramação têm como objetivo melhorar a vida dos moradores das comunidades do bairro de Nossa Senhora da Apresentação, que por definição devem ser projetos de desenvolvimento social e não somente projetos de engenharia e de instalação de obras, que por sua vez passa pela organização da gestão dessas pessoas e pela educação sanitária. A finalidade maior, frente ao avançar das obras no citado bairro é assegurar efetivamente uma mudança de vida dos “beneficiários”. Não é possível afirmar que uma obra, mesmo quando responde por uma necessidade real, sentida pela comunidade, venha a produzir automaticamente mudanças na vida das pessoas. Existem diversas razões pelas quais a obra pode não chegar a funcionar adequadamente, ou as pessoas podem não mudar seus hábitos sanitários.

- Os comportamentos e atitudes de cada um se baseiam em princípios culturais, que sempre são os que mais dificilmente mudam, são “refratários” a mudanças: desde a lavagem das mãos até o cuidado da água, do esgotamento sanitário e dos resíduos sólidos.
- As comunidades devem criar mecanismos organizacionais que operem os sistemas, realizem as cobranças e a orientem no uso dos sistemas: isto também é uma mudança cultural (de um serviço gratuito e desorganizado a um serviço pago e organizado).

Tudo isto implica em mudanças que podem gerar desconfiança em muitos moradores. Por isso, é preciso tempo para discutir com a comunidade como programar a organização e como construir hábitos: a necessidade das mudanças e discutir com eles – em uma perspectiva intercultural – o sentido e o valor destes hábitos e como se articulam às suas práticas e cultura, promovendo uma melhor qualidade de vida sem afrontar a essência de seu próprio estilo de vida.

As alterações propostas no Projeto: O trabalho de Mobilização e Comunicação que deverá ser realizado em um período pós-obra deverá estar relacionado a mostrar a população os benefícios que elas receberam com as obras realizadas, conscientizando-os do valor econômico e social dos equipamentos recebidos, e sua responsabilidade para com o bom uso dos mesmos, essas atividades serão realizadas através das parcerias com a sociedade civil organizada

(Conselhos, associações, clubes de mães, de idosos e de jovens, etc.), bem como com o setor público (secretarias de obras, ação social, de meio ambiente, a Urbana, Arsbana, Caern, etc.) e com as universidades públicas e privadas e os institutos federais; Outra atividade será a instalação de um Plantão Social em uma sala do CRAS para que a comunidade possa tirar suas dúvidas sobre as obras realizadas, quais os benefícios e os cuidados para com os equipamentos recebidos. Na Participação Comunitária e Desenvolvimento sócio organizativo, que terá como enfoque a educação sanitária e ambiental, através de informações transmitidas que promovam o entendimento do meio social que a comunidade está inserida, baseados no princípio de que a educação deve contribuir para o efetivo engajamento a participação crítica dos indivíduos nos modelos de desenvolvimento sócio organizativo. Neste sentido, a educação sanitária e ambiental vai promover a proteção, a recuperação e a melhoria do ambiente e das condições de vida dos moradores do bairro de Nossa Senhora da Apresentação, através do “aprendizado por meio da solução dos problemas”, o “aprender fazendo”, aprender melhorando a própria condição de vida. As atividades estarão voltadas para a execução de palestras educativas para a comunidade, gincanas nas escolas, oficinas com temáticas socioambientais e distribuição de material informativo. Outra proposta é trabalhar a questão do Empreendedorismo para melhoria da renda das famílias residentes no bairro, fazendo um levantamento dos profissionais desempregados no bairro e os que vivem de “bico” para encaminhá-los a instituições que trabalham com cursos profissionalizantes, contribuindo para a melhoria da qualificação profissional destas pessoas e melhoria na sua geração de renda. Trabalhar a Educação voltada para as questões sanitárias e ambientais, através de palestras, abordagens em visitas in loco as lagoas de captação de águas pluviais, estações de tratamento de esgoto do bairro; discussão e reflexão junto aos grupos informais e formais sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, com foco na questão dos esgotos e resíduos sólidos, etc; Trabalhar a educação patrimonial junto aos grupos para que as pessoas tenham a idéia de pertencimento a sociedade e se sintam responsáveis pelos equipamentos sanitários e ambientais que estão recebendo. Uma das atividades será uma exposição de fotos antigas do bairro contrastando com as atuais, a fim de mostrar as melhorias que eles receberão. No que tange a Remoção e Reassentamento, será feita uma pesquisa junto às famílias

reassentadas para medir o grau de satisfação da mesma frente às mudanças ocorridas após a sua remoção e reassentamento.

Todas as atividades ocorrerão em um período de 06 (seis) meses, e serão executadas pela equipe técnica da SEHARPE, em parceria com a SEMOPI e a SEMTAS.

3 JUSTIFICATIVA DA REPROGRAMAÇÃO

No ano de 2006 foi realizado um Diagnóstico do Bairro de Nossa Senhora da Apresentação visando subsidiar o Projeto de Trabalho Técnico Social, nas comunidades de Aliança, Vale Dourado, Parque dos Coqueiros, Jardim Primavera e Jardim Progresso. Algumas propostas de projeto para execução das atividades de mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda foram descritas e realizadas atividades como: Acompanhamento e execução parcial do Plano de Reassentamento e Plano de Regularização Fundiária; Visita a Rua do Riacho pela equipe da SEMTAS, SEMOPI e SEHARPE em 24 de março de 2010, visando conhecer a realidade dos moradores da localidade e encontrar solução para o seu reassentamento, dentre outras atividades desenvolvidas pela SEMTAS. Novo projeto foi montado com a realidade atual – 86% da obra já concluída, onde o objetivo era trabalhar a Educação Sanitária e Ambiental, mostrando a comunidade os equipamentos sanitários recebidos pela população e orientando-os quanto aos cuidados que se deve ter, quando se é beneficiário do Saneamento Básico de forma integral: Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Pluviais, Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos, repassando para as pessoas que esses equipamentos são deles e que os mesmos precisam cuidar da melhor forma possível. Outra vertente de trabalho seria a Geração de Trabalho e Renda, onde as pessoas do bairro se envolveriam em projetos de capacitação profissional, oficinas de reaproveitamento de material reciclável, hortas, etc, para melhorar sua renda familiar. Em função da obra já executada, os técnicos do Ministério das Cidades orientaram o Secretário da SEHARPE (reunião realizada em Brasília em 28/02/2012) para que fosse feita uma reprogramação para execução do Plano de Trabalho Técnico Social pela própria Prefeitura Municipal de Natal/RN, dentro das possibilidades encontradas e formação de parcerias com outras secretarias do município e outras instituições. De

forma que a comunidade beneficiária das obras saiba dos benefícios que estão recebendo e de que forma cuidar para que possam usufruir do uso dos mesmos por muito tempo, o que justifica a reprogramação deste Projeto.

4 IMPACTOS

A execução das atividades do Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS proporcionará melhoria na qualidade de vida da população beneficiada do Bairro Nossa Senhora da Apresentação, tanto com relação ao desenvolvimento urbano quanto social, visto a extensão territorial das comunidades que serão contempladas com os serviços de drenagem e pavimentação. Assim, destacamos abaixo alguns impactos considerados relevantes de acordo com os seguintes eixos:

Mobilização e Organização Comunitária (MOC):

- Maior visibilidade do Bairro Nossa Senhora da Apresentação pelas entidades públicas e sociais;
- Fortalecimento da organização comunitária, priorizando as lideranças e a população de modo geral;
- Fortalecimento do gênero feminino através do resgate da auto-estima e da busca de direitos;
- Apropriação e utilização dos equipamentos sociais (Escolas, CMEI, Centro Comunitário, etc.) como pertencentes à comunidade, em geral;
- Contribuição para o desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes com incentivos ao protagonismo juvenil;
- População local com consciência sobre a importância do respeito à acessibilidade urbana;
- Concretização de um trabalho que proporcione uma maior visibilidade interventiva dos serviços públicos com vistas a construir uma cidade melhor para todos;
- Transformação dos sujeitos sociais beneficiários do Projeto, em agentes conscientes e protagonistas de sua própria história, capazes de exercerem sua efetiva cidadania.

Educação Sanitária e Ambiental (ESA):

- Consolidação de mecanismos de sensibilização e conscientização da população com relação a preservação do meio ambiente e dos equipamentos sociais;
- Formação de pessoas mais conscientes do seu papel em sociedade com relação a preservação ambiental e ao desenvolvimento urbanístico no âmbito público e privado;
- Maior número de pessoas participando dos eventos artístico-educativos voltados para a conscientização da preservação do meio ambiente;
- População residente nas áreas de intervenções informadas e esclarecidas quanto à preservação e manutenção das ligações intra-domiciliares.

Geração de Trabalho e Renda (GTR):

- Proporcionar capacitação profissional para a população local mediante a execução de oficinas, cursos, dentre outros;
- Mapeamento dos desempregados para encaminhamento aos cursos profissionalizantes;
- Jovens e adultos preparados para ingressar no mercado de trabalho;
- Maior número de pessoas com noções de empreendedorismo;

2 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES REPROGRAMADO

(Preencher somente se houver reprogramação de atividades)

Eixo	Macroação	Atividades	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
Mobilização e Comunicação	Ações Informativas	Levantamento e atualização dos Equipamentos Sociais.	X	X				
		Realização de reuniões ampliadas com representantes da sociedade civil organizada sobre reprogramação.	X	X				
		Rádios de abrangência local e/ou comunitária	X	X	X	X	X	X
		Divulgação com carro de som.	X	X	X	X	X	X
		Instalação de uma sala no CRAS (Plantão Social) localizado na avenida das Fronteiras, 2101, que servirá de referência para os moradores tirarem suas dúvidas quanto as obras que foram feitas nas comunidades e quais os cuidados que se deve ter com os equipamentos recebidos	X	X	X	X	X	X
	Articulação para Parcerias	Formalização de parcerias com representantes da sociedade civil nas reuniões ampliadas.	X	X	X	X	X	X
		Parcerias com instituições e órgãos públicos: IFRN, SEBRAE, UFRN – Grupos de pesquisa, professores e Programas de extensão, SEMOPI, SEMTAS, SEMURB, CAERN, URBANA, Associações de coleta seletiva (visitas às instituições citadas).	X	X	X	X	X	X
	Capacitação da equipe Técnica	Capacitação da equipe da prefeitura, responsável pela implementação do PTTS	X	X				
	Suporte às Intervenções Físicas	Parceria com SEMOPI para levantamento dos problemas de ligações sanitárias incorretas e auxílio na identificação e ligação correta.	X	X	X	X		
		Apoio social nas intervenções da Comunidade da Rua do Riacho	X	X	X	X	X	X
Avaliação e Monitoramento	Relatórios mensais, avaliações ao final das reuniões ampliadas e específicas, entrevistas exploratórias do entendimento por amostra domiciliar.	X	X	X	X	X	X	
Participação Comunitária e Desenvolvimento sócio organizativo	Mobilização e Organização Comunitária	Palestras educativas, reuniões específicas com a comunidade (grupos organizados) e visitas domiciliares.	X	X	X	X	X	X
		Rádio de abrangência local e/ou comunitária.	X	X	X	X	X	X
	Atividades socioculturais	Gincanas nas escolas com o objetivo de recolhimento de material reciclável.			X	X	X	X
		Distribuição de panfletos temáticos, Recursos lúdicos: teatro de mamulengos, expressão corporal, oficinas com temáticas sócio-ambientais.			X	X	X	X

Empreendedorismo	Geração de Trabalho e Renda	Oficinas de fabricação de sabão, vassouras de garrafas Pet, móveis de material reciclável (poltronas, sofás de garrafas pet e outros), utensílios de papel machê.		X	X	X	X	X
	Capacitação Profissional	Levantamento de pessoas desempregadas e suas qualificações. Identificar informais e encaminhar para cursos profissionalizantes com instituições parceiras.		X	X	X	X	X
Educação	Educação Sanitária	Palestras, visitas domiciliares sobre o uso correto dos equipamentos sanitários, gincanas com temáticas ambientais nas escolas, reuniões e visitas temáticas com grupos formais e informais.		X	X	X	X	X
		Abordagens temáticas sobre drenagem, ligações sanitárias incorretas, coleta seletiva, subsidiar de conhecimento a população para a lei 12.305/2010 sobre resíduos sólidos urbanos.		X	X	X	X	X
	Educação Ambiental	Visitas às estações de tratamentos de esgoto com grupos de alunos, grupos de mães, idosos e outros. Palestras com fotos dos impactos na comunidade, oriundos do lixo jogado em terrenos e acumulados em bueiros.			X	X	X	X
		Parceria com professores nas escolas para abordar a temática ambiental na dimensão comunitária.			X	X	X	X
	Educação Patrimonial	Trabalhar junto à comunidade, o valor do patrimônio em relação ao benefício recebido. Exposição de fotos antes e depois das intervenções na comunidade, itinerante em pontos de fluxo de pessoas como escolas, conselhos comunitários e no terminal de ônibus.			X	X	X	X
	Educação para Mobilidade Urbana	Subsidiar a população para as intervenções em decorrência das obras por meio de Radio com abrangência local/comunitária, cartazes em locais de grande fluxo de pessoas e carro de som.	X	X	X	X	X	X
Educação para a saúde	Palestras e diálogos com grupos específicos: gestantes, adolescentes, de risco, em vulnerabilidade social.		X	X	X	X	X	
Remoção e Reassentamento	Apoio remanejamento de famílias	Pesquisa amostral sobre conforto, integração urbana, acesso a equipamentos urbanos, a partir do contexto social no novo habitat.				X	X	X

3 CONTROLE FINANCEIRO

(Preencher somente se houver alteração/remanejamento de valores)

Valor Contratado (1)	PTTS	Valor liberado (2)	Saldo anterior à reprogramação (1-2)	Valor reprogramado (aporte/redução de recursos) (3)	Valor reprogramado (1+3 ou 1- 3) = (4)	PTTS	Saldo atual (4 -2)

7 NOVA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DO PTTS (considerando o valor reprogramado)

Preencher somente se houver alteração/remanejamento de valores

1. Custos com recursos materiais e serviços	Valor Repasse	Valor Contrapartida de Bens e Serviços	Valor Contrapartida Financeira	Valor Outros Recursos (próprios)
Material de Consumo/pedagógico/comunicação				10.300,00
Transporte				0,00
Eventos (especificar em detalhamento a parte)				6.000,00
Serviço de Terceiros/Consultoria				0,00
Material Permanente (especificar em detalhamento de custo a parte) *				0,00
Alimentação/ Hospedagem				0,00
Plantão Social - Despesas com estruturação e manutenção (especificar em detalhamento de custo a parte) **				0,00
Avaliação Pós Ocupação / Satisfação dos beneficiários (especificar em detalhamento de custo a parte) ***				0,00
Despesas Indiretas ****				0,00
Subtotal (1)				16.300,00

2. Custos com Recursos Humanos						
Profissional	Horas Técnicas	Valor				
Márcio Monteiro Maia (Sociólogo)	30 horas	2.099,00				12.594,00
Vane de Oliveira Teixeira (Pedagoga)	30 horas	2.099,00				12.594,00
Ilana de Castro de Lima Chagas (Arquiteta)	30 horas	2.500,00				15.000,00
Marileide Franklin da Costa (Secretaria Executiva)	30 horas	2.500,00				15.000,00
Maria Geruza Araújo (Engenheira Civil – SEMOPI)	30 horas	2.500,00				15.000,00
Maria Auxiliadora Almeida da Silva (Serviço Social – Estagiária)	20 horas	380,00				2.280,00
Larissa Mota Baracho (Serviço Social – Estagiária)	20 horas	380,00				2.280,00
Andrielle Paiva de Figueredo (Gestão Ambiental – Estagiária)	20 horas	380,00				2.280,00
Subtotal (2)						77.028,00
TOTAL GERAL (Subtotal 1 + 2)						93.328,00

* materiais permanentes a serem utilizados no desenvolvimento do trabalho social como por exemplo: computadores, impressoras, data show, equipamento de filmagem e de fotografia, dentre outros que permitam viabilizar ações contidas no PTTS.

**Para a situação que demandar a instalação do Plantão Social na área de intervenção.

*** Para a intervenção que demandar a avaliação (limite definido pelo Ministério das Cidades), com base nos indicadores daquele Ministério.

**** Ver detalhamento constante no 7º Passo, pg. 15

8 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO REPROGRAMADO

Item	Liberado até o mês anterior a reprogramação	Mês 1º	Mês 2º	Mês 3º	Mês 4º	Mês 5º	Mês 6º	Total
Material de Consumo		1.300,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	10.300,00
Transporte								
Eventos		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
Material Permanente								0,00
Alimentação/ Hospedagem								0,00
Plantão Social								0,00
Avaliação Pós Ocupação / Satisfação dos beneficiários								0,00
Recursos Humanos		12.838,00	12.838,00	12.838,00	12.838,00	12.838,00	12.838,00	77.028,00
TOTAL								93.328,00

OBS: A Prefeitura Municipal de Natal através das suas secretarias, em especial a SEHARPE executará as ações propostas com recursos humanos e materiais próprios, orçado de acordo com as planilhas acima e detalhamento em anexo.

2 PARECER TÉCNICO

Houve a realização parcial das atividades sociais programadas por meio da SEMTAS e SEHARPE, concomitantemente com a fase anterior e durante a execução das obras, porém havendo lacuna quanto as medições de impacto social. Soma-se a necessidade de efetivar integralmente o trabalho social, inclusive quanto à fase de pós-execução das obras, assim como, em apoio aos 24% restantes. Desta feita, a SEHARPE esta reprogramando o Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS, em acordo com o exposto.

Local e data: Natal, 12 de junho de 2012.

Responsável Técnico

Representante do Proponente